

Título: Os Centros Urbanos Emergentes de Minas Gerais

Autora: Patrícia Rodrigues Costa de Sá

Data da Defesa: 18/Dezembro/2001.

Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Oswaldo Bueno Amorim Filho
(PUC Minas, Orientador)

Prof. Dr. João Francisco de Abreu
(PUC Minas, Co-orientador)

Profa. Dra. Márcia Maria Duarte dos Santos
(IGC/UFMG)

Prof. Dr. Aurélio Muzzarelli
(Universidade de Bolonha - PUC Minas)

*Para a minha filha Laura,
que chegou ao mundo
durante a finalização deste trabalho.*

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Oswaldo Bueno Amorim Filho, pela orientação, pela oportunidade e pela confiança;

Ao Prof. Dr. João Francisco de Abreu, pela orientação, acompanhamento da metodologia e suporte na parte cartográfica;

Aos Professores: Prof. Dr. Aurélio Muzzarelli, Prof. Dr. Cláudio Caetano Machado, Prof. Dr. Heinz Charles Kohler e Prof. Dr. Leônidas Conceição Barroso, que contribuíram, com suas aulas, para a minha especialização em assuntos relacionados a este trabalho;

Ao Prof. Roberto Cândido, pelas sugestões e correções;

Às colegas Beth Leite e Ana Márcia Alvim;

À Beth Nunes, por ter intermediado meus contatos com os orientadores, com o Curso e com a PUC Minas;

Ao Leonardo, pela formatação do trabalho;

Ao Michel, pelo incentivo, à minha mãe, pelo apoio, e à Tia Ignez, pelas orações.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE TABELAS

RESUMO

ABSTRACT

APRESENTAÇÃO 12

INTRODUÇÃO 14

1 O PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL E A BUSCA POR REDES URBANAS EQUILIBRADAS	16
1.1 Primeiras reflexões sobre o planejamento urbano e regional	16
1.2 Os problemas dos desequilíbrios urbanos	18
1.3 Planejamento urbano e regional na França: <i>O Aménagement du territoire</i>	24
1.3.1 <i>Gottman e Gravier</i>	25
1.3.2 <i>Perroux</i>	27
1.3.3 <i>Rocheftort</i>	27
1.3.4 <i>As bases institucionais</i>	28
1.4 Contribuição teórica sobre as cidades pequenas	31
1.5 Cidades médias no Brasil e contribuições teóricas recentes	36
1.6 Os <i>centros emergentes</i>	38
1.7 Políticas de planejamento urbano e regional no Brasil	39
1.8 A metodologia	41
2 OS CENTROS EMERGENTES DE MINAS GERAIS	44
2.1 Considerações sobre a localização dos <i>centros emergentes</i>	44
2.2 Os resultados do tratamento de dados	50
2.2.1 <i>Análise dos fatores</i>	50
2.2.2 <i>Ranking dos centros emergentes</i>	51
2.2.3 <i>Análise de Agrupamento</i>	71
2.3 Os <i>clusters</i> de <i>centros emergentes</i>	73
2.3.1 <i>Os grupos de cidades</i>	73
2.3.2 <i>Cluster 1</i>	74
2.3.3 <i>Cluster 2</i>	78
2.3.4 <i>Cluster 3</i>	82
2.3.5 <i>Cluster 4</i>	85
2.3.6 <i>Cluster 5</i>	89
2.3.7 <i>Cluster 6</i>	91
2.3.8 <i>Cluster 7</i>	93
2.3.9 <i>Cidades Afins</i>	96
2.4 Considerações finais sobre o tratamento de dados	96

3 GUANHÃES: CENTRO EMERGENTE DA PORÇÃO CENTRO-NORDESTE DE MINAS GERAIS98

3.1 Posição Geográfica	100
3.2 Posição em relação aos aspectos físicos	101
3.3 Posição em relação aos grandes conjuntos geológicos	101
3.4 Posição em relação ao relevo	103
3.5 Posição em relação à hidrografia	103
3.6 Posição em relação à fitogeografia e às condições climáticas	104
3.7 História da região e da cidade	104
3.8 Posição em relação aos principais aspectos da geografia humana	107
3.9 Posição em relação às infraestruturas regionais	107
3.10 Posição em relação à regionalização econômica	109
3.11 Posição em relação à rede urbana estadual e regional	110
3.12 Sítio	110
3.13 Morfologia e evolução do espaço urbano	113
3.14 Organização econômica	114
3.15 Estrutura funcional do espaço urbano	116
3.16 Relações externas e dinâmica morfológica	123
3.17 População	125
3.18 Evolução da população	127
3.19 Considerações finais	129
CONCLUSÃO	131
BIBLIOGRAFIA	
ANEXOS	

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Redes Hexagonais de Christaller	18
Figura 2: Mapa da População Urbana de sede -1970	47
Figura 3: Mapa da População Urbana da sede -1980	48
Figura 4: Mapa da População Urbana da sede – 1991	49
Figura 5: Ranking dos Centros Urbanos Emergentes - 1999	52
Figura 6: Mapa do IDH - 1970	60
Figura 7: Mapa do IDH - 1980	61
Figura 8: Mapa do IDH - 1991	62
Figura 9: Mapa da Renda per capita - 1980	64
Figura 10: Mapa da Renda per capita - 1991	65
Figura 11: Mapa da Renda per capita – 2000	66
Figura 12: Mapa da variação da população urbana da sede	68
Figura 13: Mapa da variação da renda familiar per capita média	69
Figura 14: Mapa da variação do IDH	70
Figura 15: Dendograma	72
Figura 16: Guanhões e municípios circunvizinhos	100
Figura 17: Vista panorâmica da cidade de Guanhões – MG	111
Figura 18: Mancha urbana de Guanhões – MG	113
Figura 19: Rua Odilon Beherens – Guanhões – MG	117
Figura 20: Av. Governador Milton Campos – Guanhões – MG	117
Figura 21: Av. Governador Milton Campos – Guanhões – MG	118
Figura 22: Av. Governador Milton Campos – Guanhões – MG	119
Figura 23: Microcentro em formação na periferia de Guanhões – MG	120
Figura 24: Vista de loteamento na área urbana de Guanhões – MG.	121
Figura 25: Localização dos principais equipamentos da cidade de Guanhões – MG	122
Figura 26: Densidade das viagens de ônibus partindo de Guanhões – MG	124
Figura 27: Pirâmide populacional de Guanhões – MG	127

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Automóveis licenciados por capitais – 1974-76	22
Tabela 2: Total de licenças concedidas para construir habitações – Casas e apartamentos	22
Tabela 3: Total de licenças para construção de casas	22
Tabela 4: Total de licenças para construção de apartamentos	22
Tabela 5: Relação de municípios e respectivas mesorregiões – Cluster 1	74
Tabela 6: Número de empresas – Cluster 1	75
Tabela 7: Número de estabelecimentos de ensino por categoria – Cluster 1	76
Tabela 8: Desenvolvimento Humano – Cluster 1	77
Tabela 9: Emergência – Cluster 1	78
Tabela 10: Localização dos municípios por mesorregiões – Cluster 2	79
Tabela 11: Número de empresas – Cluster 2	79
Tabela 12: Indicadores de Qualidade de Vida – Cluster 2	80
Tabela 13: Infra-estrutura de saúde – Cluster 2	81
Tabela 14: Estabelecimentos de ensino, por categoria – Cluster 2	81
Tabela 15: Emergência – Cluster 2	82
Tabela 16: Localização dos municípios por mesorregiões – Cluster 3	82
Tabela 17: Número de estabelecimentos de ensino por categoria – Cluster 3	83
Tabela 18: Infra-estrutura de saúde – Cluster 3	83
Tabela 19: Número de empresas – Cluster 3	84
Tabela 20: Qualidade de vida e desenvolvimento – Cluster 3	84
Tabela 21: Emergência – Cluster 3	85
Tabela 22: Localização dos municípios por mesorregiões – Cluster 4	86
Tabela 23: Número de empresas – Cluster 4	87
Tabela 24: Estabelecimentos de ensino por categoria – Cluster 4	87
Tabela 25: Infra-estrutura de saúde – Cluster 4	88
Tabela 26: Emergência – Cluster 4	89
Tabela 27: Número de empresas – Cluster 5	89
Tabela 28: Estabelecimentos de ensino por categoria – Cluster 5	90
Tabela 29: Infra-estrutura de saúde – Cluster 5	90

Tabela 30: Emergência – Cluster 5	90
Tabela 31: Número de empresas – Cluster 6	91
Tabela 32: Estabelecimentos de ensino por categoria – Cluster 6	91
Tabela 33: Infra-estrutura de saúde – Cluster 6	92
Tabela 34: Renda e Consumo – Cluster 6	92
Tabela 35: Desenvolvimento Humano – Cluster 6	93
Tabela 36: Emergência – Cluster 6 .	93
Tabela 37: Localização dos municípios por mesorregiões – Cluster 7	94
Tabela 38: Número de empresas – Cluster 7	94
Tabela 39: Número de estabelecimentos de ensino por categoria – Cluster 7	95
Tabela 40: Infra-estrutura de saúde – Cluster 7	95
Tabela 41: Qualidade de Vida e desenvolvimento – Cluster 7	96
Tabela 42: Guanhões: População Urbana, Rural e Total – 1970-1980-1990-2000	125
Tabela 43: População Urbana e Rural da Sede e dos Distritos - 1996	126
Tabela 44: População Urbana e rural da Sede e dos Distritos – 2000	126
Tabela 45: População residente por situação do domicílio na Microrregião de Guanhões	128
– 1980-1996-2000	

ANEXOS	9
Anexo I: Banco de dados sobre os <i>centros emergentes</i> de Minas Gerais	140
Anexo II: Resultados da Análise de Componentes Principais	161
Anexo III: <i>Centros emergentes</i>: Mesorregiões e Microrregiões	166
Anexo IV: População total do município e urbana da sede <i>dos centros emergentes</i>	169

RESUMO

O desenvolvimento das redes de cidades nem sempre ocorre de maneira equilibrada. Pelo contrário, a concentração espacial de investimentos e de mão-de-obra, fundamentais para a atividade econômica, faz surgir desequilíbrios nas redes de cidades. Estes desequilíbrios manifestam-se, dentre outras formas, através da saturação do meio urbano das grandes cidades, que acumulam funções e centralizam infra-estrutura urbana, serviços de saúde e educacionais.

O planejamento regional e urbano impõe-se como condição fundamental para solucionar, no longo prazo, estas disparidades. As ações disponíveis para atenuar os desequilíbrios passam, necessariamente, pelo fortalecimento de categorias de cidades médias e pequenas que possam intermediar as relações entre o campo e as cidades de grande porte. Para tanto, devem estar em condições de atender às demandas das cidades pequenas e do meio rural por serviços financeiros, de saúde e educacionais, evitando assim a sobrecarga nas cidades grandes.

ABSTRACT

The urban hierarchy doesn't show a balanced development among the different categories of cities elsewhere. Instead, it tends to develop in such a way that capital and labour concentrate on a few spots. As a result, the development of big cities happens, while the urban hierarchy lacks in small towns and medium size cities. These two categories of cities, if well-estimated, could intermediate the access of inhabitants straight to the big cities.

Urban and regional planning is the only way to control, if not solve, these disruptions. The strategies available to carry out this planning may rely on stimulating the medium size cities, so that they could offer education, health care, and other services to the population of the low position centers in the urban hierarchy.

Key words: Urban and Regional Planning, Medium Size Cities, Emerging Centers, Urban Hierarchy

APRESENTAÇÃO

O tema geral para o qual convergem as idéias aqui discutidas é o fortalecimento de núcleos intermediários, como alternativa para equilibrar a rede urbana de um país ou de uma região. O fortalecimento de centros intermediários possibilita a distribuição do capital e da mão-de-obra de forma mais homogênea e tem o objetivo de diminuir os efeitos adversos da concentração excessiva, logo, consiste em estratégia fundamental das políticas de planejamento urbano.

O surgimento de teorias alusivas à ocupação do espaço antecede a problemática da concentração. Antes mesmo do agravamento dos problemas urbanos, nas dimensões atualmente verificadas nas grandes cidades (e em suas respectivas áreas periféricas), existiam teorias explicativas do poder centralizador e da rede de influência de aglomerações urbanas, dentro de uma perspectiva implícita de hierarquia, tipologia e de relações funcionais entre cidades. Contribuições nesse sentido couberam, dentre outros, a Christaller e a Lösch e serão apresentadas na primeira parte do capítulo primeiro.

O interesse dos governos (e de toda a sociedade) pela elaboração do planejamento urbano e regional torna-se maior à medida que a ocupação do espaço assume uma tendência excessivamente concentradora, colocando em risco o crescimento das economias e a qualidade de vida da população. Os problemas urbanos resultantes desta concentração excessiva incitam a elaboração de políticas que os gerenciem e que, numa perspectiva de longo prazo, atendam ao objetivo mais amplo de promover a planificação regional. Este será o enfoque da segunda parte do primeiro capítulo.

Na França, a intensificação dos problemas urbanos propiciou o aprofundamento das reflexões teóricas, que passaram a focar a reestruturação do espaço. Estas reflexões ultrapassaram a esfera acadêmica, chegando às instituições responsáveis pela elaboração e execução de políticas de planejamento urbano - regional. Teve início então o *aménagement du territoire*, que será tratado na terceira parte do primeiro capítulo, principalmente a partir das contribuições de Gottmann e Rochefort, dentre outros.

Será discutido em seguida o tratamento dispensado às *cidades médias*, no âmbito do *aménagement du territoire*. No final da década de 60 e no decorrer da década de 70, na França, esta categoria de cidades tornou-se o elemento central das ações governamentais que vislumbravam a reformulação do território francês, demasiadamente desequilibrado, devido à

excessiva concentração de atividade econômica na capital do país. Simultaneamente às políticas propostas na França, destacaram-se as contribuições teóricas de Lajugie e Monod.

O tratamento dispensado às cidades médias estimulou outros estudos, relativos à hierarquia urbana, dentre os quais os estudos sobre as *cidades pequenas*. Sobre esta categoria de cidades, será apresentada, na quarta parte do primeiro capítulo, a contribuição teórica desenvolvida, também na França, por Kayser e Laborie.

Das *cidades médias* na França, o estudo evolui para as *cidades médias* no Brasil, com destaque para as contribuições de Amorim Filho.

Na sexta parte do capítulo primeiro, o levantamento das contribuições teóricas desloca-se então para os *centros emergentes*, considerados *cidades médias* em potencial, e que, por essa razão, são tratados de maneira mais detalhada, através de aplicação metodológica específica.

A Análise de Componentes Principais (ACP) orientou a classificação dos *centros emergentes* de Minas Gerais e permitiu identificar os grupos de variáveis (fatores) representativos do maior dinamismo relativo das cidades aqui tratadas.

O tratamento quantitativo dos dados possibilitou que se procedesse ao agrupamento das cidades em *clusters*. Os *clusters* encontrados são analisados no segundo capítulo e agregam os *centros emergentes* de Minas Gerais com características semelhantes.

Uma vez tendo sido apresentada a classificação dos municípios, o estudo evolui, no capítulo terceiro, para o estudo de caso de Guanhães, na região Centro - Nordeste do estado de Minas Gerais, cidade que ocupa, conforme *ranking* obtido através da ACP, a 58^a posição, dentre as 80 cidades do estado que atendem às especificações demográficas e funcionais de *centros emergentes*.

INTRODUÇÃO

As sociedades registram evolução no decorrer do tempo em regiões do espaço, daí a necessidade de se considerar tanto a dimensão temporal quanto a espacial ao se empreender investigações a respeito dessa evolução.

Em se tratando do desenvolvimento das sociedades ocidentais até os dias de hoje, verifica-se que as questões temporais freqüentemente receberam maior atenção que as espaciais, seja pelo meio acadêmico, seja pelos governos e pela sociedade civil. Sobretudo na Idade Moderna, quando o restabelecimento do comércio fez recrudescer a busca pelo enriquecimento rápido, a dimensão temporal passou a ser mais priorizada pela sociedade política e pela elite dominante da sociedade civil, que relegaram ao segundo plano os impactos espaciais.

Com o passar dos anos, a rápida intensificação do comércio, o início da era industrial e as sucessivas revoluções tecnológicas fizeram com que a ocupação do espaço fosse se processando de forma a atender ao lucro, que passou a nortear o crescimento econômico das sociedades ocidentais e a determinar a tão almejada vanguarda na corrida capitalista, para a qual o tempo é a dimensão relevante.

Nesse contexto foram se articulando as redes urbanas, definidas por Amorim Filho, na introdução de seu estudo sobre a Rede Urbana da Bacia do Mucuri (1990, p.26) como sendo os conjuntos de cidades que apresentam entre si complementaridade funcional, seja através de ligações culturais, comerciais, financeiras, dentre outras.

As grandes aglomerações urbanas transformaram-se em pontos de convergência dos recursos humanos e financeiros e, como resultado, o desequilíbrio entre os elementos que compõem as redes urbanas tornou-se a tendência nos principais eixos de desenvolvimento do mundo ocidental.

Desequilíbrios começaram a se manifestar não somente *nas* cidades, demasiadamente ocupadas e inchadas, mas também *entre* cidades, já que as relações entre elas tornaram-se também desequilibradas, com excessiva concentração de funções em poucos, porém grandes, centros urbanos. Diante desses desequilíbrios, exacerbou-se, no meio acadêmico, o interesse pelo planejamento urbano e regional.

Quando os problemas urbanos tornaram-se comuns nos grandes eixos de desenvolvimento econômico do Ocidente, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, a busca de soluções, que até então se manifestava através de iniciativas isoladas e de

pouca repercussão, começou a se intensificar, a despertar maior interesse do meio acadêmico e a estimular maior número de investigações. Estas iniciativas passaram a receber respaldo dos governos e a estimular a implementação de políticas de planejamento urbano e regional, embasadas nos pressupostos teóricos que foram sendo produzidos.

Dentre essas iniciativas sobressaiu o *aménagement du territoire*, dentre outras razões, pela combinação teoria-prática que o caracterizou. Trata-se de um movimento que teve início na França por volta dos anos 60 e que apontava para o fortalecimento de centros intermediários enquanto estratégia para se alcançar melhor equilíbrio na rede urbana.

Ao longo dos últimos 40 anos aquele movimento estimulou outras reflexões, inclusive no Brasil e em Minas Gerais.

Os estudos sobre planejamento urbano e regional incluem considerações para o longo prazo, além de alternativas para a solução de problemas já existentes e que afetam tanto as cidades quanto as redes de cidades. Dessas considerações fazem parte os estudos sobre as cidades com potencial para desempenhar a função de equilibrar a rede urbana. Este é o caso dos *centros emergentes*, que estão na faixa de transição entre as *cidades médias* e as *cidades pequenas*.

A temática dos *centros emergentes*, subjacente a este estudo, tem como objeto de investigação específico o estado de Minas Gerais.

A opção pelos *centros emergentes* se justifica por ser esta a categoria de cidades a que particularmente possibilita considerações de longo prazo, pois suas economias encontram-se em fase de maturação e tanto suas funções quanto suas relações externas podem ser reforçadas ou redirecionadas, através de intervenções do poder público, da iniciativa privada e da sociedade civil, permitindo que esses centros desempenhem de maneira ainda mais eficiente a tarefa de equilibrar as redes urbanas.

A opção pelo estudo de Minas Gerais se justifica por ser este estado, em função da posição que ocupa, uma alternativa para a captação de investimentos não mais canalizados para as grandes capitais nacionais, devido, dentre outros fatores, à saturação do espaço e ao elevado custo da mão-de-obra, dentre outras deseconomias de aglomeração que nelas se verificam.

O PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL E A BUSCA DE REDES URBANAS EQUILIBRADAS

Este capítulo trata da necessidade do planejamento urbano e regional à luz das principais mudanças introduzidas pelo modo de produção capitalista. Sinaliza para a importância das cidades médias e dos *centros emergentes*, a fim de que se possa alcançar o equilíbrio das redes urbanas. As principais contribuições teóricas e a evolução deste tema no meio acadêmico são apresentadas neste capítulo.

1.1 Primeiras reflexões sobre o planejamento urbano e regional

As primeiras referências sobre os problemas oriundos da ocupação concentradora, característica de certas regiões, foram registradas, na França, ainda no século XVII, e mais tarde abandonadas pela economia clássica, que atribuía pouca importância ao espaço.

Segundo Bruna (1983, p.106), na Inglaterra e Escócia também existiu, já na primeira metade do século XX, iniciativa semelhante, através da elaboração da política do *Town and Country Planning*, que pretendia, entre outras coisas, criar novas cidades, favorecendo com isso o descongestionamento de grandes centros como Londres, Liverpool, Glasgow e Edinburg, e direcionando, finalmente, a expansão urbana.

Tratava-se, porém, de iniciativas isoladas, quando o grau de concentração urbana e os problemas que acarreta manifestavam-se ainda de maneira não-generalizada. A realidade mais tarde diagnosticada na França, em meados do século XX, de excessiva concentração de recursos (humanos e econômicos) em Paris, estimularia, na ocasião, uma análise mais fundamentada, abrangente e, por isso, políticas mais consistentes.

Ao contrário, pois, do que mais tarde viria a tornar-se, na França, o *aménagement du territoire*, nas primeiras décadas do século XX foram realizados estudos alusivos, sobretudo, ao poder de atratividade exercido por cidades e regiões.

Um dos primeiros trabalhos sobre o poder de atração exercido por núcleos urbanos, em uma rede urbano-regional, coube a Christaller, por volta de 1933.

Conforme mencionado por Hartshorn (1980, p. 105 e seg.), Christaller desenvolveu uma teoria explicativa do tamanho, localização e relações funcionais das cidades, que

permitiu tratar as relações econômicas entre as cidades e suas áreas de influência, explicando, sobretudo, o papel das cidades enquanto centros de serviços.

Para Christaller, as cidades desempenham função geral de fornecimento de bens e, sobretudo, serviços, para seus entornos. De acordo com o volume destes fornecimentos e com o grau de especialização dos serviços ofertados, determina-se o grau de influência da cidade sobre a região. Esta influência indica qual é a posição da cidade na hierarquia urbana, que será tão maior quanto maior for o raio de influência da cidade, ou, conforme terminologia adotada por Christaller, maior será sua *centralidade*.

Complementando a concepção de *centralidade*, Christaller trata da “área de mercado” para os bens e serviços oferecidos pelas cidades. A “área de mercado” é definida de acordo com a distância que o consumidor aceita percorrer para adquirir o bem ou serviço disponível na cidade. Cada bem ou serviço possui então um alcance, influenciado, dentre outros fatores, pelo preço do item e pelo custo de transporte para adquiri-lo. Este alcance determina a área de mercado do produto e, em última instância, a centralidade da cidade.

As considerações acima permitem compreender os lugares centrais como provedores de bens e serviços para a população de seus entornos.

Clark (1985, p. 29) sintetiza a contribuição de Christaller para o desenvolvimento da teoria urbana:

A teoria do lugar central não foi de nenhum modo a única teoria de localização urbana a ser desenvolvida nesse tempo [do início do século XIX até os anos trinta do século 20], mas foi de longe a mais importante. Ela demonstrou que princípios e relações fundamentais determinam a distribuição de cidades, e que esses fatores podem ser modelizados de maneira a se atingir explicações teóricas gerais de localização urbana. (CLARK, 1985, p. 29)

Segundo Bruna (1983, p.112), “de acordo com as categorias funcionais das cidades estabelecidas por Christaller (...) o espaço regional fica dividido em hexágonos de diferentes tamanhos, conforme sejam as áreas de influência das cidades”.

A figura a seguir reproduz o esquema clássico elaborado por Christaller, nomeado de Redes Hexagonais:

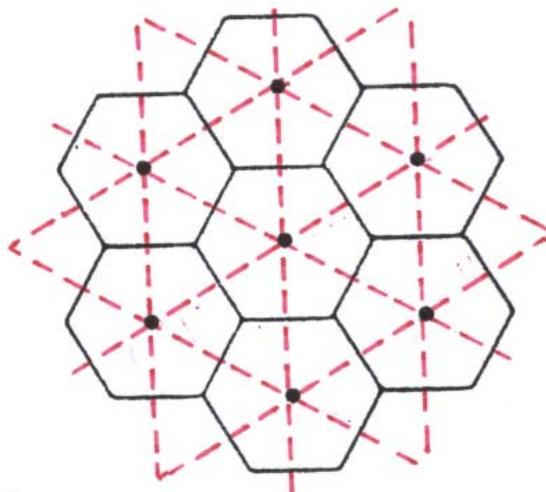


FIGURA 1: Redes Hexagonais de Christaller

Fonte: Elaboração própria, a partir de Hartshorn, T.A.(1980, p.112)

Tendo como suporte a estruturação de *lugares centrais*, desenvolvida por Christaller, Lössch, por volta de 1939, desenvolveu uma argumentação acerca das áreas de influência dos mercados. O esquema hexagonal de Christaller mantém-se na abordagem de Lössch, porém, enquanto os hexágonos, na teoria de Christaller, referem-se à estruturação dos *lugares centrais*, no esquema de Lössch significam os limites de mercado de cada centro.

As contribuições dos autores complementam-se e permitem compreender os *lugares centrais* enquanto aglomerações para onde convergem e de onde partem relações com a região: para elas convergem forças de demanda e de lá parte a oferta de serviços.

1.2 Os problemas dos desequilíbrios urbanos

Os problemas urbanos agregam diversas deficiências, seja na dinâmica da rede de cidades, seja no interior das próprias cidades. Por esta razão, segundo Bacha e Klein (1986, p.177), o termo é “de difícil definição”.

Por tratar-se de problemas das cidades e de suas relações funcionais, cabe aqui considerar os condicionantes da formação das aglomerações urbanas, resultantes da transformação do meio urbano ou rural. As colocações de alguns autores a este respeito parecem sugerir que as origens deste processo de urbanização residem na Revolução Industrial, enquanto outros se posicionam em relação a esta questão atribuindo à Revolução

Industrial o papel de consolidar mudanças que já estavam em processo e que já haviam viabilizado a emergência do urbano.

Monod introduz seu estudo sobre o *aménagement du territoire* postulando, inclusive, que o estudo sobre os problemas urbano-regionais “atuais” da Europa e, particularmente, da França, teriam suas origens na “repartição da atividade econômica resultante da Revolução Industrial” (MONOD, 1971, p.19). Já Hunt & Sherman apontam registros de crescimento da concentração urbana como resultado do aperfeiçoamento da tecnologia agrícola, responsável por ter desencadeado mudanças que haviam culminado na gradual dissolução do Feudalismo, por isso, anteriores à Revolução Industrial (1991, p.23).

A consolidação das aglomerações urbanas na Europa parece estar, pois, muito mais relacionada às reformas que permitiram o restabelecimento do comércio e a afirmação do sistema de mercado do que à Revolução Industrial exclusivamente. Esta última, importante marco na evolução das sociedades ocidentais, teria *coroadado* a supremacia do urbano sobre o rural na Europa e das práticas industriais e comerciais sobre as práticas agrícolas. Na primeira seqüência de mudanças (consolidação das relações comerciais) o cenário urbano adquire um ritmo próprio de crescimento. Na segunda fase, verifica-se a consolidação das práticas industriais, que, a partir de então, passam a verificar crescente substituição técnica. Neste momento, torna-se pertinente fazer alusão aos problemas urbanos, posto que o crescimento das cidades passa a incorporar os efeitos da industrialização (em certos casos este crescimento chega a ser *orientado* pela própria industrialização). Hunt & Shermann (1991, p.23) registram que a cidade de Manchester, em fins do século XVIII, era caracterizada por fumaça proveniente dos estabelecimentos fabris, que contribuíam para a definição de um cenário sórdido, cujos efeitos negativos para a população eram intensificados pelas relações desumanas de exploração dos capitalistas sobre os operários. Esta consideração dos autores sinaliza para o comprometimento da qualidade de vida naquela cidade da Inglaterra já naquela época.

Em que pese o fato de muitos autores ignorarem o papel das mudanças anteriores à Revolução Industrial na definição do ambiente urbano, existe consenso quanto à causalidade entre o aprofundamento das relações de mercado e o fortalecimento do urbano. Sejam as relações de mercado entendidas como o resultado das transformações no cultivo da terra, do restabelecimento do comércio ou da Revolução Industrial, a consolidação destas relações está diretamente associada à supremacia das cidades sobre o campo e a gradativa manifestação dos problemas urbanos.

Quanto à divergência em relação ao papel da Revolução Agrícola, do restabelecimento das trocas e da Revolução Industrial para o fortalecimento das cidades, vale considerar aqui dois fatores que podem justificar esta divergência: o desmantelamento, temporalmente desigual, do modo de produção feudal pela Europa, somado ao fato de que, por motivos históricos, físicos e estratégicos, cada cidade dispõe de uma dinâmica própria de crescimento e formação de sua rede de influência. Estas razões fizeram do processo de consolidação das cidades européias um fenômeno variável de intensidade e de época, de região para região do continente, o que dificulta a tarefa de estabelecer quando teria se processado a consolidação do urbano gerando, como resultado diferentes especificações entre autores quanto à época exata do surgimento destes problemas urbanos.

Ao investigar as relações de mercado e seus efeitos sobre o espaço, Carlos (1992, p. 25) aponta a industrialização como fenômeno que estimula o desenvolvimento urbano. A autora argumenta que a indústria pressupõe concentração espacial, já que, para desenvolver-se, beneficia-se de economias de aglomeração. Sugere, assim, que o desenvolvimento da atividade industrial tende a fortalecer (não a originar) a concentração nas cidades. Sobre o fenômeno da concentração espacial, argumenta, em seguida, que os efeitos da industrialização sobre o ambiente urbano adquirem intensidade tal que conduzem ao surgimento de deseconomias. A estas mesmas deseconomias é atribuída a função de estimular a fuga de recursos humanos e financeiros para fora das cidades.

Das colocações de Carlos, conclui-se que a busca pelo lucro orienta a ocupação espacial em dois momentos e de formas opostas: num primeiro momento, estimula a concentração, no espaço, de recursos humanos, financeiros e infra-estrutura. Em um segundo momento, a concentração gera deseconomias e a busca pelo lucro torna-se a causa da desconcentração, orientando um movimento do capital (em busca da maximização do lucro) e de indivíduos (em busca de maximização de bem-estar), em direção a locais alternativos, que consistem em cidades que disponham de boa infra-estrutura urbana. Cidades deficientes quanto à infra-estrutura não consistem em opção atrativa.

Entretanto, antes que as deseconomias de aglomeração se verifiquem, a concentração já tornou as cidades pólos de atratividade para a população do campo em busca de melhores perspectivas de vida. Carlos argumenta que o processo de fortalecimento da indústria, ao estimular aprimoramentos técnicos, demanda maior volume de inversões, aumentando as disparidades entre o ambiente rural e o urbano. Este último passa a despertar interesse da população rural, devido às oportunidades de emprego e às melhores condições de vida que

oferece. Ao despertar o interesse pelas cidades, estimula também as migrações, outro problema comum às aglomerações urbanas. Como resultado das disparidades, verifica-se o êxodo para as cidades, conforme endossado por Gilbert & Gugler (1992, p.67), quando expõem sobre as causas das migrações no Terceiro Mundo:

When people are asked why they moved, they usually cite the better prospects in the urban economy as their chief reason (GILBERT; GUGLER, 1992, p.67).

Os problemas urbanos apresentam-se, pois, como característicos do sistema de mercado, que abriga nas cidades o processo de industrialização. Dentre os aspectos característicos destes problemas estão a infra-estrutura deficiente, o desequilíbrio populacional entre áreas rurais e urbanas, o crescimento exagerado das grandes cidades e a ausência de pólos de crescimento em áreas atrasadas, conforme discutido também por Bacha e Klein (1986, p.177). A variedade de formas pelas quais estes problemas se manifestam justifica a colocação inicial dos autores, quanto a se tratar de “um problema de difícil definição”.

A argumentação de Andrade e Lodder (1979, p.27), baseada em indicadores demográficos, abre espaço para a comprovação da causalidade entre intensificação da atividade econômica, urbanização e problemas urbanos no Brasil. De acordo com a exposição dos autores sobre a consolidação do urbano no país e a partir de dados a este respeito, confirma-se que o período de industrialização acelerada ocorreu simultaneamente a um intenso processo de urbanização, no início da década de 70. Naquele ano, segundo Tolosa (1972, p. 143), população urbana brasileira, que havia verificado crescimento da ordem de 36%, entre 1940 e 1950 e de 45% no decênio seguinte, finalmente superou a população rural.

Com a transição urbana, os problemas urbanos passaram a intensificar-se no âmbito das grandes cidades, em sua maioria localizadas na faixa costeira¹. Os dados sobre licenciamento de veículos e licenças para construção de habitações nas três principais capitais do país apontam para uma rápida verticalização e aumento da utilização de veículos nas cidades. Tendo em vista os efeitos ocasionados pelo aumento do número de veículos e pela verticalização (poluição, congestionamento, etc.), ambos relacionados com a concentração

¹ Por razões geográficas, históricas e econômicas, conforme discutido por Herrera e Petch (1946, p.45 e seg.), as grandes cidades brasileiras localizam-se, sobretudo, na faixa costeira. Dentre as razões apontadas pelos autores merece destaque o argumento de que as primeiras ocupações ocorreram com finalidades “defensivas” na faixa litorânea

populacional, pode-se concluir pela intensificação dos problemas urbanos nas capitais relacionadas a seguir. Os dados apresentados referem-se às cidades de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo por estarem localizadas equidistantes do centro gravitacional do PIB e por esta razão, concentrarem, sob suas respectivas áreas de influência, a maior parcela da produção e da renda do país.

Tabela 1: Automóveis licenciados por capitais -1974-1975-1976

CAPITAIS	1974	1975	1976
Belo Horizonte	83.300	108.920	134.859
Rio de Janeiro	374.804	452.637	541.304
São Paulo	793.098	949.489	1.094.324

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, FIBGE, 1978

Tabela 2: Total de licenças para construir habitações – casas e apartamentos

CAPITAIS	1969	1973	1977	1981
Belo Horizonte	3.897	4.462	12.288	14.934
Rio de Janeiro	34.243	19.288	12.205	29.705
São Paulo	47.482	48.103	30.795	43.530

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, FIBGE, 1978

Tabela 3: Total de licenças para construção de casas

CAPITAIS	1969	1973	1977	1981
Belo Horizonte	1.263	1.574	1.714	3.102
Rio de Janeiro	3.684	4.381	3.628	2.979
São Paulo	20.136	11.571	13.559	18.715

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, FIBGE, 1978

Tabela 4: Total de licenças para construção de apartamentos

CAPITAIS	1969	1973	1977	1981
Belo Horizonte	2.634	2.888	10.574	11.832
Rio de Janeiro	30.559	14.907	8.577	26.726
São Paulo	27.346	36.532	17.236	24.815

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, FIBGE, 1978

Verifica-se, enfim, a partir da análise dos dados das três grandes capitais brasileiras, que houve verticalização e aumento da frota de veículos no período correspondente à intensificação do processo de industrialização, que se estende do “Milagre Brasileiro” até o período de amadurecimento dos investimentos lançados por ocasião do II PND. De fato, a partir dos anos 70, industrialização e urbanização caminham juntas, trazendo a necessidade de planejamento para aquelas cidades e regiões que concentravam os investimentos da última fase do processo de industrialização, este baseado na tentativa, por parte do Estado, de fechar a matriz industrial brasileira. Na mesma época, tiveram início, no plano acadêmico, as primeiras discussões em torno do planejamento regional, ancorado nas cidades de porte intermediário.

As contribuições teóricas serão apresentadas mais adiante. Porém, já é possível destacar que, apesar da pertinência das reflexões que aqui chegaram e se desenvolveram, na linha do planejamento regional, não foram conduzidas, por parte do setor público, ações contínuas.

A inexistência de ações governamentais contínuas deve-se aos desdobramentos das próprias políticas desenvolvimentistas adotadas nos últimos governos militares, bem como ao acirramento de problemas decorrentes das duas crises do petróleo, na década de 70, e ao acirramento de outros problemas econômicos que já vinham se arrastando.

Todos estes problemas impuseram-se, nos anos 80, como desafio urgente para o setor público, que então relegou a um segundo plano as políticas urbano-regionais. Explica-se: a estratégia de crescimento às custas de endividamento externo, que norteou o II PND, por um lado permitiu ao governo insistir na manutenção do crescimento econômico; por outro, estimulou o endividamento do Brasil junto ao resto do mundo, num momento de instabilidade generalizada. Os custos inerentes a esta opção de “crescimento com endividamento” se tornaram visíveis na década seguinte, sob forma de aumento dívida externa, que na ocasião passou a representar uma das prioridades do governo.

Ao endividamento externo somou-se a transição para o governo democrático e o aumento do nível de preços, aos quais o Estado respondeu com sucessivas e fracassadas tentativas de estabilização monetária, que perduraram até o final da década, sem que tivessem possibilitado mudanças significativas do ponto de vista do controle do processo inflacionário.

Aquela conjuntura, por demais tumultuada, já que combinava mudanças no plano político, instabilidade econômica interna - e seus diversos efeitos no âmbito social - e

endividamento externo, inibiram qualquer ação mais consistente do ponto de vista do planejamento urbano – regional, restringindo o assunto à esfera acadêmica.

Na França, ao contrário do Brasil, as políticas começaram a ser conduzidas pelo setor público quase na mesma medida em que estudos teóricos eram desenvolvidos pela esfera acadêmica. Lá, os problemas urbanos já se faziam notar na década de 50, quando teve início uma reflexão teórica fundamentada, que buscava analisá-los e, a partir daí, apontar alternativas. O que motivou a reorganização, do território francês, foi não só a concentração excessiva de recursos e atividades na cidade de Paris, comparativamente ao restante do território, mas, sobretudo, a presença, que já se fazia sentir, dos problemas urbanos oriundos da ocupação desigual do território nacional.

Esta nova proposta de organização do território, na literatura francesa denominada *aménagement du territoire*, foi estimulada pela incômoda presença dos problemas urbanos na região parisiense. Ainda que o movimento tenha incorporado medidas características de planejamento de longo prazo. Consistiu, pois, numa reação às evidências empíricas, fundamentada em termos teórico e prático, acadêmico e governamental, conforme será visto a seguir.

1.3 Planejamento urbano e regional na França: O *aménagement du territoire*

O *aménagement du territoire* corresponde, do ponto de vista etimológico, a um esforço no sentido de repensar a ocupação do espaço, diante de observações da realidade empírica. Teve início na França, onde, paralelamente à observação analítica, foi estruturado um arcabouço institucional, que fornecia suporte à reflexão teórica e à implementação de políticas.

Segundo Monod (1971, p.7), o *aménagement* tem como objetivo “atenuar as conseqüências regionais das mutações econômicas”, particularmente aceleradas na economia moderna e, por esta razão, geradoras de tensões, tais como o rápido crescimento populacional e o desgaste do solo. O autor considera também se tratar da combinação de duas reformas profundas: o surgimento da coordenação interministerial e a reforma regional (1971, p.35).

Pierre George sintetizou as propostas e o caráter do *aménagement* de acordo com seu significado para a esfera pública, de um lado, e para as empresas privadas, de outro:

Para as coletividades públicas, trata-se de atenuar as disparidades econômicas e sociais entre as diferentes regiões e as formas de ocupação do território e de assegurar melhor utilização da renda nacional. Para as empresas privadas o objetivo é uma organização mais flexível, uma condição mais econômica de produção, um ambiente mais adequado para o pessoal técnico - administrativo e para a mão-de-obra, em resumo, um crescimento da produtividade, melhor rentabilidade e, ainda, a revitalização de um mercado. (GEORGE, 1970, p. 16)

Na França, a iniciativa de observar e refletir sobre o espaço permitiu que um diagnóstico fosse elaborado e, com ele, o modelo de ocupação fosse repensado. A ocorrência de diagnósticos críticos, empreendidos pelos observadores franceses, permitiu a eles identificar desequilíbrios na ocupação do espaço, como a concentração urbana e econômica em Paris e os seus desdobramentos. As principais contribuições são tratadas a seguir.

1.3.1 Gottman e Gravier

Gottmann foi um dos pioneiros a sinalizar para a necessidade de empreender uma distribuição mais equilibrada de recursos humanos e materiais. Em 1952, coordenou a publicação da obra *L'Aménagement de L'Espace: Planification Régionale et Géographie*, que pretendia atrair a atenção dos formuladores de políticas urbano-regionais para a necessidade de planificação regional. Segundo o autor, os homens do governo já manifestavam conhecer a influência das cidades e a problemática da ocupação desequilibrada do território.

A contribuição de Gottmann extrapolou a identificação desta tendência para o nível da reflexão. A obra publicada em 1952 fornecia um diagnóstico formal do problema da concentração urbano - demográfica na França. Este mesmo diagnóstico seria objeto também da obra *A Geography of Europe*, publicada pelo mesmo autor em 1955, contendo um levantamento de justificativas históricas para o quadro de concentração na cidade de Paris. Além disso, estabelecia comparações do caso francês com a evolução da ocupação do território em outras capitais européias.

A investigação empreendida por Gottmann no estudo publicado em 1955 atribuía à Paris uma concentração de renda bem superior à verificada em qualquer outra capital da Europa. Ao salientar que a cidade não dispunha de recursos naturais que justificassem tamanha concentração, o autor buscou, no âmbito da geografia física e das evidências históricas, razões que explicassem a situação urbano - demográfica da França dos anos 50.

Do ponto de vista da geografia física, Gottmann aponta a posição estratégica da capital, “na confluência de vales e rios navegáveis” como um dos fatores explicativos da concentração humana na área metropolitana de Paris.

Já em relação aos aspectos históricos, explica que o crescimento de Paris remete-nos à Idade Média, pois desde aquela época o território francês começou a estruturar-se de forma a acarretar concentração na capital, e que se tornaria mais evidente no pós - segunda guerra mundial.

O autor destaca as melhorias realizadas por volta de 1200 pelo rei Felipe Augusto, beneficiando a cidade de Paris. Dentre as benfeitorias realizadas, enumera a construção de uma muralha circular, pavimentação das ruas e estruturação de instituições acadêmicas. O desenvolvimento comercial foi notável, de modo que, em 1400, Paris contava com população por volta de 300.000 habitantes, passando para 500.000 no início do século XVIII.

Na seqüência histórica, Gottmann verificou que a Revolução Francesa desempenhou papel significativo naquele modelo de ocupação, pois terminaria por reforçar a condição de centro político-administrativo, desempenhada por Paris. Apenas no século XIX, o crescimento assumiria uma direção oposta à concentração, através da formação de cinturões exteriores e eixos de ocupação que acompanhavam os principais rios e linhas férreas.

Em síntese, a notável contribuição de Gottmann deve-se ao fato de ter o autor diagnosticado o problema do desequilíbrio regional, investigado suas causas, apontado tendências e estabelecendo comparações. A consistência de sua análise é encontrada também em Gravier, que publicou a obra *Paris e o Deserto Francês*, na qual identifica a dimensão nacional do desequilíbrio urbano - regional.

A publicação de Gravier confirmou que Paris de fato concentrava riquezas e população de maneira desequilibrada, em relação ao restante do país. Contudo, Gottmann havia feito afirmações mais abrangentes, no sentido de que a natureza daquele tipo de análise (e, por conseguinte, a confirmação daquele diagnóstico) tornava-se uma tendência, bem como o fato de que esta tendência já conquistava o pensamento dos chamados homens do Estado, ou seja, aqueles responsáveis pela elaboração e implementação de políticas territoriais.

A partir de então, os trabalhos desenvolvidos na França, alusivos aos desequilíbrios urbano-regionais, novamente confirmaram a percepção de Gottmann. O fortalecimento de instituições comprometidas em solucionar o problema da ocupação desigual representa mais uma evidência de que aquela percepção ampliava-se, pois incluía a esfera da administração pública. Em primeiro lugar, destacaremos os estudos de outros autores que operaram

paralelamente ou deram seqüência à obra de Gottmann e, em seguida, apresentaremos a estruturação do aparato institucional. Tanto as referências teóricas quanto a criação de instituições foram importantes no sentido de aprofundar a reflexão e consolidar o *aménagement du territoire*.

1.3.2 Perroux

François Perroux desenvolveu sua análise urbano-regional partindo da identificação de um elemento na hierarquia urbana ao qual chamou de *pólos de crescimento*. Segundo o autor, a consolidação destes pólos é resultado dos impactos dinamizadores provocados pelo desenvolvimento de uma indústria motriz. A indústria motriz permite ao pólo estabelecer relações fortes com os entornos, a ponto de transformá-lo em ponto de onde partem e para onde convergem fluxos de crescimento.

Perroux enfatiza o potencial de atratividade que a indústria motriz exerce em seu processo de desenvolvimento, ao assimilar inovações nas forças de produção. Mudanças na estrutura econômica são consideradas condicionantes de desenvolvimento, enquanto aumentos na renda per capita geram apenas crescimento. O crescimento é, portanto, meramente quantitativo, enquanto o desenvolvimento é também qualitativo.

Porém, ainda que o período em que evoluiu a análise de Perroux tenha sido o mesmo do *aménagement du territoire*, o autor não faz referência explícita à função intermediária que os pólos poderiam vir a desempenhar na rede urbana. Outras contribuições, tradicionalmente enquadradas no *aménagement du territoire*, tem como ponto de partida o elemento intermediário na rede urbana enquanto estratégia para o remanejamento do espaço.

1.3.3 Rochefort

Em 1960, Michel Rochefort publicou a obra *L'Organisation Urbaine de L'Alsace*. Tendo este estudo sido organizado para o melhor conhecimento da estrutura hierárquica da rede urbana da Alsácia, pôde o autor identificar as *idades médias* como centros intermediários nesta hierarquia, caracterizá-las e, finalmente, adotar a terminologia cidades médias:

Centres intermédiaires entre les grandes villes et la multitude des organismes urbains élémentaires, les villes moyennes d'aujourd'hui se sont lentement élaborées au cours des phases de la concentration économique. (ROCHEFORT, 1960 p. 283).

Com base em três critérios por ele mesmo definidos, Rochefort pôde caracterizar e classificar as cidades em grandes, médias e pequenas. Estes critérios consistiam na posição geográfica, na organização interna e nas funções das cidades.

Rochefort analisou a região da Alsácia e observou que aquela parte do território francês dispusera, no passado, de duas regiões urbanas, estrategicamente localizadas e com potencial para se desenvolverem no período pré-industrial. Porém, o maior dinamismo em uma delas fez com que seu desenvolvimento ocorresse mais rápido, comparativamente à outra, que crescia mais lentamente. Rochefort justificou assim as diferenças entre a Alta e a Baixa Alsácia: a primeira dispunha de uma estrutura urbana mais hierarquizada, na qual destacavam-se uma cidade grande, três cidades médias e várias cidades de hierarquia inferior.

O autor mostrou então que houve uma tendência à perda de importância das cidades pequenas e médias na Alta Alsácia. Além disso, considerou primordial uma política de organização mais racional do espaço, que considerasse as relações interurbanas. Daí a necessidade de elaboração de planos para reforçar o papel das cidades médias, no âmbito da rede urbana regional.

1.3.4 As bases institucionais

Dentre as instituições que deram suporte ao *aménagement du territoire*, destacaram-se, pela complementaridade operacional que formaram, a CNAT (Commission Nationale à l'Aménagement au Territoire), DATAR (Délégation à l'Aménagement du Territoire et à l'Action Régionale) e CODER (Commission de Développement Économique Regional).

Situava-se, em primeiro plano, mais abrangente e menos setorial, a CNAT. A iniciativa para a criação desta comissão ocorreu a partir das contribuições da obra de Hautreux e Rochefort, intitulada *Le Niveau Supérieur de l'Armature Urbaine Française*, de 1964. Voltadas para um enfoque regional, encontravam-se, noutro plano, as CODER e a DATAR, que se propunham a viabilizar questões operacionais, definidas pela CNAT.

O trabalho que dera origem à criação da CNAT estudava a rede urbana francesa e, dentre outras contribuições, expunha os desequilíbrios entre seu nível hierarquicamente mais

alto e os demais escalões urbanos. Diante deste contraste, foi elaborado, por aquela comissão, um plano que pretendia encorajar o crescimento de oito conjuntos urbanos, então denominados *métropoles de equilíbrio*, de modo a viabilizar o acesso de boa parte da população à infra-estrutura urbana que, na época, era excessivamente centralizada na Região Metropolitana de Paris. Por *metrópoles de equilíbrio* entende-se um conjunto de metrópoles regionais que pudessem contrabalançar o peso de Paris em relação ao restante do território francês.

Segundo Amorim Filho, o trabalho de Hautreux e Rochefort destacava a presença do setor terciário como elemento principal da polarização. De acordo com este trabalho, a CNAT implementou, no ano de 1966, o V Plano de Desenvolvimento Econômico e Social, que buscava proporcionar, além de investimentos em setor secundário, a redistribuição de equipamentos terciários (1984, p.7). Além daqueles autores, cabe destacar ainda a contribuição de Labasse, em 1966, que forneceu a base teórica de uma política de desenvolvimento para as metrópoles de equilíbrio e outras políticas territoriais em fase de implementação.

De fato, o planejamento regional e urbano continuaria evoluindo nas direções propostas por Labasse em 1966. A partir da segunda metade da década de 60, ao objetivo de fortalecer as metrópoles de equilíbrio juntou-se o de promover as cidades médias e, como resultado, foram elaboradas políticas que apontavam-nas como elementos intermediários, capazes de desempenhar a função de pólos de equilíbrio em uma escala territorial menor. Esta concepção foi a base do VI Plano de Desenvolvimento Econômico e Social, implementado em 1971.

O VI Plano foi elaborado a partir do pressuposto de que o setor secundário pode favorecer relações de influência, partindo das cidades em direção aos seus entornos. O Plano contemplava também o desenvolvimento dos serviços enquanto estratégia para o fortalecimento das cidades médias. Porém, sinalizava para o fato de que o crescimento industrial desordenado, oriundo de subsídios governamentais, poderia implicar em custos para as cidades, por acarretar concentração urbana excessiva².

Verifica-se, portanto, que o fortalecimento das cidades médias tornou-se, a partir da década de 70, um dos principais instrumentos voltados para a reestruturação do espaço

² Esta colocação, pontuada pelos formuladores do VI Plano, mostra-se coerente com o discutido na segunda parte deste capítulo.

francês, objetivo que o *aménagement du territoire* propunha-se a alcançar. A esse respeito, lembra Jung:

L'aménagement est une réflexion à long terme, ce qui le différencie du Plan, instrument de travail à court terme, mais qui doit nécessairement s'insérer dans le cadre de l'aménagement du territoire. (JUNG, 1971, p.22)

Em termos da elaboração de política regional-urbana o *aménagement du territoire* teve sequência através do VI Plano. Do ponto de vista teórico, a estratégia de fortalecimento das cidades médias apoiou-se, dentre outros trabalhos, na obra de Lajugie, escrita por volta de 1973 (publicada em 1974) e intitulada *Les Villes Moyennes*.

Nesta obra o autor sugeria critérios demográficos e funcionais para a caracterização das cidades de acordo com a definição de cidades médias. Foi estabelecido um padrão demográfico para as cidades médias, mas ressaltava o autor que esta condição não seria suficiente para a caracterização daquelas cidades. Pelo contrário, segundo Lajugie, a observação da característica demográfica deveria ser complementada por uma análise das características funcionais das cidades.

Contemporâneo de Lajugie na evolução teórica sobre cidades médias - já que sua obra, *Transformation d'un Pays*, data de 1974 -, Monod foi responsável por identificar as cidades da França que se encaixavam na categoria de cidades médias. O autor verificou também que a distribuição destas cidades não acontecia de maneira uniforme pelo território do país. Outra contribuição de Monod, no que tange à temática das cidades médias, foi o tratamento dispensado às relações externas e à qualidade de vida desta categoria de cidades³.

As contribuições de Lajugie e Monod, nos primeiros anos da década de 70, confirmaram-se tratar de um aprimoramento das discussões teóricas, paralelamente à vigência das políticas privilegiadas pelo VI Plano. A abordagem contida em seus trabalhos reforçava a característica abrangente do *aménagement du territoire*, que prosseguiu estimulando a evolução teórica, mesmo quando as políticas já vinham sendo implementadas na França.

Dentre outras contribuições produzidas no âmbito acadêmico no decurso da década de 70 destacaram-se a obra, de Jean Labasse, *L'Espace Financier*, publicada em 1974, na qual o

³ Esta não foi a primeira contribuição do autor no âmbito do *aménagement du territoire*. Sua obra *L'Amenagement du Territoire*, publicada em 1971, explica a evolução do *aménagement* e salienta a importância do conhecimento da hierarquia de cidades.

autor destacava a importância das funções financeira e bancária para a configuração do espaço urbano.

No início daquela mesma década, estudos sistemáticos sobre as cidades médias começaram a envolver também o Brasil, a partir do trabalho de Amorim Filho sobre a posição de Formiga enquanto cidade média da Região Sudoeste de Minas Gerais. As considerações, restritas à esfera acadêmica, rapidamente estenderam-se, dando origem a projetos de planificação regional, conforme será verificado em seguida.

1.4 Contribuição teórica sobre as cidades pequenas

O desenrolar da discussão sobre cidades médias incitou observações acerca de cidades que ocupam outras posições no rol hierárquico urbano. Dentre elas, as cidades pequenas, definidas e analisadas por Kayser e Laborie, no início da década de 70.

Em se tratando do estudo empreendido pelos autores em questão, dois aspectos são dignos de nota.

Primeiramente, o período em que houve desenvolvimento teórico sobre cidades de pequeno porte foi posterior ao das cidades médias, reforçando assim o tratamento das *petites villes* enquanto extensão do *aménagement du territoire*. Verifica-se, pois, um aprofundamento da reflexão inicial, que tinha como objeto as cidades médias e que passa a englobar uma outra categoria de cidades, antes objeto apenas de monografias isoladas.

Em segundo lugar, o tratamento dispensado às cidades pequenas, nos primeiros estudos direcionados exclusivamente a esta categoria, incorpora referências ao crescimento. Sendo este uma seqüência de processos extensivos a todo o sistema urbano, conclui-se que a análise de Kayser e Laborie associava a dimensão temporal com o processo espacial. Esta associação mostra que as questões urbanas já haviam atingido um novo estágio, em relação ao teor das análises feitas até a década anterior.

As cidades pequenas ou de hierarquia inferior, chamadas “*Les petites villes*”, foram demograficamente definidas por Kayser e Laborie como aglomerações cuja população, na França da década de 70, variava entre 5000 e 22000 habitantes, (a definição dos autores, vale ressaltar, não se limitava a este critério demográfico). Consiste em uma categoria de cidades com perfil econômico próprio e por isso mesmo diferente do campo e das cidades médias, categorias que correspondem, respectivamente, ao nível hierárquico inferior e ao superior em relação às cidades pequenas. Vale destacar que o que ora se denomina perfil econômico é

resultado das funções urbanas desempenhadas pelas cidades. Estas correspondem às relações econômicas que a cidade realiza com seus *hinterlands* e que, segundo Hauser e Schnöre (1975, p. 77) compreendem o processamento ou comércio dos bens de consumo e serviços aos residentes e às povoações externas à área urbana.

O estudo de Kayser e Laborie identifica a função industrial como característica dominante de mais de 50% das cidades pequenas da França, analisadas na década de 70. Em seguida, o setor terciário, que predomina em cerca de 45% das cidades, sendo apenas as 5% restantes cidades pequenas predominantemente agrícolas.

Portanto, o aspecto que viabiliza o agrupamento destas cidades em uma categoria distinta das cidades médias e do campo é o fato de disporem de um setor de atividade urbana fortalecido, independentemente de qual seja ele. Os autores apenas sinalizam para o predomínio do secundário, no caso da França.

A importância do secundário estimula uma análise específica deste setor, e das características que possam justificar este predomínio, em detrimento dos serviços e, sobretudo, da agricultura. Nesse sentido, Kayser e Laborie destacaram o papel desempenhado por um único ramo de indústria, o que nos leva a concluir que o fortalecimento de um ramo de indústria pode ser suficiente para promover o fortalecimento de cidades de pequeno porte. Partindo da afirmação desta indústria, a consolidação da cidade conclui-se pelo estabelecimento de relações de mercado da indústria com as cidades de hierarquia superior e o campo, o que implica, conseqüentemente, num posterior fortalecimento do setor terciário, quando o dinamismo econômico da cidade se mantém.

Kayser e Laborie propuseram-se a analisar ainda os determinantes do crescimento das cidades pequenas. Este crescimento é resultado da combinação de dois fatores, a saber, a saturação das cidades de categoria superior na hierarquia urbana, simultaneamente à atratividade exercida pelas cidades pequenas sobre o campo. À saturação das metrópoles pode corresponder o fortalecimento das *petites villes*, de maneira que:

- inicialmente, o setor industrial nas grandes cidades estimula a concentração espacial, já que demanda serviços de suporte ao setor secundário. Diante dos problemas urbanos daí resultantes, surgem esforços, geralmente sob a forma de políticas de planejamento e intervenção, no sentido de promover a desconcentração espacial, que passa necessariamente pela desconcentração espacial da indústria;
- a dificuldade, inerente à consecução deste objetivo, reside na força centralizadora que as economias de escala e aglomeração exercem sobre cada indústria em

particular. Daí a necessidade de inversões governamentais fortes o bastante para romperem com as forças de atração, que mantêm a atividade econômica espacialmente concentrada;

- ao contrário dos esforços do setor público nas grandes cidades, observa-se, nas cidades de pequeno porte, o fortalecimento natural de uma única indústria no espaço;
- o fortalecimento desta monoindústria não carece necessariamente de elementos indutores externos. Pelo contrário, pode surgir lentamente como alternativa para os próprios problemas urbanos das grandes metrópoles e, gradativamente, começa a atrair recursos para as pequenas cidades, que intensificam, progressivamente, seus respectivos processos de urbanização;
- o crescimento econômico dessas cidades pequenas resulta da assimilação de parte da população rural pela monoindústria em crescimento. Esta monoindústria possui um diferencial em relação às indústrias instaladas em grandes centros urbanos, nos quais a forte concentração já se verifica e geralmente acarreta, nas indústrias destes grandes centros, queda da produtividade, devido às deseconomias de aglomeração;
- à medida que a concentração nos grandes centros compromete a produtividade industrial e a qualidade de vida da população, aumenta a competitividade da mono indústria, localizada na cidade de hierarquia inferior.

Verifica-se, portanto, que as deseconomias, que afetam as indústrias nas grandes cidades, representam um diferencial para o crescimento das cidades pequenas, permitem-nas fortalecer suas relações funcionais com outros elementos da hierarquia urbana e, por conseguinte, fortalecer a centralidade que exercem.

Porém, apesar do diferencial característico da monoindústria comum às cidades pequenas, esta categoria de cidades são, na maior parte das vezes, pouco contempladas pelas inversões privadas e quase intocadas do ponto de vista da intervenção estatal, haja vista o fato de apresentarem pouca expressividade no sistema urbano e pequeno mercado consumidor.

Por outro lado, em cidades de pequeno porte duas observações são dignas de nota. O perfil sócio - econômico em construção permite fazer delas elementos ainda em processo. Por outro lado para que estas cidades possam vir a amenizar o problema da concentração, comum às cidades de hierarquia superior, faz-se *mister* que o processo de crescimento a partir do

nível das cidades pequenas, bem como o volume e a destinação dos investimentos para estas cidades seja acompanhado pela iniciativa pública.

Por essa razão, a configuração destes espaços talvez não possa prescindir de intervenção governamental. Pelo contrário, cabe ao governo acompanhar o processo de consolidação destes espaços para que, ao longo deste processo de crescimento, sejam minimizados os problemas urbanos nas *petites villes*.

Cumprir registrar que, em que pese o diferencial das cidades ora denominadas pequenas para a manutenção de uma qualidade de vida alta e para a conformação de uma rede urbana equilibrada, a incúria das políticas públicas pode colocar por terra todo o diferencial desta categoria de cidades, seja através do aproveitamento inadequado do potencial de que dispõem, seja devido à falta de planejamento urbano local, de infra-estrutura condizente com suas necessidades de crescimento, dos custos ambientais provenientes da instalação de indústrias poluentes ou, ainda, dos custos sociais decorrentes da instalação de indústrias monopolistas.

A esse respeito, destaca Pierre George que:

(...) o *aménagement* ou a organização do espaço resulta da tomada de consciência das responsabilidades das coletividades e implica sempre numa certa contradição psicológica, muito mais do que econômica, entre os direitos da pessoa privada e os do Estado ou da coletividade local. (GEORGE, 1970, p.39)

As colocações de Monod (1971, p. 39 e seg.) complementam os obstáculos característicos do planejamento urbano - regional, quando sinaliza para a necessidade de uma reforma de fato na Administração Estatal que, somente ao tornar-se descentralizada, poderia viabilizar as reformas sugeridas no âmbito do *aménagement du territoire*. A reforma do estado seria, ela própria, parte da estratégia mais ampla de reformulação do espaço.

A este respeito, afirma Monod que os métodos modernos de gestão são incompatíveis com ações centralizadas. Segundo o autor, os sistemas econômicos fazem apenas dificultar os processos e provocar sub utilização do fator humano, daí a importância de se estimular iniciativas empresariais, para o fortalecimento de uma rede urbana equilibrada. Tais iniciativas poderiam acontecer através da canalização de investimentos para cidades pequenas e médias.

Existe, porém, um aspecto merecedor de reflexão: o fator humano parece ter evoluído, ao longo do processo de estruturação das redes urbanas, maior consciência sobre os

problemas e alternativas subjacentes à temática da concentração espacial de recursos (econômicos, humanos e de infra-estrutura).

Quando teve início o fortalecimento das grandes metrópoles, os agentes desse processo, motivados pela busca desenfreada pelo lucro, pareciam não se preocupar com as conseqüências da excessiva concentração espacial. Hoje, já vivenciando os problemas decorrentes desta forma de ocupação, os mesmos agentes parecem visualizar aquilo que seria um modelo ideal de ocupação do espaço, caracterizado pela distribuição equilibrada dos recursos; vêem nas cidades de médias uma boa alternativa de bem estar, daí a fuga para esta categoria de cidades e a crescente canalização de investimentos para o interior das mesmas. Trata-se de uma alternativa natural encontrada pelo homem a fim de solucionar problemas urbanos que sua ganância individual outrora criara.

Há de se considerar, porém, que a fuga para as cidades médias é resultado de uma busca individualista pelo bem-estar. O capital (humano e financeiro) sente-se atraído por esta categoria de cidades porque existe ali infra-estrutura razoável e problemas urbanos controláveis ou ainda inexistentes.

Porém, uma outra categoria de cidades, à primeira vista menos atrativa que as médias, merece ser considerada: os centros emergentes.

Dois fatores justificam que seja dada atenção a esta categoria de cidades:

Não apresentam a infra-estrutura das cidades médias, mas podem se tornar cidades médias, na medida em que são estruturadas suas economias e que suas relações de influência com o meio hierarquicamente inferior se solidificam.

Como não dispõem ainda de infra-estrutura razoável, não costumam atrair recursos na mesma proporção que as cidades médias. Porém, representam, muitas vezes, os únicos centros de referência para um enorme perímetro rural que as cerca e, por isso, se não forem devidamente estimuladas a aprimorar a infra-estrutura urbana, fatalmente perderão população e recursos para cidades maiores, colocando em risco a função centralizadora que exercem sobre o campo, além de desencadear sobrecarga de funções e problemas para as cidades médias.

O adequado estímulo aos centros emergentes é, portanto, fundamental para que as cidades médias mantenham suas próprias funções. As características destes centros serão tratadas mais adiante. Antes, porém, será considerada a evolução dos estudos sobre cidades médias no Brasil e dos *centros emergentes*, cidades que se encontram no limiar inferior da categoria das cidades médias.

1.5 Cidades médias no Brasil e contribuições teóricas recentes

No Brasil, estudos sobre Rede Urbana e Hierarquia de Cidades tiveram início na década de 60, porém, um dos primeiros trabalhos enfocando especificamente o estado de Minas Gerais coube a Yves Leloup. Sua obra, *Les villes du Minas Gerais* (1970), tratava da urbanização, hierarquia, rede urbana, evolução das cidades e relações entre elas (AMORIM FILHO, 1990, p. 27).

Em que pese a importância deste estudo, coube, entretanto, a Amorim Filho a iniciativa de produzir, com sua tese de doutorado *Contribution à L'Étude des Villes Moyennes au Minas Gerais*, a primeira abordagem sobre as cidades médias para uma região brasileira. O estudo de Amorim Filho, concluído em 1973, apresenta reflexões sobre a noção de cidades médias e consiste numa análise detalhada da região de Formiga e de sua condição de cidade média típica em Minas Gerais. A iniciativa de Amorim Filho teve como resultado a ampliação das discussões acerca do planejamento regional no Brasil e a inclusão das Cidades Médias como alternativa para promover a planificação. O mesmo autor publicou, em 1978, o estudo *Patos de Minas: uma cidade média em Minas Gerais e sua região*, no qual enfatizava a evolução do espaço urbano da cidade e suas relações intra e inter - regionais. Estas discussões, a exemplo do que ocorrera na França, acabaram expandindo-se para o terreno das políticas urbano - regionais, ao longo da década de 70.

Segundo Bruna (1983, p.106), até a década de 70 no Brasil, programas de planejamento regional limitavam-se a solucionar problemas setoriais, porém a partir da década de 70, o I PND e o II PND incluem “esforços e incentivos” voltados para o desenvolvimento da Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. Em âmbito estadual, a autora destaca o programa conduzido pelo governo do Estado de São Paulo, que buscava estimular as potencialidades das onze regiões administrativas estaduais. Segundo Bruna, a iniciativa naquele Estado retrata a busca do governo no sentido de incentivar “a concentração industrial fora da área metropolitana de São Paulo e a expansão ordenada de determinados centros urbanos”, apoiada na implantação de equipamentos típicos do setor terciário, tais como hospitais e escolas, além da infra-estrutura básica (BRUNA, 1983, p. 106).

Estas evidências coincidem com as colocações de Amorim Filho, que destaca que as cidades médias só passaram a integrar as políticas de planificação regional a partir de meados

dos anos 70, tendo atingido seu apogeu entre os anos de 1975 e 1983. Segundo o autor, estes planos caracterizaram-se, em seus primeiros quatro anos - até fins de 1978 -, por privilegiar cidades médias de nível superior, pertencentes à região Nordeste do país. Numa segunda etapa, reduz-se o número de cidades privilegiadas e, já nos anos 80, estes projetos passam a incluir também cidades médias de nível inferior. (AMORIM FILHO, 1996, p. 12-13)

Em 1979 Andrade e Lodder elaboraram o estudo *Sistema Urbano e Cidades Médias no Brasil*, no qual examinaram as mudanças no sistema de cidades durante a década de 70. Os autores destacam a importância estratégica das cidades de porte médio, especificamente no que tange ao crescimento demográfico e à capacidade de absorção de mão-de-obra.

Em 1982, Amorim Filho, Bueno e Abreu identificam e classificam as cidades médias do estado de Minas Gerais em quatro níveis hierárquicos, dentre os quais os Centros Emergentes, que correspondem às cidades do limiar mais baixo. A metodologia adotada e os resultados encontrados neste estudo serão tratados separadamente a seguir.

Paralelamente à evolução teórica sobre cidades médias, outros autores prosseguiram desenvolvendo estudos que abordavam a rede urbana e a hierarquia de cidades, tais como Bruna *et alli* (1983) que, analisando a estrutura das redes urbanas, destaca o papel das cidades como receptoras e transmissoras do crescimento e aponta a existência de pelo menos um centro polarizador como condição *sine qua non* para a estruturação do espaço.

Bacha e Klein (1986, p. 192) analisam a tendência à concentração populacional em torno das grandes cidades e destacam que, em países latino-americanos, esta concentração mostra-se mais elevada, comparativamente à Nova Zelândia e a certos países da Europa.

A evolução da temática das cidades médias estendeu-se, também, a outros países da América do Sul, tais como a Argentina e o Chile. Francini *et alli* analisam o processo de evolução da rede urbana dos pampas argentinos, as relações externas das cidades e a dinâmica das cidades médias. Segundo a autora, as cidades tendem, em seu processo de desenvolvimento, a gerar subsistemas urbano-regionais, para os quais desempenham papel relevante as cidades pequenas, pois proporcionam desejável articulação com o meio rural. (FRANCINI *et alli*, 1992, p. 39)

A abordagem teórica de Perroux foi recentemente retomada por Michel (1994, p.6), que destaca a importância da indústria motriz sobre o processo de polarização e deste para com o crescimento econômico .

Em épocas mais recentes, questões relativas à qualidade de vida e problemas ambientais das cidades médias também passaram a ser mais discutidos. Passaram também a

envolver a participação de estudiosos de diversos países latino-americanos. Foi o caso do Seminário Internacional de Ciudades Intermedias de America, que aconteceu em 1996, em La Sereña, Chile.

O seminário parte da constatação de que os países latino-americanos compartilham o problema de uma frágil organização hierárquica das cidades, com poucas e populosas cidades grandes e carência de centros médios, resultando em má qualidade de vida para a população das cidades de hierarquia superior.

Dentre as questões discutidas, mereceram destaque o fortalecimento dos governos locais, a dinâmica de crescimento e o levantamento de indicadores de qualidade de vida para as cidades médias. Quanto à dinâmica de crescimento, foi particularmente enfocada a importância do controle de crescimento das cidades médias, a fim de garantir as relações de complementaridade que devem desempenhar com a metrópole regional.

1.6 Os *centros emergentes*

Os *centros emergentes* foram tratados por Amorim Filho, Bueno e Abreu, em estudo de 1982 sobre as cidades de porte médio.

Amorim Filho, Bueno e Abreu procuram identificar e classificar as cidades médias do estado de Minas Gerais, de acordo com critérios como: relações regionais, potencial para retenção e fixação de fluxos migratórios, características morfológicas, estruturais e intra-urbanas, diferenciação sócio-econômica e tamanho demográfico. A adoção destes critérios permitiu a identificação de 102 cidades médias no estado, bem como a classificação do objeto de estudo em quatro categorias, a saber: cidades que desempenham a função de capital regional, cidades médias de nível superior, cidades médias de nível inferior e centros emergentes.

Os *centros emergentes* correspondem ao limiar inferior das cidades intermediárias estudadas por Amorim Filho, Bueno e Abreu. Segundo os autores, esta categoria de cidades apresenta população urbana superior a 10.000 e inferior a 50.000 habitantes.

O estudo conduzido por Amorim Filho, Bueno e Abreu analisou 45 *centros emergentes* em Minas Gerais, suas posições geográficas, organização interna e relações externas.

Em relação à estrutura econômica, o estudo concluiu ser ela predominantemente terciária e responsável pelas relações de influência que os centros emergentes exercem sobre o meio rural que os cerca. As cidades desta categoria que dispõem, além do terciário, de um setor industrial, mesmo que “embrionário”, apresentam maior dinamismo em relação aos demais *centros emergentes*. (AMORIM FILHO, BUENO e ABREU, 1982, p.44)

A economia destas cidades encontra-se ainda em fase inicial de estruturação. Seus setores terciário e industrial começam a se organizar para atender a população do próprio município e de seus entornos. Porém, ainda que a economia dos *centros emergentes* esteja em processo de estruturação, eles podem desempenhar a função de cidades médias. É o caso de redes urbanas que não dispõem de elementos hierarquicamente superiores, tais como capitais regionais ou cidades médias numerosas. Nestes casos os *centros emergentes* “funcionam como cidades médias”, pois desempenham as funções que, em outras circunstâncias, seriam por elas desempenhadas. Isto confere, aos centros emergentes, papel ainda mais relevante na rede de cidades.

A constatação anterior coincide com a observação feita por Lajugie (1973, p. 18) na obra *Les Villes Moyennes*. O autor destaca que as cidades cujo número de habitantes é inferior ao parâmetro demográfico comumente atribuído às cidades médias podem assim mesmo desempenhar a função de cidades médias, da mesma forma que cidades cujo número de habitantes é geralmente superior ao das cidades médias muitas vezes não desempenham a mesma função. Esta observação foi utilizada por Lajugie com o intuito de despertar para a limitação do critério demográfico.

O trabalho desenvolvido por Amorim Filho, Bueno e Abreu versava ainda sobre a localização dos 45 *centros emergentes* no estado. Puderam os autores observar que a incidência de cidades desta categoria era maior no Alto São Francisco, Alto Paranaíba e metade Norte de Minas Gerais, onde, segundo interpretação dos autores, as redes urbanas estavam ainda em “fase de gestação” (1982, p.45).

1.7 Políticas de planejamento urbano e regional no Brasil

O conteúdo das discussões anteriores permite concluir que as disparidades na ocupação do espaço acarretam uma série de problemas urbanos. Deixa evidente também o importante papel dos governos na operacionalização de soluções, conforme ocorreu na França, a partir da década de 60. Ficou evidente, ainda, a contribuição do meio acadêmico no

desenvolvimento de uma estrutura teórica que apoiasse a elaboração de políticas urbanas e regionais.

Porém, a defasagem temporal entre a detecção do problema e a elaboração de alternativas que os solucionem acarreta custos crescentes à sociedade. Ainda, uma segunda defasagem, existente entre a elaboração da política e a sua aplicação, potencializa estes custos. Como se não bastasse, existe ainda uma terceira defasagem, que é aquela existente entre a implementação da política e o surgimento dos seus efeitos. Cabe destacar que estes custos tendem a ser maiores, à medida que cresce a competição, típica do modo de produção capitalista, caracterizado por sucessivas revoluções tecnológicas e o conseqüente surgimento de novas demandas. Diante do exposto, conclui-se pela necessidade de as políticas de planejamento urbano assumirem uma característica preventiva, aliada à urgência.

O Brasil, em termos de políticas de planejamento urbano - regional e, mais especificamente, no caso do fortalecimento de cidades médias, encontra-se, desde a década de 70, na fase compreendida entre a identificação do problema e a aplicação das políticas.

Esta constatação é endossada por Amorim Filho (1996, p.13), quando observa que o interesse pelas cidades médias sofreu diminuição nos anos 80 para, nos anos 90, voltar a intensificar, em função da inclusão de temas antes pouco explorados, tais como a qualidade de vida e a percepção ambiental, que recentemente foram incorporados.

De fato, os desequilíbrios macroeconômicos, acentuados a partir da década de 80, exigiram que o setor público canalizasse esforços para a solução de questões mais urgentes que aquelas levantadas, na década de 70, a respeito do planejamento urbano - regional.

Há de se considerar ainda que planos e projetos para cidades médias no Brasil privilegiaram, durante a década de 70, o nível superior das cidades consideradas médias, localizadas, sobretudo, na região nordeste do país.

Em vista de tudo isto, o país acumula a necessidade de solução de problemas urbanos com a necessidade de planejamento que minimize os efeitos de novos problemas ainda por vir. Do ponto de vista da formulação de políticas, existe a demanda simultânea por medidas mais imediatas, que possam corrigir desequilíbrios, e o planejamento de longo prazo. Neste sentido, o apelo para o fortalecimento das cidades médias é decorrente de uma necessidade imediata, que pode vir a corrigir problemas já instaurados. Com base nas políticas de longo prazo, deve-se criar um diferencial para o país, tornando-o mais competitivo, através de uma rede urbana compatível com as necessidades do capitalismo em acelerado processo de evolução.

Ainda, no que tange às políticas de longo prazo, cumpre destacar que muitas cidades dispõem de potencial para desempenharem, futuramente, a função de cidades médias. Para tanto, devem tornar-se, o quanto antes, alvo de políticas de planejamento local e regional, bem como de ações da iniciativa privada⁴.

Partindo desta necessidade de longo prazo foi elaborado este estudo, que inclui o levantamento e a classificação das cidades que, pela importância que desempenham ou que poderão vir a desempenhar na rede urbana, merecem atenção, sob forma de ações que as contemplem.

Foi elaborada neste estudo uma análise quantitativa, com a finalidade de estabelecer o potencial de crescimento e de assimilação de investimentos dos *centros urbanos emergentes* de Minas Gerais. Apoiada em fundamentos técnico-estatísticos, a análise permitiu classificar as cidades médias potenciais do estado. Trata-se das cidades pequenas com potencial para, futuramente, desempenharem a função de cidades médias.

Devido às características do trabalho, tratar-se-á, pois, de um esforço de regionalização e classificação hierárquico-tipológica dos *centros emergentes*, obtidos através da aplicação da metodologia, que será apresentada a seguir.

1.8 A Metodologia

A tarefa de se classificar o espaço em diferentes regiões tem sido bastante aprimorado através do uso de métodos quantitativos, que permitem analisar conjuntamente numerosas variáveis características de cada região. A incorporação de novas tecnologias, sobretudo relacionadas aos Sistemas de Informação Geográfica, tem aperfeiçoado o tratamento dos dados, pois permitem a inclusão de um número maior de variáveis. Como resultado, o processo de classificação do espaço em regiões torna-se mais preciso, já que combina maior número de características. A definição de *região*, tradicionalmente polêmica em Geografia, recebe suporte, através da pesquisa experimental, das modernas técnicas de tratamento da informação.

Este estudo dos *centros emergentes* discorre essencialmente sobre a classificação desta categoria de cidades em Minas Gerais, através do uso de técnicas quantitativas. Trata-se,

⁴ Pierre George já sinalizava, no início dos anos 70, para a importância de uma combinação entre a iniciativa pública e a privada, com vistas a se promover o *aménagement*. GEORGE, Pierre, Conferências no Brasil. (1970, p. 39)

portanto, de um esforço de regionalização. Na terceira parte do trabalho, a abordagem quantitativa será complementada e afinada com um estudo de caso de um *centro emergente* característico, localizado em uma região pobre de Minas Gerais.

Diante da diversidade de fatores que definem as regiões, a utilização de métodos quantitativos em Geografia apóia-se, sobretudo, na estatística multivariada. Dentre as técnicas mais comumente adotadas, destacam-se a Análise de Agrupamentos e a Análise de Componentes Principais (ACP).

A Análise de Componentes Principais consiste em eleger o grupo de variáveis dentro do conjunto selecionado que, proporcionalmente, melhor explica a realidade tratada, enquanto a Análise de Agrupamentos consiste em transformar um conjunto de variáveis selecionadas em uma única variável principal.

O tratamento de dados neste trabalho inclui ambas as técnicas mencionadas, tendo a Análise de Componentes Principais precedido a Análise de Agrupamentos em *clusters* (*Cluster Analysis*). Para uma amostra de N elementos, cada um dos quais caracterizado por p variáveis, a *Cluster Analysis* consiste em agrupar estes N elementos em g classes.

Segundo Brian Everitt (1974, p. 8), o agrupamento pode ser feito por divisão ou aglomeração. No primeiro caso, por divisão, as classes são definidas *a priori* e, em seguida, os elementos analisados são alocados nas classes. Já a técnica de aglomeração consiste em agrupar os elementos de acordo com as semelhanças entre seus atributos.

Neste estudo, os elementos foram agrupados conforme a técnica de aglomeração. As variáveis foram consideradas integralmente, com o objetivo de formar grupos de cidades com características comuns.

O processo de agrupamento consiste em calcular a distância euclidiana entre as variáveis. Aquelas cidades, para as quais as variáveis adotadas apresentam forte semelhança, registram pequena distância euclidiana entre si, conforme será mostrado mais adiante, quando for apresentado o dendograma para os *centros emergentes* mineiros e os *clusters* daí obtidos. Os *clusters* correspondem aos grupos de cidades com características semelhantes e são perceptíveis no dendograma devido à pequena distância euclidiana entre as variáveis descritivas das cidades que os compõe.

Nesta técnica de agrupamento foram utilizados $N = 80$ cidades e $p = 49$ variáveis.

Os 80 casos foram selecionados a partir da Contagem da População de 1996, do IBGE, que permitiu identificar as cidades mineiras que atendem ao critério demográfico de *centros emergentes*. De acordo com este critério foram selecionadas todas as cidades cuja

população urbana situa-se na faixa compreendida entre os 5.000 e 50.000 habitantes. Da relação de cidades que atendem a este critério foram excluídas aquelas que pertencem à Região Metropolitana de Belo Horizonte e que, devido à grande proximidade com a capital e a influência que ela exerce sobre os outros elementos da rede urbana torna estes centros emergentes atípicos.

A escolha das 49 variáveis, dentre as 133 que compõe o Banco de Dados deste estudo (Anexo I), procurou atender às características que melhor descrevem o perfil e as funções dos *centros emergentes*, conforme enunciado por Amorim Filho, Bueno e Abreu (1982: 44).

Partindo do estudo citado, foram escolhidas variáveis indicativas da infra-estrutura urbana, tais como o número de estabelecimentos de ensino, saúde e intermediação financeira. Foram incluídos também a renda e o consumo (consumo urbano, por categorias de gastos, e consumo rural), bem como a variação da renda e da população, estas duas últimas variáveis utilizadas com o intuito de ilustrar se houve crescimento e dinamismo das cidades analisadas.

Os dados foram agrupados sob forma de matriz, na qual o conteúdo de cada célula x_{ij} indica o valor observado da variável j para o município i . A matriz 49x80, daí resultante, foi submetida a tratamento estatístico no laboratório da PUC Minas, utilizando o software *Statistica*.

O tratamento de dados, cujos resultados serão analisados no próximo capítulo, possibilitou:

- a) Identificar os Grupos de Variáveis (*fatores*) que mais contribuem para o agrupamento realizado;
- b) Classificar os *centros emergentes*, dos mais dinâmicos aos menos dinâmicos, a partir do *fator* mais representativo;
- c) Definir os grupos de cidades (*clusters*) com características semelhantes, utilizando-se da Análise de Agrupamentos (*Cluster Analysis*).

OS CENTROS URBANOS EMERGENTES DE MINAS GERAIS

Este capítulo apresenta os resultados do tratamento quantitativo realizado e divide-se em três partes.

Na primeira parte é apresentada e discutida a localização dos *centros emergentes*.

Na segunda parte, são apresentados os resultados dos três procedimentos feitos, utilizando-se o software *Statistica* no tratamento dos dados sobre os *centros emergentes*. Estes procedimentos consistiram na análise dos fatores, na classificação dos *centros emergentes* e no agrupamento destes em *clusters*, nessa ordem.

Na terceira parte será investigado o perfil de cada *cluster* encontrado.

2.1 Considerações sobre a localização dos *centros emergentes*

Uma grande parte dos *centros emergentes* de Minas Gerais concentra-se na porção meridional do Estado, onde é maior a fragmentação do território, dando origem a grande quantidade de pequenos municípios e cidades.

A localização das 80 cidades tratadas neste estudo é mostrada nos mapas das figuras 2,3 e 4, que registram a população urbana da sede de cada município ao qual pertencem os 80 *centros emergentes*. As figuras referem-se aos anos de 1980, 1991 e 2000.

Na porção meridional do estado é maior também o número de cidades médias, comparativamente à porção setentrional. Nesse caso, a hierarquia urbana aparece bem definida, com cidades médias de hierarquia superior e cidades médias típicas. Na porção setentrional, por outro lado, verifica-se carência de cidades médias, o que estimula os *centros emergentes* a desempenharem funções típicas de cidades médias, segundo Amorim Filho, Bueno e Abreu (1982, p. 44):

Quando não se dispõe de capitais regionais ou de cidades médias numerosas, o papel dos *centros emergentes* é mais importante ainda, pois são eles que funcionam como cidades médias (AMORIM FILHO, BUENO e ABREU, 1982, p. 44, grifo meu).

Há de se considerar ainda que os *centros emergentes* da porção meridional são

beneficiados por grande número de eixos rodoviários asfaltados. Como resultado, dispõem de facilidade de acesso rodoviário que, aliada à proximidade em relação à Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, confere a esses centros maiores vantagens relativas.

Estas considerações justificam a importância dos *centros emergentes* da porção setentrional do estado. Trata-se de cidades que não podem se beneficiar da proximidade com as grandes capitais nacionais, nem de vias de acesso abundantes, mas que assumem a responsabilidade de atender a um enorme entorno rural e a um grande número de cidades pequenas.

Cabe aqui ressaltar, porém, que o levantamento realizado em 1982 por Amorim Filho, Bueno e Abreu, e que versava sobre as cidades médias, apontou pequeno número de *centros emergentes* na porção meridional do estado. Aquele estudo concluía que a maior concentração de *centros emergentes* ocorria na metade norte de Minas Gerais e destacava a importância das cidades ali localizadas, por ocuparem zonas geográficas onde a rede urbana encontrava-se em fase de maturação. Segundo os autores, “no Sul de Minas e na Zona da Mata (onde está o maior número de cidades de hierarquia superior) são relativamente pouco numerosos os centros emergentes”. Mais adiante, afirmam que “é no Alto São Francisco, no Alto Paranaíba e em toda a metade norte de Minas Gerais que esses *centros emergentes* aparecem com maior importância”. (AMORIM FILHO, BUENO e ABREU, 1982, p. 44)

Ao contrário dos resultados encontrados no estudo de 1982, a investigação ora apresentada, sobre os *centros emergentes* de Minas Gerais, aponta para uma concentração desta categoria de cidades na parte sul do estado. Uma vez que o estudo ora apresentado inclui as mesmas variáveis que aquele de 1982 e que, tanto neste caso quanto naquele, foi utilizada a ACP para elaboração das conclusões, é possível afirmar que, de 1982 em diante, houve mudança na distribuição espacial dos *centros emergentes* de Minas Gerais, agora concentrados na porção sul do estado.

2.2 Os resultados do tratamento de dados

2.2.1 Análise dos Fatores

A Análise de Componentes Principais foi utilizada, neste estudo de *centros emergentes*, a fim de reunir os grupos de variáveis (fatores), mais fortemente correlacionados e que, por essa razão, melhor caracterizam esta categoria de cidades.

Segundo Barroso e Abreu (1980, p.18), a Análise de Componentes Principais (ACP) consiste num tipo de classificação sujeita a grupos de variáveis que se destacam, e não apenas em dados univariados. As componentes, segundo os autores, são consideradas em ordem de importância e segundo o percentual explicativo de cada uma.

A análise de componentes principais procura fazer p combinações lineares das p variáveis x_1, x_2, \dots, x_p , tais que cada uma delas capte o máximo possível da variação da matriz de dados X e, simultaneamente, cada componente permaneça linearmente independente das demais. (BARROSO; ABREU, 1980, p. 20)

A matriz de dados que deu suporte a ACP neste estudo é composta por 133 variáveis, para 80 cidades, e compõe o Anexo I.

Para a obtenção dos fatores foi utilizado o Software *Statistica*. As variáveis abaixo relacionadas foram aquelas que se mostraram mais fortemente correlacionadas e que formam o Fator 1. Devido à natureza das variáveis constitutivas deste fator, optou-se por denominá-lo de Componente de Infra-estrutura e de Consumo Urbano:

VARIÁVEIS DA COMPONENTE DE INFRA-ESTRUTURA E CONSUMO

URBANO:

Var 89 - Consumo residencial de energia – KWH - 1998

Var 91 - Consumo comercial de energia – KWH - 1998

Var 106 - Número de domicílios urbanos

Var 108 - Número de empresas – comércio

Var 113 - Bancos

Var 117 - Despesas com alimentação no domicílio

Var 118 - Despesas com alimentação fora do domicílio

Var 119 - Despesas com manutenção do lar

- Var 120 - Gastos com mobiliário e artigos do lar
- Var 121 - Gastos com eletrodomésticos e equipamentos
- Var 122 - Gastos com calçados
- Var 123 - Gastos com transporte urbano
- Var 124 - Gastos com veículo próprio
- Var 125 - Gastos com higiene e cuidados pessoais
- Var 126 - Gastos com medicamentos
- Var 127 - Outras despesas com saúde
- Var 128 - Gastos com livros e material de escritório
- Var 129 - Gastos com matrículas e mensalidades
- Var 130 - Despesas diversas
- Var 132 - Consumo urbano

Uma vez identificadas as variáveis mais fortemente correlacionadas (Fator 1), foi elaborada a classificação dos *centros emergentes*, conforme será discutido a seguir.

A análise completa, incluindo três fatores, mostra fraca correlação de variáveis nos fatores 2 e 3. A baixa correlação é confirmada através da tabela de correlação das variáveis e dos *Eigenvalues*, disponíveis no Anexo II.

2.2.2 Ranking dos centros emergentes

Para fins de classificação dos 80 elementos analisados, foi considerado o Fator 1, em função de seu grau de explicação (49,29%) ter sido mais alto que o dos outros dois fatores.

O *ranking* de *centros emergentes* ora apresentado considera como mais dinâmicas aquelas cidades onde o consumo urbano, a infra-estrutura bancária e comercial e a as outras variáveis constitutivas do Fator 1 apresentam os valores mais altos. A classificação encontrada é apresentada a seguir e aponta São Sebastião do Paraíso, na Mesorregião Sul / Sudoeste de Minas, como o *centro emergente* mais dinâmico do estado.

CLASSIFICAÇÃO DOS CENTROS EMERGENTES DE MINAS GERAIS

1. São Sebastião do Paraíso
2. Ouro Preto
3. Frutal
4. Manhuaçu
5. Guaxupé
6. São Lourenço
7. Pirapora
8. Leopoldina
9. Campo Belo
10. Ouro Branco
11. Três Pontas
12. Monte Carmelo
13. Bom Despacho
14. Santos Dumont
15. Além Paraíba
16. Congonhas
17. Nanuque
18. Mariana
19. Lagoa da Prata
20. Andradas
21. Diamantina
22. João Pinheiro
23. Iturama
24. Santa Rita do Sapucaí
25. Arcos
26. Oliveira
27. Machado
28. Boa Esperança
29. Pium-í
30. Januária
31. Carangola

32. Nova Serrana
33. Bocaiúva
34. São Gotardo
35. Visconde do Rio Branco
36. Caxambu
37. Carmo do Paranaíba
38. Ouro Fino
39. Três Marias
40. São João Nepomuceno
41. Santa Bárbara
42. Coromandel
43. Várzea da Palma
44. Tupaciguara
45. Santo Antônio do Monte
46. Salinas
47. Bambuí
48. Pitanguí
49. Ibiá
50. Almenara
51. Abaeté
52. Pompéu
53. Barão de Cocais
54. Corinto
55. São Gonçalo do Sapucaí
56. Mateus Leme
57. Mantena
58. Guanhães
59. Conselheiro Pena
60. Aimorés
61. Manhumirim
62. Nepomuceno
63. Barroso
64. Paraopeba

65. São Francisco
66. Araçuaí
67. Itapeçerica
68. Raul Soares
69. Pedra Azul
70. Capelinha
71. Porteirinha
72. Taiobeiras
73. Espinosa
74. Brasília de Minas
75. Itaobim
76. Itamarandiba
77. Jequitinhonha
78. Coração de Jesus
79. Manga
80. Buritizeiro

A relação completa dos municípios abrangidos neste trabalho, bem como as microrregiões e mesorregiões aos quais pertencem, compõem o Anexo III.

Dos 80 (oitenta) casos classificados neste estudo, 13 (treze) pertencem à Mesorregião Norte de Minas. Esta Mesorregião é a que participa com o maior número de cidades, dentre as 12 (doze) mesorregiões aqui tratadas.

Onze *centros emergentes* pertencentes à Mesorregião Sul/Sudoeste são aqui analisados, o que confere a ela a segunda posição em número de casos tratados neste estudo.

As mesorregiões da Zona da Mata e Metropolitana de Belo Horizonte participam desta análise com expressividade intermediária, apresentando 9 (nove) cidades cada uma.

Em seguida, as mesorregiões do Jequitinhonha, Oeste e Triângulo/Alto Paranaíba possuem, cada uma delas, 8 (oito) cidades incluídas neste estudo, seguidas pelas mesorregiões Central Mineira e Vale do Rio Doce, que apresentam, respectivamente, 6 (seis) e 4 (quatro) *centros emergentes*.

Com participação pouco expressiva, aparecem finalmente as mesorregiões Campo das Vertentes, Noroeste e Vale do Mucuri que, juntas, contribuem com apenas 4 (quatro) dos 80 (oitenta) municípios analisados.

Observa-se significativa participação, quanto ao número de casos aqui tratados, do Jequitinhonha e do Norte de Minas que, juntos, englobam 21 (vinte e um), dos 80 (oitenta) *centros emergentes*.

As mesorregiões Sul/Sudoeste e Oeste ocupam juntas o segundo lugar, com 19 (dezenove) casos.

A forte participação da Mesorregião Norte de Minas, quanto ao número de cidades, não se repete em se tratando da hierarquia de suas cidades na classificação geral. A Mesorregião Norte figura com o maior número de *centros emergentes*, mas, por outro lado, apresenta centros de baixa hierarquia, em sua maioria. Das 13 (treze) cidades que fazem parte desta mesorregião, 7 (sete) ocupam as dez últimas posições hierárquicas. São elas: Porteirinha, Taiobeiras, Espinosa, Brasília de Minas, Coração de Jesus, Manga e Buritizeiro. Apenas Pirapora, na metade norte de Minas e na sétima posição no *ranking* geral, aparece entre os dez primeiros *centros emergentes* do estado.

O tratamento conjunto das mesorregiões Norte de Minas e Jequitinhonha, que respondem por 21 (vinte e um) *centros emergentes* dentre o total do estado, confirma a baixa hierarquia das cidades. Dos 8 (oito) centros do Jequitinhonha aqui tratados, 5 (cinco) estão entre os doze últimos em termos hierárquicos. São eles: Pedra Azul, Capelinha, Itaobim, Itamarandiba e Jequitinhonha. Dentre os *centros emergentes* desta mesorregião, apenas Diamantina apresenta melhor classificação, aparecendo na vigésima primeira posição no *ranking*.

A baixa hierarquia das cidades destas mesorregiões é reafirmada através da observação das últimas posições no *ranking*: todos os *centros emergentes* que ocupam as doze últimas posições pertencem ao Norte de Minas ou Jequitinhonha.

Os dois *centros emergentes* da Mesorregião Campo das Vertentes (Barroso e Nepomuceno), aparecem também em posição de hierarquia relativamente baixa, logo atrás das cidades do Vale do Rio Doce.

Os *centros emergentes* da Mesorregião do Vale do Rio Doce (Mantena, Guanhães, Conselheiro Pena e Aimorés) aparecem, nessa ordem, em posição hierárquica também relativamente baixa (57^a e 60^a, respectivamente).

Dentre os municípios da Mesorregião Triângulo/Alto Paranaíba, Iturama (23^a), São Gotardo (34^a), Carmo do Paranaíba (37^a), Coromandel (42^a), Tupaciguara (44^a) e Ibiá (49^a), ocupam posições superiores ou intermediárias em termos hierárquicos. Frutal e Monte Carmelo destacam-se entre os doze primeiros *centros emergentes* no *ranking*.

Em se tratando da Mesorregião Metropolitana, as cidades de Ouro Preto e Ouro Branco aparecem entre as 12 (doze) melhor posicionadas em emergência. As cidades de Congonhas e Mariana aparecem em seguida, nas posições 16^a e 18^a, respectivamente. Os outros *centros emergentes* da Mesorregião Metropolitana ocupam posições intermediárias no *ranking* classificatório, sendo a pior posição a de Paraopeba (64^a). Este *centro emergente* aparece, na classificação geral, em posição hierárquica mais baixa, atrás das cidades do Vale do Rio Doce e do Campo das Vertentes.

A Mesorregião Sul/Sudoeste responde por quatro dos doze *centros emergentes* melhor posicionados na classificação. São eles: São Sebastião do Paraíso, Guaxupé, São Lourenço e Três Pontas.

Andradas, Santa Rita do Sapucaí, Machado, Boa Esperança, Caxambu e Ouro Fino, também pertencentes à Mesorregião Sul/Sudoeste, ocupam posição de superior a intermediária, não ultrapassando, porém, a 40^a posição. Somente São Gonçalo do Sapucaí figura em posição menos satisfatória (55^a), logo à frente do grupo de *centros emergentes* do Vale do Rio Doce.

Situação semelhante à da Mesorregião Sul/Sudoeste é verificada para as cidades da Mesorregião Oeste. Campo Belo, a melhor posicionado, aparece no 9^o lugar da hierarquia geral. Já Itapeverica ocupa, no extremo oposto, a 67^a posição. Todos os outros *centros emergentes* desta mesorregião figuram em posição inferior e/ou intermediária: Arcos (25^a), Oliveira (26^a), Pium-í (29^a), Nova Serrana (32^a), Santo Antônio do Monte (45^a) e Bambuí (47^a).

Quanto à Zona da Mata, destacam-se Manhuaçu (4^a), Leopoldina (8^a), Santos Dumont (14^a) e Além Paraíba (15^a). Em posição intermediária, Carangola (31^a), Visconde do Rio Branco (35^a) e São João Nepomuceno (40^a). As piores classificações, dentre os *centros emergentes* desta mesorregião, foram de Manhumirim, 61^a, e Raul Soares, 68^a posição.

As cidades de Santos Dumont (Zona da Mata) e Bom Despacho (Central Mineira) destacam-se por apresentar elevadas despesas de consumo, característica comum aos doze centros melhor colocados na hierarquia geral. Há de se considerar, porém, que tanto Santos Dumont quanto Bom Despacho são cidades com elevado número de domicílios urbanos.

Por outro lado, a cidade de Ouro Branco, apesar de estar incluída entre as doze cidades de maior hierarquia, registra despesas de consumo de energia inferiores às outras onze cidades melhor posicionadas, constatação esta que coincide com o baixo número de domicílios urbanos desta cidade em relação às outras onze, bem como com o fato de Ouro Branco ter

sido a cidade com o menor número de bancos e de estabelecimentos comerciais, dentre as doze cidades melhor posicionadas na classificação geral.

Ao lado de Guaxupé e São Lourenço, Ouro Branco figura, por outro lado, entre as cidades que registram mais elevado IDH, dentre todos os *centros emergentes* do estado. Quanto a este indicador, observa-se o pior desempenho, dentre as cidades melhor posicionadas, em Manhuaçu, cuja população total registrada é a segunda maior, dentre os oitenta *centros emergentes* e onde o número de domicílios rurais é também muito grande. Como resultado, o percentual da população alfabetizada é pequeno, em relação às cidades de maior hierarquia.

As doze melhores cidades classificadas dispõem de boa infra-estrutura educacional para ensino médio.

Quanto ao número de leitos hospitalares, os centros de melhor classificação dispõem de alto número, à exceção de Ouro Branco e Monte Carmelo.

As cidades que ocupam as últimas posições na classificação geral dispõem de poucos leitos hospitalares, à exceção de Capelinha, cidade que possui número de leitos comparável ao de cidades como Carangola e Manhuaçu.

Quanto à infra-estrutura de ensino, as cidades de menor hierarquia apresentam alto número de estabelecimentos de ensino fundamental. Já em se tratando do ensino médio, apenas Coração de Jesus, Brasília de Minas e Porteirinha destacam-se das demais cidades desse nível hierárquico, com número de estabelecimentos um pouco acima do número verificado para estes centros de mais baixa posição hierárquica. Trata-se, ainda, de cidades com fraca despesa de consumo, tanto de bens e serviços, quanto de energia. Esses centros apresentam também alto percentual de domicílios rurais em relação ao total da população. O percentual de população alfabetizada é também baixo, em todas as doze cidades de menor hierarquia. Além disso, são cidades de baixo IDH. Porteirinha, a mais populosa dessas cidades, apresenta o pior IDH dentre todos os *centros emergentes* do estado.

As figuras a seguir mostram a evolução temporal da variável IDH entre os municípios mineiros que abrigam os *centros emergentes* aqui tratados. As figuras referem-se aos anos de 1970, 1980 e 1991 e mostram que a porção sul do estado e a região do Triângulo Mineiro mantiveram, ao longo destas três décadas, os melhores índices de Desenvolvimento Humano. Os valores mais altos de IDH referem-se, sobretudo, a municípios onde é forte a influência de São Paulo ou de Belo Horizonte.

De 1970 até 1991, o IDH de diversos municípios do Norte e Jequitinhonha não acompanhou a melhora verificada, para este mesmo indicador, na parte meridional do estado. Enquanto no Sul, Sudoeste, Triângulo, Zona da Mata e Região Metropolitana o IDH melhorou, municípios como Coração de Jesus, Brasília de Minas, Januária, São Francisco, Manga e Itamarandiba não conseguiram acompanhar esta evolução.

No Vale do Mucuri, o município de Nanuque registrou sensível melhora neste índice de 1970 para 1980.

O comportamento da renda familiar per capita média para os municípios que abrigam os 80 *centros urbanos emergentes* estudados reflete a pobreza da porção norte do estado, conforme mostram as figuras a seguir.

Algumas exceções referem-se a:

- Raul Soares, na Zona da Mata, onde o nível médio de renda situa-se no limiar inferior do estado em todos os três anos analisados, com valores mais ou menos compatíveis com municípios como Porteirinha e Salinas;
- Barroso, município da mesorregião Campo das Vertentes, que de 1970 para 1980 e de 1980 para 1991, caiu progressivamente, em relação às faixas de renda que ocupava em 1970;
- Nanuque, no Vale do Mucuri, que apesar de ocupar a porção setentrional do estado, onde é maior a pobreza, melhorou progressivamente em relação às faixas de renda que ocupava em 1970.

As variações temporais da população, da renda e do IDH são a seguir ilustradas para os 80 municípios.

A evolução destas variáveis sugere se os municípios e seus respectivos *centros emergentes* projetaram-se em termos de tamanho populacional e se o nível médio de renda por habitante cresceu ou diminuiu. Para os *centros emergentes* onde foi grande o crescimento da renda e da população é possível levantar a suspeita de se tratar de centros particularmente dinâmicos e, por essa razão, mais emergentes.

Os mapas das figuras 11, 12 e 13, a seguir, mostram a variação dos seguintes indicadores municipais: população urbana da sede, renda familiar per capita média e IDH.

2.2.3 Análise de Agrupamento

A Análise de Agrupamento realizada neste estudo permitiu identificar grupos de cidades para as quais as variáveis do Fator 1 guardam forte semelhança. Para identificá-las, utilizou-se a *Cluster Analysis*, função disponível no Software *Statistica*. Esta técnica consiste em medir a distância euclidiana entre as 49 variáveis de cada um dos 80 casos, conforme já explicado no Capítulo 1.

O resultado apresentado a seguir, sob forma de dendograma, mostra no eixo horizontal as 80 cidades estudadas e no eixo vertical a distância euclidiana entre as variáveis selecionadas. Quanto menores as barras que unem duas cidades, menor é a distância euclidiana entre as variáveis que as caracterizam e maior é a semelhança entre as cidades.

A figura evidencia casos de cidades para os quais é pequena a distância euclidiana. Nestes casos, verifica-se a ocorrência de *clusters*. A segunda parte deste capítulo apresenta e investiga de forma breve cada um dos *clusters* encontrados. Os casos agrupados em *clusters* nem sempre apresentam, nitidamente, o mesmo perfil, mas guardam algumas semelhanças em relação às variáveis do fator 1, relacionadas no item 2.2.1. O esforço de se investigar cada grupo de *centros emergentes* encontrado destina-se, portanto, a buscar o perfil mais geral de cada grupo de cidades.

2.3 Os *clusters* de centros emergentes

Esta parte tem como objetivo fornecer uma interpretação dos resultados que foram obtidos através do tratamento quantitativo dos dados.

Apresenta os *centros emergentes* de maneira agrupada, avalia as semelhanças entre as cidades pertencentes a cada grupo, os fatores determinantes do maior ou melhor dinamismo destes centros e a localização destes grupos de cidades dentro dos limites regionais do estado de Minas Gerais.

2.3.1 Os grupos de cidades

A aplicação da Análise de Componentes Principais ao grupo de cidades mineiras permitiu que fossem identificados 7 (sete) grupos de cidades com características semelhantes e outros 4 (quatro) pares de cidades parecidas. A identificação destes grupos (*clusters*) foi possível pela técnica de aglomeração, que resultou no dendograma, já exposto na Parte 2.

Uma vez encontrados os grupos, cada um foi estudado e descrito, a fim de identificar semelhanças entre os casos ali incluídos que pudessem justificar a agrupamento.

Procurou-se avaliar o perfil de cada *cluster* a partir de indicadores como a infraestrutura urbana, a base econômica e indicadores de desenvolvimento humano.

Primeiramente foram tomadas as variáveis alusivas ao número de estabelecimentos (comércio, serviços e indústria), com o intuito de investigar se existe predomínio de um único setor de atividade. Sobre este predomínio, o estudo elaborado por Amorim Filho, Bueno e Abreu havia concluído que “na maioria dos centros emergentes, o predomínio quase absoluto é do terciário” (1982, p.44).

Foram também incluídos os parâmetros referentes à infra-estrutura de educação e saúde, que estão relacionados às funções urbanas e que determinam o grau de influência das cidades em relação aos seus entornos.

Outros dados, sobre variação da renda e da população, foram também considerados, pois indicam o dinamismo dos municípios. Além destes, dados sobre consumo e IDH foram incluídos para fins de complementação da análise, pois permitem constatações importantes em relação à qualidade de vida nos grupos de municípios encontrados.

Procurou-se, enfim, adotar, para o estudo dos *clusters*, o maior número de variáveis, dentre aquelas que Amorim Filho, Bueno e Abreu (1982, p.37) destacaram como sendo

“utilizadas comumente na identificação dos níveis de hierarquia urbana”.

Cada um dos indicadores municipais que compõem os grupos analisados, a seguir foi contrastado com a média geral dos 80 casos tratados neste estudo.

2.3.2 Cluster 1

Embora composto por cidades distantes umas das outras, sugerindo dispersão do ponto de vista espacial, cabe considerar, por outro lado, que levando-se em consideração o grande número de municípios aqui incluídos, treze ao todo, esta dispersão torna-se menos significativa.

Este cluster abrange cidades do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Região Central Mineira e Metropolitana de Belo Horizonte, além de municípios do Sul/Sudoeste e Zona da Mata, conforme indicado na tabela a seguir.

Tabela 5: Relação de municípios do Cluster 1 e suas respectivas mesorregiões

MUNICÍPIO	MESORREGIÃO
Abaeté	Central Mineira
Bambuí	Oeste de Minas
Barão de Cocais	Metropolitana de BH
Caxambu	Sul/Sudoeste de Minas
Coromandel	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba
Mateus Leme	Metropolitana de BH
Pitangui	Metropolitana de BH
Pompeu	Central Mineira
S.G. Sapucaí	Sul/Sudoeste de Minas
São Gotardo	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba
S.João Nepomuceno	Zona da Mata
Três Marias	Central Mineira
Tupaciguara	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fundação IBGE, 1996

Das cidades ora analisadas, Abaeté, Pompeu e São João Nepomuceno apresentam elevado número de estabelecimentos industriais, em relação às outras dez, nas quais sobressai

o comércio e os serviços. Destaca-se, neste grupo, o caso de Caxambu, cidade turística cujo terciário supera o das outras cidades do grupo. Apesar da importância do comércio e serviços, comparativamente à indústria em todos os casos deste *cluster*, nota-se que o número de estabelecimentos é ainda pequeno, em relação à média geral, conforme pode ser constatado pelos números de Barão de Cocais, Pitangui, Pompeu, São Gotardo e Tupaciguara.

Tabela 6: Cluster 1 – Número de empresas por setor

MUNICÍPIOS	COMÉRCIO	INDÚSTRIA	SERVIÇOS
Abaeté	375	130	316
Bambuí	352	65	208
Barão de Cocais	243	73	341
Caxambu	506	80	370
Coromandel	456	52	249
Mateus Leme	224	77	285
Pitangui	370	75	297
Pompeu	350	169	282
S.G. Sapucaí	363	78	284
São Gotardo	404	73	245
S.João Nepomuceno	435	196	368
Três Marias	360	58	416
Tupaciguara	390	72	245
MÉDIA GERAL	487	119	382

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IPEA/PUC, 1999

Quanto às condições de ensino, o número de estabelecimentos sugere infra-estrutura deficiente, em todas as cidades pertencentes a este *cluster*. Casos isolados, que divergem do conjunto, referem-se a Barão de Cocais (cidade que possui estabelecimentos de ensino pré-escolar superior ao conjunto e à média geral), Mateus Leme e Pitangui (que, assim como Barão de Cocais, possuem quatro estabelecimentos de ensino fundamental). A análise dos municípios em sua totalidade comprova, porém, infra-estrutura precária, de acordo com a tabela.

Tabela 7: Cluster 1 – Número de estabelecimentos de ensino por categoria

MUNICÍPIOS	PRÉ-ESCOLAR	MÉDIO	FUNDAMENTAL
Abaeté	3	34	2
BambuÍ	9	23	3
Barão de Cocais	19	16	4
Caxambu	10	11	2
Coromandel	2	27	3
Mateus Leme	8	16	4
Pitangui	4	18	4
Pompeu	9	28	2
S.G. SapucaÍ	14	15	1
São Gotardo	14	18	1
S.João Nepomuceno	8	17	2
Três Marias	6	24	3
Tupaciguara	8	14	3
MÉDIA GERAL	14	40	3,5

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da Fundação IBGE, 1998

Quanto aos indicadores de desenvolvimento humano, as variáveis analisadas mostram tratar-se de cidades que apresentam bom desenvolvimento. O IDH registra valores acima da média geral para quase todos os municípios deste grupo. Valores ligeiramente abaixo da média referem-se a Barão de Cocais e Mateus Leme, que também registram os maiores índices de mortalidade infantil, conforme mostra a tabela. A análise conjunta do IDH e do percentual de crianças fora da escola aponta também para condições menos favoráveis em Abaeté e Pompeu em relação às demais.

Tabela 8: Cluster 1 – Desenvolvimento Humano

MUNICÍPIOS	CRIANÇAS FORA DA ESCOLA (%)	MORTALIDADE INFANTIL	IDH
Abaeté	21,00	42,62	0,656
BambuÍ	11,69	48,42	0,696
Barão de Cocais	10,66	66,98	0,653
Caxambu	11,12	40,98	0,741
Coromandel	14,72	26,27	0,736
Mateus Leme	11,76	68,73	0,621
Pitangui	12,15	48,32	0,702
Pompeu	23,12	44,70	0,668
S.G. SapucaÍ	19,22	42,70	0,703
São Gotardo	13,71	50,66	0,738
S.João Nepomuceno	20,39	54,46	0,706
Três Marias	11,24	32,58	0,697
Tupaciguara	15,62	37,53	0,771
MÉDIA GERAL	18,92	49,98	0,654

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da FJP/IPEA, 1996 e IBGE, 1998

À exceção de Bambuí, Coromandel e, sobretudo, Tupaciguara, os municípios incluídos neste cluster registram bom crescimento demográfico, acompanhado de queda da renda per capita na década de 80, conforme mostra a tabela de dados referentes à emergência.

Tabela 9: Cluster 1 - Emergência

MUNICÍPIOS	VARIAÇÃO DA RENDA PER CAPITA - 1980-90	CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO (%)
Abaeté	-6,220	1,120
BambuÍ	-10,620	0,360
Barão de Cocais	-15,400	2,040
Caxambu	-8,080	1,350
Coromandel	-5,110	0,690
Mateus Leme	-13,690	3,250
Pitangui	-2,790	1,810
Pompeu	-19,650	2,520
S.Gonçalo do SapucaÍ	-10,790	0,960
São Gotardo	-8,210	2,570
São João Nepomuceno	-10,990	1,660
Três Marias	-8,360	2,280
Tupaciguara	-3,690	-0,830
MÉDIA GERAL	-7,690	0,749

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IPEA/PUC, 1999

2.3.3 Cluster 2

Composto pelos municípios de Espinosa e Taiobeiras, no Norte de Minas, Pedra Azul, no Jequitinhonha, Aimorés e Guanhões, no Vale do Rio Doce e Raul Soares e Manhumirim, na Zona da Mata, sugere alguma organização espacial, não chegando a configurar de fato concentração.

Tabela 10: Cluster 2 – Localização dos municípios por mesorregiões

MUNICÍPIOS	MESORREGIÕES
Aimorés	Vale do Rio Doce
Espinosa	Norte de Minas
Guanhães	Vale do Rio Doce
Manhumirim	Zona da Mata
Pedra Azul	Jequitinhonha
Raul Soares	Zona da Mata
Taiobeiras	Norte de Minas

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação IBGE, 1996

Os municípios incluídos neste grupo caracterizam-se por baixo número de indústrias, número total de estabelecimentos comerciais abaixo da média geral e setor terciário pouco representativo. Uma análise extensiva às empresas agrícolas permite verificar que o número de estabelecimentos desta categoria só supera a média geral nas cidades de Taiobeiras e Pedra Azul. É comum às cidades deste grupo, portanto, o baixo número de empresas independentemente do setor de atividade dos estabelecimentos.

Os estabelecimentos agrícolas ora mencionados foram analisados a partir do banco de dados anexo a este estudo.

Tabela 11: Cluster 2 – Número de empresas por setor

MUNICÍPIOS	COMÉRCIO	INDÚSTRIA	SERVIÇOS
Aimorés	282	43	192
Espinosa	405	32	206
Guanhães	303	38	274
Manhumirim	426	77	241
Pedra Azul	229	38	175
Raul Soares	232	45	173
Taiobeiras	413	79	335
MÉDIA GERAL	487	119	382

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IPEA/PUC, 1999

Por outro lado, a análise de outros indicadores sugere que todos os municípios

pertencentes a este *cluster* caracterizam-se pela baixa qualidade de vida. O percentual de crianças fora da escola, por exemplo, situa-se abaixo da média geral apenas para o município de Guanhães. A esperança de vida ao nascer supera a média geral apenas em Espinosa e Pedra Azul e a mortalidade infantil é elevada na maioria dos sete municípios aqui analisados. Porém, a análise do IDH elimina quaisquer dúvidas no que tange ao desenvolvimento humano nestes casos avaliados: em todos os sete municípios o IDH registrado foi inferior à média geral.

Vale aqui mencionar, mais uma vez, que a média geral em relação à qual os dados estão sendo comparados refere-se aos 80 casos (n = 80) tratados neste estudo de centros emergentes.

Tabela 12: Cluster 2 – Indicadores de qualidade de vida

MUNICÍPIOS	CRIANÇAS FORA DA ESCOLA (%)	ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER	MORTALIDADE INFANTIL	IDH
Aimorés	20,04	68,31	56,38	0,600
Espinosa	22,46	73,00	35,99	0,470
Guanhães	15,54	66,34	67,98	0,575
Manhumirim	27,78	69,20	59,27	0,618
Pedra Azul	22,54	71,03	44,22	0,541
Raul Soares	22,72	66,26	44,00	0,572
Taiobeiras	25,43	68,51	55,26	0,521
MÉDIA GERAL	18,92	69,91	49,98	0,654

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da FJP/IPEA, 1996 e IBGE, 1998

Os dados analisados permitem concluir que os municípios em questão apresentam baixa infra-estrutura de saúde, haja vista o número de unidades ambulatoriais, bem abaixo da média na maior parte dos casos e o número de leitos hospitalares, que destacam-se apenas em Guanhães e Manhumirim.

Por outro lado, todos os sete casos possuem em comum o crescimento demográfico baixo (Pedra Azul, Espinosa e Guanhães) ou negativo (demais municípios). O crescimento demográfico (fortemente negativo) de Aimorés destaca-se dos demais.

Tabela 13: Cluster 2 – Infra-estrutura de saúde

MUNICÍPIOS	LEITOS HOSPITALARES	AMBULATÓRIOS
Aimorés	94	19
Espinosa	25	7
Guanhães	130	12
Manhumirim	101	12
Pedra Azul	60	14
Raul Soares	55	13
Taiobeiras	97	12
MÉDIA GERAL	90	20

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da Fundação IBGE, 1998

Dentre os municípios analisados, as variáveis alusivas à infra-estrutura educacional são pouco conclusivas e não permitem que generalizações sejam feitas, devido à inexistência de um perfil único, conforme mostra a tabela. Destacam-se apenas os municípios de Espinosa e Guanhães, do ponto de vista do ensino pré-escolar e médio e a cidade de Raul Soares, que apesar de possuir baixo número de estabelecimentos de ensino pré-escolar registra o maior valor para estabelecimentos de ensino fundamental, dentre os casos que compõem este *cluster*.

Tabela 14: Cluster 2 – Número de estabelecimentos de ensino por categoria

MUNICÍPIOS	PRÉ-ESCOLAR	MÉDIO	FUNDAMENTAL
Aimorés	8	51	3
Espinosa	37	63	2
Guanhães	16	42	1
Manhumirim	11	29	4
Pedra Azul	12	39	1
Raul Soares	3	42	5
Taiobeiras	8	45	1
MÉDIA GERAL	14	40	3,5

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da Fundação IBGE, 1998

Se, por um lado, a infra-estrutura de saúde parece deficiente no *cluster* aqui tratado, os

estabelecimentos de ensino médio, por outro lado, apresentam valores mais próximos (ou acima) da média geral. Trata-se, portanto, de municípios que, no conjunto, apresentam infraestrutura deficiente, pouca expressividade no terciário e indústria.

Tabela 15: Cluster 2 - Emergência

MUNICÍPIOS	VARIAÇÃO DA RENDA PER CAPITA – 1980-90	CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO (%)
Aimorés	-4,000	-1,330
Espinosa	-8,400	0,580
Guanhães	-12,720	0,890
Manhumirim	-11,570	-0,140
Pedra Azul	-20,240	0,950
Raul Soares	-6,210	-0,410
Taiobeiras	-8,100	-0,780
MÉDIA GERAL	-7,690	0,749

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IPEA/PUC, 1999

Também do ponto de vista do crescimento da renda e da população, observa-se tratar-se de cidades com baixo crescimento demográfico, à exceção de Guanhães e de Pedra Azul, que tiveram crescimento demográfico positivo mas que, por outro lado, registraram redução na renda per capita. Assim, trata-se de municípios cuja população diminuiu e que empobreceram quanto ao nível médio de renda por habitante.

2.3.4 Cluster 3

Engloba as cidades de Arcos e Pium-í e Andradas e Santa Rita do Sapucaí, cujas localizações indicam concentração espacial.

Tabela 16: Cluster 3 – Localização dos municípios por mesorregiões

MUNICÍPIOS	MESORREGIÃO
Andradas	Sul/Sudoeste de Minas
Arcos	Oeste de Minas
Pium-í	Oeste de Minas

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fundação IBGE, 1996

As variáveis alusivas às condições educacionais mostram que Santa Rita do Sapucaí e Arcos dispõe de valores acima da média dos municípios analisados, a primeira cidade destacando-se do ponto de vista do ensino médio (quatro estabelecimentos, para uma média geral de três) e a segunda destacando-se em relação ao número de estabelecimentos de ensino fundamental (dezoito estabelecimentos, para uma média geral de quatorze). Quanto ao número de estabelecimentos de ensino fundamental, todas as cidades apresentam valores abaixo da média geral.

Tabela 17: Cluster 3 – Número de estabelecimentos de ensino por categoria

MUNICÍPIO	PRÉ-ESCOLAR	FUNDAMENTAL	MÉDIO
Andradas	9	21	3
Arcos	18	21	5
Pium-í	9	33	3
Sta. Rita do Sapucaí	9	21	4
MÉDIA GERAL	14	40	3,5

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da Fundação IBGE, 1998

A infra-estrutura de saúde também sinaliza para uma situação inferior à média geral, tanto para número de hospitais quanto para unidades ambulatoriais.

Tabela 18: Cluster 3 – Infra-estrutura de saúde

MUNICÍPIO	HOSPITAIS	AMBULATORIOS
Andradas	1	13
Arcos	1	9
Pium-í	1	19
Sta. Rita do Sapucaí	1	11
MÉDIA GERAL	1,5	20

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da Fundação IBGE, 1998

Em relação ao número de empresas, todos os municípios deste grupo apresentam valores acima da média geral, com exceção do setor de serviços da cidade de Pium-í,

ligeiramente abaixo da média dos Centros Emergentes considerados neste estudo.

Tabela 19: Cluster 3 – Número de empresas por setor

MUNICÍPIO	COMÉRCIO	INDÚSTRIA	SERVIÇOS
Andradas	605	239	466
Arcos	512	195	410
Pium-í	527	131	347
Sta. Rita do Sapucaí	542	194	458
MÉDIA GERAL	487	119	382

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IPEA/PUC, 1999

Quanto aos índices de desenvolvimento, foram analisados a mortalidade infantil, o percentual da população alfabetizada e, por último, o IDH. A mortalidade infantil encontra-se abaixo da média em todas as cidades do grupo, dentre as quais destacam-se Andradas e Arcos, pelos números bastante inferiores à média geral e bem abaixo inclusive de Pium-í e de Santa Rita do Sapucaí. Quanto ao percentual de alfabetizados os números encontram-se bem próximos da média (Andradas e Santa Rita do Sapucaí) ou acima dela (nos outros dois casos analisados). Finalmente, o IDH mostra tratar-se de cidades com elevado índice de desenvolvimento humano.

Tabela 20: Cluster 3 – Qualidade de vida e desenvolvimento

MUNICÍPIO	IDH	MORTALIDADE INFANTIL	POPULAÇÃO ALFABETIZADA
Andradas	0,806	27,86	86,73
Arcos	0,730	24,10	90,93
Pium-í	0,776	43,35	89,40
Sta. Rita do Sapucaí	0,776	45,93	88,26
MÉDIA GERAL	0,654	49,98	88,43

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da FJP/IPEA, 1996 e FIBGE, 1998

Tabela 21: Cluster 3 - Emergência

MUNICÍPIO	VARIAÇÃO DA RENDA PER CAPITA – 1980-90	CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO (%)
Andradas	-0,810	0,640
Arcos	-8,010	1,520
Pium-í	0,380	1,340
Sta. Rita do Sapucaí	-4,150	2,000
MÉDIA GERAL	-7,690	0,749

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IPEA/PUC, 1999

Em relação à emergência, aqui medida pela variação da renda per capita e da população, observa-se elevado crescimento demográfico no grupo, com exceção para a cidade de Andradas, e pouca variação da renda per capita, com exceção para a cidade de Arcos. Vale ressaltar que esta cidade registrou queda da renda acompanhada de sensível aumento da população no período. De forma semelhante, Santa Rita também verificou forte queda da renda (apesar de inferior à média geral), porém acompanhada, assim como ocorreu em Arcos, de elevado crescimento demográfico. No conjunto, trata-se, portanto, de municípios que apresentaram pouca redução no nível de renda.

2.3.5 Cluster 4

Os municípios de Machado, Boa Esperança, Oliveira, Congonhas, Mariana, Santa Bárbara, Carangola e Visconde do Rio Branco sugerem concentração espacial. Por outro lado, também fazem parte deste *cluster* as cidades de Iturama e de Várzea da Palma, que compõem, respectivamente, as mesorregiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Norte de Minas.

Tabela 22: Cluster 4 – Localização dos municípios por mesorregiões

MUNICÍPIOS	MESORREGIÕES
Boa Esperança	Sul/Sudoeste de Minas
Carangola	Zona da Mata
Congonhas	Metropolitana de BH
Iturama	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba
Machado	Sul/Sudoeste de Minas
Mariana	Metropolitana de BH
Oliveira	Oeste de Minas
Santa Bárbara	Metropolitana de BH
Várzea da Palma	Norte de Minas
Visconde R. Branco	Zona da Mata

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação IBGE, 1996

Distante das demais cidades deste grupo, Iturama destaca-se pelo dinamismo do comércio e dos serviços. Os estabelecimentos industriais aparecem ali também em número maior que a média geral. Destaca-se também o setor de serviços das duas cidades históricas e turísticas do grupo, Mariana e Congonhas, que supera a média geral. Várzea da Palma e Santa Bárbara destoam do conjunto analisado, devido ao baixo número total de estabelecimentos. À exceção destas duas cidades, este cluster caracteriza-se pela predominância de comércio e serviços fortes.

Tabela 23: Cluster 4 – Número de empresas por setor

MUNICÍPIOS	COMÉRCIO	INDÚSTRIA	SERVIÇOS
Boa Esperança	665	68	395
Carangola	643	160	541
Congonhas	420	159	721
Iturama	867	127	523
Machado	540	144	570
Mariana	448	101	505
Oliveira	550	153	414
Santa Bárbara	266	62	392
Várzea da Palma	397	85	295
Visconde R. Branco	454	188	562
MÉDIA GERAL	497	119	382

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IPEA/PUC, 1999

Em Mariana e Congonhas, a infra-estrutura educacional acompanha os indicadores relativos ao comércio e serviços. Nestas duas cidades, existe número equilibrado de estabelecimentos de ensino médio, fundamental e pré-escolar. Cidades como Várzea da Palma e Santa Bárbara, nas quais o comércio e os serviços são pouco dinâmicos, há baixo número de estabelecimentos de ensino médio e fundamental.

Tabela 24: Cluster 4 – Estabelecimentos de ensino por categoria

MUNICÍPIOS	PRÉ-ESCOLAR	MÉDIO	FUNDAMENTAL
Boa Esperança	10	34	3
Carangola	3	32	3
Congonhas	21	31	5
Iturama	12	13	7
Machado	16	19	3
Mariana	41	47	4
Oliveira	6	41	3
Santa Bárbara	23	25	2
Várzea da Palma	7	30	3
Visconde R. Branco	18	29	4
MÉDIA GERAL	14	40	3,5

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da Fundação IBGE, 1998

A infra-estrutura de saúde é composta por poucos estabelecimentos nos municípios de Mariana e Congonhas, o primeiro no raio de influência de Ouro preto e, o segundo, no de Belo Horizonte.

Um sub-conjunto com baixa infra-estrutura de saúde surge aqui, composto por Boa Esperança, Mariana, Oliveira e, em menor intensidade Santa Bárbara (baixo número de hospitais e leitos hospitalares) e Machado, Congonhas e Várzea da Palma (todos os três indicadores de infra-estrutura de saúde abaixo da média). Por outro lado, as cidades de Carangola, Visconde do Rio Branco e Iturama destacam-se pela boa infra-estrutura de saúde.

Tabela 25: Cluster 4 – Infra-estrutura de saúde

MUNICÍPIOS	HOSPITAIS	LEITOS HOSPITALARES	AMBULATÓRIOS
Boa Esperança	1	73	28
Carangola	2	149	21
Congonhas	1	65	12
Iturama	3	75	33
Machado	1	78	19
Mariana	1	71	29
Oliveira	1	86	28
Santa Bárbara	1	90	26
Várzea da Palma	1	40	15
Visconde R. Branco	2	183	27
MÉDIA GERAL	1,5	90	20

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da Fundação IBGE, 1998

A análise dos indicadores de variação da população e da renda durante os anos 80 mostra que Mariana e Machado foram as únicas cidades do grupo que conseguiram conjugar crescimento demográfico sem queda do nível de renda, característica esta pouco comum para a categoria de cidades tratada neste estudo. Neste conjunto, a cidade de Carangola parece ter sido a que menos dinamismo apresentou, uma vez que a forte queda da renda per capita ocorreu simultaneamente a um baixo crescimento demográfico, sinalizando então para o empobrecimento da população.

Tabela 26: Cluster 4 - Emergência

MUNICÍPIOS	VARIAÇÃO DA RENDA PER CAPITA –1980-90	CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO (%)
Boa Esperança	-12,050	0,600
Carangola	-12,160	0,020
Congonhas	-14,850	1,790
Iturama	-8,790	0,690
Machado	2,590	0,770
Mariana	-0,260	0,860
Oliveira	-10,140	1,570
Santa Bárbara	-10,340	0,740
Várzea da Palma	-17,160	1,200
Visconde R. Branco	-5,850	1,210
MÉDIA GERAL	-7,690	0,749

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IPEA/PUC, 1999

2.3.6 Cluster 5

Pouco representativo do ponto de vista da concentração espacial, este cluster é composto pelas cidades de Além Paraíba, Zona da Mata, e Bom Despacho e Monte Carmelo, estas últimas relativamente próximas.

Trata-se de municípios com número de estabelecimentos do setor secundário e do setor terciário acima da média geral. Casos particulares que merecem destaque cabem a Bom Despacho, pelo número de estabelecimentos industriais, e Monte Carmelo e Além Paraíba, pelo grande número de estabelecimentos de Comércio e Serviços, respectivamente.

Tabela 27: Cluster 5 – Número de empresas por setor

MUNICÍPIOS	COMÉRCIO	INDÚSTRIA	SERVIÇOS
Além Paraíba	560	123	599
Bom Despacho	659	180	464
Monte Carmelo	725	165	451
MÉDIA GERAL	487	119	382

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IPEA/PUC, 1999

Quanto à infra-estrutura de ensino, os dados para estes três municípios parecem pouco conclusivos, uma vez que não há um padrão comum que permita classificá-los senão isoladamente.

Tabela 28: Cluster 5 – Estabelecimentos de ensino por categoria

MUNICÍPIOS	PRÉ-ESCOLAR	MÉDIO	FUNDAMENTAL
Além Paraíba	8	24	4
Bom Despacho	30	28	4
Monte Carmelo	12	18	3
MÉDIA GERAL	14	40	3,5

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da Fundação IBGE, 1998

O mesmo não acontece com a infra-estrutura de saúde, que parece desenvolvida em todas as cidades, a exceção do número de leitos hospitalares de Monte Carmelo, bastante inferior à média geral.

Tabela 29: Cluster 5 – Infra-estrutura de saúde

MUNICÍPIOS	HOSPITAIS	LEITOS HOSPITALARES	AMBULATÓRIOS
Além Paraíba	1	121	25
Bom Despacho	2	114	33
Monte Carmelo	2	46	26
MÉDIA GERAL	1,5	90	20

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da Fundação IBGE, 1998

Os dados de variação de renda e de crescimento demográfico mostram tratar-se de cidades que conseguiram combinar crescimento populacional com pouca redução no nível de renda *per capita* durante a década de 80.

Tabela 30: Cluster 5 - Emergência

MUNICÍPIOS	VARIAÇÃO DA RENDA PER CAPITA –1980-90	CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO (%)
Além Paraíba	- 3,520	0,640
Bom Despacho	0,710	1,180

Monte Carmelo	-0,960	2,720
MÉDIA GERAL	-7,690	0,749

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IPEA/PUC, 1999

Diante do exposto, através da análise de variáveis referentes à atividade econômica, equipamentos e crescimento, trata-se de cidades de bom desenvolvimento e emergência.

2.3.7 Cluster 6

Inclui as cidades de Brasília de Minas, Capelinha, Itamarandiba e Manga. Os indicadores de desenvolvimento, renda e infra-estrutura comprovam a semelhança entre os casos deste grupo. Também em relação ao aspecto da localização este *cluster* é composto por municípios próximos.

Tabela 31: Cluster 6 – Número de empresas por setor de atividade

MUNICÍPIOS	COMÉRCIO	INDÚSTRIA	SERVIÇOS
B. de Minas	278	29	213
Capelinha	347	45	167
Itamarandiba	246	49	166
Manga	312	34	222
MÉDIA GERAL	487	119	382

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IPEA/PUC, 1999

As cidades deste grupo apresentam setor terciário (comércio e serviços) de pouca expressão e fraca atividade industrial. Os dados de estabelecimentos do secundário e terciário mostram valores bem abaixo da média geral em todas as cidades que integram este *cluster*. Por outro lado, o ensino médio, em número de estabelecimentos, registra valores acima da média geral, sendo que dentre as cidades do grupo o melhor resultado para infra-estrutura educacional recai sobre a cidade de Brasília de Minas.

Tabela 32: Cluster 6 – Estabelecimentos de ensino por categoria

MUNICÍPIOS	PRÉ-ESCOLAR	MÉDIO	FUNDAMENTAL
B. de Minas	16	73	4
Capelinha	9	62	2

Itamarandiba	5	88	1
Manga	23	63	2
MÉDIA GERAL	14	40	3,5

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da Fundação IBGE, 1998

Os dados sobre infra-estrutura de saúde mostram valores superiores à média geral apenas em Capelinha e Itamarandiba. Nos demais casos, a infra-estrutura apresenta-se inferior à média geral.

Tabela 33: Cluster 6 – Infra-estrutura de saúde

MUNICÍPIOS	HOSPITAIS	LEITOS HOSPITALARES	AMBULATÓRIOS
B. de Minas	1	35	19
Capelinha	2	134	11
Itamarandiba	2	115	21
Manga	1	33	6
MÉDIA GERAL	1,5	90	20

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da Fundação IBGE, 1998

Os dados de infra-estrutura de saúde, contrastados com o nível de renda e despesas com higiene/cuidados pessoais, atestam baixo padrão de saúde nas cidades analisadas neste cluster. Quanto ao consumo residencial de energia, também muito inferior ao nível médio para as cidades deste estudo, mostra limitações na renda e no padrão de desenvolvimento.

Tabela 34: Cluster 6 – Renda e Consumo

MUNICÍPIOS	RENDA FAMILIAR PER CAPITA MÉDIA	HIGIENE / CUIDADOS PESSOAIS	CONSUMO RESIDENCIAL DE ENERGIA (1)
B. de Minas	13.670	595	5.230.317
Capelinha	19.230	650	5.444.014
Itamarandiba	16.320	539	4.262.266
Manga	17.870	475	3.433.132
MÉDIA GERAL	30.280	1.065	12.060.875

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IPEA/PUC, 1999e Centrais elétricas de Minas Gerais, 1991

(1) Consumo de energia em KWH

Os índices de mortalidade infantil registrados para as cidades deste cluster encontram-se pouco abaixo da média geral em Brasília de Minas e bastante elevados nas demais cidades. O percentual de crianças que não frequentam a escola é também elevado, chegando a mais de 30% em Capelinha, Itamarandiba e Manga e o IDH é baixo em todos os casos. Nota-se que Brasília de Minas apresentou, para estes indicadores, resultados bem melhores que o restante do grupo, ainda que ruins se comparados com a média geral.

Tabela 35: Cluster 6 – Desenvolvimento Humano

MUNICÍPIOS	MORTALIDADE INFANTIL	CRIANÇAS QUE NÃO FREQUENTAM A ESCOLA (%)	IDH
B. de Minas	46.660	22,87	0,508
Capelinha	75.590	33,67	0,498
Itamarandiba	60.780	31,30	0,490
Manga	73.750	30,88	0,476
MÉDIA GERAL	49.980	18,92	0,654

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da FJP/IPEA, 1996 e FIBGE, 1998

A variação da renda per capita nos anos 80 não registra, para este grupo de cidades, reduções maiores que a média geral, porém, quanto ao crescimento populacional, houve aumento significativo na população urbana nas cidades de Capelinha e Manga. Porém, apenas em Manga houve crescimento populacional acompanhado de um pequeno acréscimo no nível de renda *per capita*.

Tabela 36: Cluster 6 - Emergência

MUNICÍPIOS	VARIAÇÃO DA RENDA PER CAPITA – 1980-90	CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO (%)
Brasília de Minas	-4,140	-0,710
Capelinha	-2,220	1,960
Itamarandiba	-1,290	-0,180
Manga	0,680	1,360
MÉDIA GERAL	-7,690	0,749

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IPEA/PUC, 1999

2.3.8 Cluster 7

Formado por Leopoldina e Santos Dumont, na Zona da Mata, Campo Belo e Três Pontas, e Pirapora, este distante dos demais.

Tabela 37: Cluster 7 – Localização dos municípios por mesorregiões

MUNICÍPIOS	MESOERREGIÕES
Campo Belo	Oeste de Minas
Leopoldina	Zona da Mata
Pirapora	Norte de Minas
Santos Dumont	Zona da Mata
Três Pontas	Sul/Sudoeste de Minas

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fundação IBGE, 1996

Os casos que integram este *cluster* dispõem de elevado número de estabelecimentos dos setores secundário e terciário, quando comparados aos números médios para centros emergentes. Vale destacar Campo Belo e Leopoldina, cujo número de estabelecimentos apresenta-se superior em relação aos outros municípios que fazem parte deste grupo. Ainda em relação ao número de estabelecimentos, observa-se que Santos Dumont apresenta condições gerais um pouco abaixo às do grupo, enquanto Pirapora, distante dos demais, apresenta comércio, indústria e serviços bastante ativos.

Tabela 38: Cluster 7 – Número de empresas por setor

MUNICÍPIOS	COMÉRCIO	INDÚSTRIA	SERVIÇOS
Campo Belo	825	236	447
Leopoldina	860	185	788
Pirapora	786	169	698
Santos Dumont	506	147	548
Três Pontas	799	145	556
MÉDIA GERAL	487	119	382

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IPEA/PUC, 1999

Dentre as empresas do setor de serviços merece destacar o alto número de agências bancárias, comum a todos os casos incluídos neste grupo. Santos Dumont conta com cinco agências enquanto Três pontas, Pirapora, Campo Belo e Leopoldina possuem oito agências. Estes números, contrastados com a média geral de cinco, confirmam a importância destas cidades do ponto de vista financeiro e reforçam a condição do terciário de Santos Dumont, abaixo do perfil dos outros municípios deste *cluster*.

As cidades de Campo Belo e Pirapora apresentam poucos estabelecimentos de ensino

médio, enquanto Santos Dumont, que teve pouco destaque quanto ao número de empresas, destaca-se pela infra-estrutura educacional, com alto número de estabelecimentos de ensino nas três categorias que compõem a tabela mostrada a seguir:

Tabela 39: Cluster 7 – Número de estabelecimentos de ensino por categoria

MUNICÍPIOS	PRÉ-ESCOLAR	MÉDIO	FUNDAMENTAL
Campo Belo	14	26	5
Leopoldina	24	57	7
Pirapora	28	25	8
Santos Dumont	21	48	6
Três Pontas	16	46	4
MÉDIA GERAL	14	40	3,5

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da Fundação IBGE, 1998

Todas as cidades aqui agrupadas, em que pese alguns valores inferiores à média geral, tais como o número de hospitais em Santos Dumont e Três Pontas, caracterizam-se por satisfatória infra-estrutura de saúde, conforme se verifica pela tabela a seguir.

Tabela 40: Cluster 7 – Infra-estrutura de saúde

MUNICÍPIOS	HOSPITAIS	LEITOS HOSPITALARES	AMBULATÓRIOS
Campo Belo	2	118	14
Leopoldina	2	398	49
Pirapora	4	131	25
Santos Dumont	1	99	24
Três Pontas	1	113	30
MÉDIA GERAL	1,5	90	20

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da Fundação IBGE, 1998

De maneira geral, somada a suficiente estrutura educacional e de saúde, as cidades ora analisadas apresentam elevados índices de desenvolvimento humano, baixa mortalidade infantil e alto índice de alfabetização (em percentual da população total). O IDH superior à média geral merece considerações apenas para as cidades de Pirapora e Três Pontas, que registraram mortalidade infantil superior à média geral.

Tabela 41: Cluster 7 – Qualidade de vida e desenvolvimento

MUNICÍPIOS	IDH	MORTALIDADE INFANTIL	POPULAÇÃO ALFABETIZADA
Campo Belo	0,695	35,34	87,93
Leopoldina	0,707	32,55	89,98
Pirapora	0,704	53,32	89,90
Santos Dumont	0,685	48,51	90,55
Três Pontas	0,701	58,99	88,41
MÉDIA GERAL	0,654	49,98	88,43

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da FJP/IPEA, 1996 e FIBGE, 1998

2.3.9 Cidades afins

Além dos sete *clusters* já apresentados, a Análise de Agrupamentos permitiu encontrar quatro pares de cidades semelhantes. A semelhança entre as cidades ficou evidente no dendograma, que mostra reduzida distância euclidiana entre elas. Em todos os casos é evidente também a proximidade física entre as cidades, além de outras semelhanças quanto à infra-estrutura e ao nível de renda. Os pares de cidades parecidas são os seguintes:

- Porteirinha e São Francisco, no Norte de Minas, ambas com valores de IDH muito baixos;
- Guaxupé e São Lourenço, na Mesorregião Sul/Sudoeste, que ocupam, respectivamente, o primeiro e o terceiro lugar em IDH, dentre os 80 *centros emergentes* do estado;
- Aimorés e Guanhães, na Mesorregião do Vale do Rio Doce;
- Espinosa e Taiobeiras, ambas na Mesorregião Norte de Minas.

2.4 Considerações finais sobre o tratamento de dados

Algumas considerações importantes são dignas de nota por ser este capítulo uma abordagem de natureza quantitativa e que envolve um volume considerável de dados.

Primeiramente, cumpre aqui registrar que os dados disponíveis nos institutos de pesquisa e adotados na análise aqui desenvolvida referem-se aos municípios. Portanto, conclusões alusivas às sedes dos municípios, ou seja, aos *centros emergentes*, são passíveis de

algumas distorções. Os dados para os municípios foram adotados devido à inexistência de dados para a sede e pelo fato de a população da sede, na maior parte dos casos, registrar valores próximos daqueles verificados para os municípios, conforme mostra a tabela de dados da população das sedes e municípios, disponível no Anexo IV.

Em segundo lugar, conclusões esclarecedoras sobre as cidades e os *clusters* demandam uma investigação detalhada e, preferencialmente, *in loco*, do objeto de estudo. Tal investigação pode ser feita através da realização de um trabalho de campo que confirme ou redirecione os resultados apriorísticos obtidos através das técnicas quantitativas utilizadas.

A fim de preencher estas lacunas neste estudo dos *centros emergentes*, foi elaborado um estudo de caso da cidade de Guanhães, que será apresentado no terceiro capítulo.

GUANHÃES: CENTRO EMERGENTE DA PORÇÃO CENTRO NORDESTE DE MINAS GERAIS

O presente capítulo tem como objetivo analisar a condição de *centro emergente* apresentada pela cidade de Guanhães, sua localização, posição na rede urbana, relações externas, organização interna e sua área de influência.

Dois fatores relacionados com a localização estimularam a escolha da porção Centro-Nordeste do estado de Minas Gerais para a realização do estudo de caso:

a) Isolamento da região:

Distante 244 Km de Belo Horizonte, a cidade de Guanhães situa-se a 176 Km ao norte da MG 262, que representa o principal eixo de acesso da região do Rio Doce à capital mineira e às principais capitais do país. A oeste, a Serra do Cipó representa um obstáculo natural para toda a região de Guanhães e entornos, em virtude da dificuldade de acesso para transpô-la.

Em sentido leste, a principal cidade, Governador Valadares, encontra-se a 147 Km de Guanhães por rodovia, da qual 18 Km, aproximadamente, correspondem a trecho de estrada de terra.

No sentido Guanhães – Noroeste, encontra-se a cidade de Diamantina, a 146 Km de distância, sendo os 69 Km, que separam Diamantina do Serro, percorridos por estrada de terra.

Estas observações sinalizam para o isolamento da região, seja em função do obstáculo natural (Serra do Cipó) ou em função da distância em relação às cidades de hierarquia superior e vias de acesso aos pólos de desenvolvimento econômico do estado e do país.

b) Ausência de Cidades Médias:

Todo o perímetro regional formado pelo alinhamento da Serra do Cipó, à oeste, a MG 262, ao sul, a BR 381, a leste, e a BR 251, ao norte, é carente de cidades médias que possam desempenhar ali a relevante função de centralizar serviços de saúde, educação, suporte administrativo e serviços financeiros às cidades de pequeno porte e à enorme área rural que o compõe.

Ipatinga e Coronel Fabriciano ocupam posição hierarquicamente superior a Guanhães,

mas não apresentam, com esta cidade, relações de influência intensas, conforme estudo do IBGE, do ano de 1993, sobre as Regiões de Influência das Cidades. A área de influência destes dois centros estende-se, sobretudo, pela região do Vale do Aço.

Por outro lado, Itabira, cidade que dispõe de boa infra-estrutura urbana, exerce influência sobre cidades como Dom Joaquim, Ferros e Conceição do Mato Dentro. Estas cidades contam com acesso tanto para Guanhães quanto para a própria Itabira. Porém, para a população de cidades como Sabinópolis, São João Evangelista e Virginópolis, dentre outras cidades cujo acesso a Itabira passa primeiramente por Guanhães, a influência desta última se manifesta mais intensamente.

Estas breves considerações a respeito da região serão a seguir aprofundadas em um estudo mais detalhado da localização de Guanhães e de suas funções. A análise das funções é fundamental para que se possam esclarecer as relações da cidade com os demais elementos da hierarquia urbana regional, o que deverá permitir conclusões sobre a condição de *centro emergente* da cidade.

Antes, porém, faz-se necessário situar o objeto de estudo, tanto em relação ao quadro físico, quanto em relação aos fatos humanos, ou seja, faz-se necessário investigar o sítio, a posição e as relações regionais da cidade.

Segundo Hauser e Schnore, o sítio corresponde ao local no qual se assenta a cidade. Inclui o relevo, a declividade e a configuração das áreas caracterizadas ou não por águas, sua vulnerabilidade a catástrofes, condições climatológicas, dentre outros (HAUSER; SCHNORE, 1965, p.81).

Segundo Dollfus, o sítio é o assentamento territorial de um elemento no espaço. A posição depende do sistema de relações que o elemento mantém com outros elementos próximos ou distantes (DOLLFUS, 1971, p. 14-27).

3.1 Posição Geográfica

Localizado a uma altitude de 778 m, o município de Guanhães estende-se por uma área de 1.188 km², na região centro-nordeste do estado de Minas Gerais, a 244 Km de Belo Horizonte. A rede rodoviária municipal é de 583 Km, ainda deficiente quanto ao estado de conservação das vias asfaltadas bem como em relação ao número de estradas, conforme será discutido mais adiante. O município faz limite com São João Evangelista, Peçanha, Virginópolis, Açucena, Braúnas, Dolores de Guanhães, Senhora do Porto e Sabinópolis. O Mapa a seguir mostra Guanhães e os municípios limítrofes.



FIGURA 16: Guanhães e municípios circunvizinhos
Fonte: Instituto de Geociências Aplicadas – IGA, 2001

Guanhães integra a mesorregião geográfica do Vale do Rio Doce e a microrregião geográfica de Guanhães, segundo classificação da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – FIBGE, para o ano de 2000.

Ainda de acordo com a classificação do IBGE, compõem a microrregião de Guanhães, além do município com o mesmo nome, os municípios de Braúnas, Carmésia, Coluna, Divinolândia de Minas, Dolores de Guanhães, Gonzaga, Materlândia, Paulistas, Sabinópolis, Santa Efigênia de Minas, São João Evangelista, Sardoá, Senhora do Porto e Virginópolis.

3.2 Posição em relação aos aspectos físicos

Os aspectos físicos da região de Guanhães determinam, primeiramente, o isolamento da cidade e da região, conforme discutido anteriormente. A região de Guanhães situa-se numa faixa de transição entre duas grandes unidades de relevo (conjunto montanhoso e planície), sendo o conjunto montanhoso um dos responsáveis pelo isolamento da região, juntamente com outros fatores de infra-estrutura, que serão posteriormente discutidos, dentre os quais destacam-se os acessos rodoviários.

Se o conjunto montanhoso estimulou o isolamento, a rede hidrográfica, por outro lado, estimulou a ocupação das áreas banhadas pelo Rio Doce e seus afluentes, na região onde se insere a cidade de Guanhães. Hoje bastante poluída, a bacia do rio Doce não exerce mais, sobre a economia, a mesma importância que exercera no passado. Pelo contrário, sofre com os efeitos da atividade econômica e da ocupação humana.

As condições climáticas e a vegetação natural são fatores determinantes do perfil econômico da região de Guanhães, o que pode ser constatado pela presença da atividade extrativista vegetal (eucalipto), ainda hoje de grande importância para a economia de alguns municípios daquela região, tais como Peçanha. Ao lado da extração do eucalipto, a pecuária ali praticada é beneficiada pela presença da planície, que se estende em direção à região de Governador Valadares.

3.3 Posição em relação aos grandes conjuntos geológicos

Em se tratando das grandes unidades geológicas, o município de Guanhães se situa em uma região cujo substrato é formado por rochas muito antigas, do período Pré Cambriano. Tal

substrato pertence ao embasamento granito-gnaissico indiviso e ao Super Grupo Minas, cuja formação remete ao Arqueozóico e ao Proterozóico, respectivamente.

Segundo Relatório do Projeto Leste (1997, p.12):

“O Núcleo Antigo de Guanhães, Arqueano, constituindo a borda leste do cratón do São Francisco, está representado por Gnaisses/TTC com rochas máficas e ultramáficas associadas (Complexo Basal), seqüências Vulcano-sedimentares (Grupo Guanhães: metaultramáfica, anfíbolito, formação ferrífera bandada, grafita xisto, mica xistos, quartzito, gondito, rocha calcissilicática, pelo menos em parte representando os cinturões de rochas verdes do Serro, Morro do Pilar e rio Guanhães) e granitóides alcalinos (Suíte Intrusiva Borrachudos: Granito Açucena). Em áreas restritas, ocorre eclogito”.

Ainda segundo o Relatório do Projeto Leste (1997, p.12):

“No Paleoproterozóico, desenvolveu-se uma sedimentação ferruginosa relacionada às seqüências ferríferas do Supergrupo Minas, que pode ser observada nas adjacências da cidade de Guanhães. Paralelamente, ainda neste período, foi imposta a faixa móvel tectônica transamazônica, onde se situa o Complexo Mantiqueira, constituído de ortognaisses milonitizados e subordinadamente metassedimentos na fácies anfíbolito alto. Com a instalação do processo de rifteamento no Período Estateriano (1,75 Ga), formou-se, na base da crosta, a granitogênese peraluminosa de província alcalina (Suíte Intrusiva Borrachudos), enquanto em superfície ocorriam derrames riolíticos continentais, identificados desde Conceição do Mato Dentro até além da cidade de Mato Verde, já nos limites com o estado da Bahia, demarcando os primórdios da abertura do *rift* Espinhaço”.

Dentre os recursos minerais metálicos encontrados no município, destacam-se o ferro e o manganês, com reservas em Guanhães, Sabinópolis e Senhora do Porto. As reservas de minerais não metálicos limitam-se ao Gnaisse, encontrado em Dores de Guanhães.

Estudo realizado pelo CETEC no ano de 1989 e citado no Projeto Rio Doce indicou que as sub-bacias dos rios Guanhães e Corrente Grande, nas quais situa-se o município de Guanhães, apresentam poucos focos erosivos (baixa erosão).

3.4 Posição em relação ao relevo

No sentido oeste-leste, Guanhões se coloca, do ponto de vista das grandes unidades do relevo, entre as elevações do conjunto montanhoso do Espinhaço e as terras baixas da planície do rio Doce. Estas duas unidades possuem altitudes em torno de 1000 m (Espinhaço) e inferiores a 500 m, nas proximidades de Governador Valadares.

No sentido norte-sul, o espaço topográfico ocupado por Guanhões é também transicional, desta vez entre as terras altas do Quadrilátero Ferrífero e as elevações do braço oriental do Espinhaço. Esta ramificação do Espinhaço destaca-se pelas altitudes até em torno de 2000 m, conforme verificado no Pico do Itambé.

As altitudes máxima e mínima do município de Guanhões correspondem, respectivamente, à Pedra de São Geraldo, com 1.215 m e à região de Cachoeira Escura, com 400 m. 55 % da topografia do município é ondulada, 30% é montanhosa e apenas os 15% restantes compreendem relevo plano. Estas considerações a respeito do município e do sítio mostram tratar-se de uma cidade com dificuldade de expandir-se, senão de forma radial, conforme atesta o estudo da morfologia, que será tratado mais adiante.

3.5 Posição em relação à hidrografia

A rede hidrográfica de Guanhões faz parte da bacia do rio Doce. Dentre os cursos d'água mais importantes destacam-se o Rio Guanhões e Ribeirão Graipú, que passam pela sede do município.

Do ponto de vista regional, a cidade de Guanhões localiza-se na sub-bacia do rio Corrente Grande, a meia distância dos eixos principais de duas outras importantes sub-bacias: a do Suaçuí Grande, ao Norte, e a do Santo Antônio, ao Sul.

Na porção periférica norte - nordeste da mancha urbana de Guanhões forma-se o ribeirão Graipú, que deságua no rio Corrente Grande que, por sua vez, desemboca no próprio rio Doce.

De acordo com o Relatório do Projeto Rio Doce, de 1994, o Rio Corrente Grande apresenta baixa poluição, tanto de origem doméstica quanto causada por grandes.

O levantamento de 1994 mostra que fatores de natureza sócio-econômica têm sido responsáveis pelo alto grau de utilização das águas e pela forte poluição, grandes responsáveis pela situação precária em que se encontra a bacia do rio Doce. O estudo destaca que a

eliminação da cobertura vegetal nativa e a erosão vêm acelerando o processo de assoreamento do leito do rio. Como resultado, verificam-se enchentes nas épocas de chuva e redução do volume de água nos períodos de estiagem, o que compromete o abastecimento de diversas cidades. Poluentes de origem industrial e doméstica, bem como provenientes da atividade de mineração, comprometem também a qualidade das águas.

3.6 Posição em relação à fitogeografia e às condições climáticas

A vegetação natural que predominava na região de Guanhães era a chamada mata tropical úmida. Devido ao desmatamento, restam atualmente poucas manchas desta vegetação, que foi gradualmente substituída por pastagens (sobretudo naturais) e por áreas destinadas à lavoura.

São consideradas árvores municipais não sujeitas ao corte na microrregião de Guanhães: o Pau-Brasil (Guanhães), a Peroba Rosa (Santa Efigênia de Minas), o Cedro, (São João Evangelista), a Gameleira (Senhora do Porto) e as Jaboticabeiras (Virginópolis).

A Lei Orgânica Municipal de Guanhães, em seu Artigo 241, estabelece, dentre as atividades que o município deverá fomentar, ao lado da conservação dos solos e da recuperação da qualidade das águas e do ar, o “reflorestamento, com a finalidade de suprir a demanda de produtos lenhosos e de minimizar o impacto da exploração dos adensamentos vegetais nativos” (Art. 241, Inc.IV).

Em linhas gerais, a região de Guanhães pertence ao domínio dos climas tropicais úmidos e semi-úmidos, com duas estações bem marcadas quanto a pluviosidade.

Do ponto de vista regional, o município de Guanhães se encontra em uma zona de transição entre um clima tropical de altitude, próprio das imediações do Espinhaço, caracterizado por invernos frios, e um clima tropical mais quente, predominante no vale do rio Doce.

Segundo dados do FIBGE, disponíveis na Coleção de Monografias Municipais (1983) a precipitação pluviométrica anual é em média de 1.360mm e, a temperatura média anual, de 19° C.

3.7 História da região e da cidade

Os primeiros habitantes do Vale do Rio Doce foram os índios Aimorés, também chamados de Guerém ou Botocudos, provenientes do Sul da Bahia, de onde vieram em grandes levadas para escapar da escravização portuguesa.

Segundo Rocha (1999, p.18), os Botocudos que chegaram à região que hoje corresponde ao município de Guanhães eram nômades e viviam da caça e da coleta de frutos, razões pelas quais não chegaram a formar aldeias permanentes. Os índios que ocupavam a região criaram resistência aos expedicionários que por ali passavam em busca de tesouros minerais.

No início do século XVIII a Metrópole Portuguesa determinou a criação de Zonas Proibidas do Rio Doce, a fim de coibir o contrabando de ouro para o litoral do Espírito Santo. Como resultado, a navegação fluvial ficou proibida até as primeiras décadas do século XIX, tendo sido liberada apenas no ano de 1832 (ROCHA, 1999, p. 15).

So
mente quando a excitação do ouro passou, os garimpeiros passaram a dedicar-se à produção de alimentos, formando então lavouras que contribuíram para a constituição das primeiras povoações. Por tudo isso, a Mata do Peçanha, cuja área que ocupava compreende atualmente 34 municípios, dentre os quais Guanhães, Sabinópolis, São João Evangelista, Coroaci e Governador Valadares, continuou até a década de 1830 bastante densa e virgem (ROCHA, 1999, p. 15).

A ocupação humana na atual cidade de Guanhães teve início às margens dos córregos, devido à atratividade que a água exercia sobre os índios. Viajantes que por ali passavam começaram a fixar-se, o que impulsionou o crescimento do povoado e a abertura de novos caminhos.

A constituição de povoações deu origem, em 1821, a São Miguel e Almas, que mais tarde, em 1875, elevou-se à condição de município, sob a denominação de São Miguel de Guanhães. Tendo como município de origem o Serro, São Miguel de Guanhães emancipou-se pela Lei 2132, de 25 de outubro de 1875. No ano de 1903 o município passou a ser denominado de Guanhães.

Atualmente três distritos estão subordinados ao município de Guanhães: Correntino (ex-Santo Antônio de Guanhães), Farias (ex-Farias de Guanhães) e Sapucaia de Guanhães.

O município cresceu acompanhando as margens dos córregos, pois a topografia representava um obstáculo à ocupação das áreas mais altas. Além disso, a expectativa de descoberta de ouro às margens dos rios prendia os homens às partes mais baixas.

Com o crescimento da cidade, algumas áreas de elevada altitude começaram a ser

ocupadas, com o surgimento de loteamentos novos. Esta ocupação começou a ser desencadeada com a urbanização que teve início a partir dos anos 70 e que foi verificada também em outros municípios vizinhos. Paralelamente, a tendência geral tanto para Guanhães quanto para a maioria das outras cidades da região foi de crescimento do comércio, em detrimento da agricultura.

Apesar da localização estratégica, na confluência de ribeirões, o acesso até Guanhães só era possível por terra, passando pela Serra do Cipó. Na década de 70, foi construído o acesso até Itabira, inicialmente por terra, mas que foi asfaltado na década seguinte. Com a chegada do asfalto diminuiu a presença dos pistoleiros e reduziu a frequência de assassinatos na região. O asfaltamento estimulou também o surgimento de concessionárias de veículos e o comércio de peças, hoje presentes ao longo da estrada que corta a cidade.

Durante as primeiras décadas do século XX, Guanhães superava Itabira e Governador Valadares em número de habitantes e importância econômica. Fatores de ordem econômica, apresentados a seguir, estimularam a gradativa perda da centralidade de Guanhães para Governador Valadares e, em menor escala, para Itabira.

Governador Valadares adquiriu a função de cidade-pólo daquela região devido à sua localização estratégica: a proximidade com a ferrovia e com o Porto Fluvial de Santa Rita (na região de Açucena) fizeram da cidade um ponto de transbordo da produção agrícola. A cidade foi também beneficiada pela construção da Rio-Bahia.

Já Itabira, teve sua projeção associada ao crescimento da atividade de mineração.

A pecuária do município, praticada em grandes fazendas, estimulou o coronelismo e a alternância das famílias Pereira e Miranda na política municipal. Esta característica política perdurou até fins dos anos 90 e fez com que Guanhães se tornasse conhecida como “terra de gente brava”.

Atualmente, a mesma pecuária, em parte relacionada com a marcante presença dos coronéis, ainda é praticada, tendo porém incorporado tecnologia, sobretudo na criação de gado holandês. A construção da fábrica da Itambé na sede de Guanhães, na década de 70, foi também fato marcante na história recente do município e da região e estimulou o cooperativismo e a incorporação de tecnologias, não somente na produção do leite, mas na pecuária de forma geral.

O curso de normalista do Colégio Milton Campos foi responsável pela formação de professores para exercerem o magistério em Guanhães e em outros municípios da região. A oferta do curso normal na cidade foi responsável por torná-la centro educacional,

característica esta ainda marcante da cidade. A oferta de serviços educacionais, atualmente em expansão, com a chegada de novas escolas e do ensino superior, fortalece o setor, mantém a tradição da cidade neste segmento e reforça a centralidade de Guanhães.

3.8 Posição em relação aos principais aspectos da geografia humana

Guanhães é sede da AMBAS – Associação dos Municípios da Bacia do Suaçuí, representada por 13 municípios.

De acordo com classificação das Regiões de Influência das Cidades, elaborada pelo IBGE no ano de 1993, Guanhães apresenta, em relação a Belo Horizonte, interações espaciais do tipo “médias para fracas”. Por outro lado, apresenta interações intensas com o município de Governador Valadares.

Juridicamente, o município de Guanhães é sede da Comarca de Entrância Intermediária, tendo sob sua jurisdição os municípios de Braúnas, Dolores de Guanhães e Senhora do Porto.

Forte representação de Secretarias e Órgãos Públicos também contribui para fortalecer a influência da cidade de Guanhães em sua microrregião. A cidade de Guanhães acomoda:

- Núcleo de Administração Fazendária da Secretaria de Estado da Fazenda
- Sede de Microrregião da Secretaria de Estado da Saúde
- Sede da 6ª DRSP -Delegacia Regional da Secretaria de Estado da Segurança Pública
- Agência da Receita Federal, subordinada à Delegacia da Receita Federal de Governador Valadares
- Sede da 39ª Delegacia Regional de Ensino da Secretaria de Educação
- Delegacia de Serviço Militar do Exército
- Sede do Pólo do Banco do Brasil
- Sede do Escritório Seccional do IMA – Instituto Mineiro de Agropecuária

3.9 Posição em relação às infraestruturas regionais

Dentre as estradas que atendem à região de Guanhães, existem diversos trechos em obras. Porém, em que pese os esforços de manutenção das vias, a região ainda é considerada,

pelo DER, deficiente quanto ao número de estradas e ao estado de conservação dos acessos não asfaltados.

Encontra-se em fase de pavimentação o trecho da LNG 752, de Sabinópolis a Materlândia.

Também em pavimentação, o trecho da BR 259, de Divinolândia de Minas a Santa Efigênia de Minas. A conclusão deste trecho permitirá que o acesso de Guanhães até Governador Valadares seja feito integralmente por via asfaltada.

Para a MG 259, está prevista intervenção para melhoria do sistema de drenagem e recapeamento. As obras fazem parte do convênio DER - CENIBRA e deverão contemplar o trecho que vai de Virginópolis em direção a Açucena, até o entroncamento com a BR 381.

Já em execução, a obra de implantação e pavimentação da MG 010, que liga o Distrito de Cardeal Mota a Conceição do Mato Dentro.

Finalmente, o acesso que liga Guanhães a Santa Maria do Suaçuí está sofrendo intervenção com lama asfáltica para recuperação de desgaste.

Em relação ao fornecimento de energia elétrica, a região de Guanhães insere-se na Malha Leste de distribuição de energia da CEMIG. Esta malha, que abrange área total de 123.000 Km², estende-se desde a área metalúrgica, ao sul, até a região de Itamarandiba e Capelinha, ao norte, Almenara, a nordeste, e atinge cidades da Serra do Caparaó, a sudeste.

A gerência da CEMIG encarregada da distribuição de energia para a Malha Leste fica localizada na cidade de Governador Valadares. A distribuição para a região de Guanhães, é canalizada para Peçanha, de onde parte em direção às subestações de São Pedro do Suaçuí, Santa Maria do Suaçuí e Capelinha, de um lado, e São João Evangelista e Guanhães, de outro. Da subestação de Guanhães, partem outros dois ramais, um para Conceição do Mato Dentro e outro em direção a Sabinópolis e ao Serro.

Há dois anos foi concluída obra de recapacitação nesta malha, no trecho que vai desde Governador Valadares até as subestações de Capelinha e Guanhães. As benfeitorias incluíram troca de condutores e mudança de estruturas de madeira por ferro.

A Gerência da Malha Leste aponta Guanhães como cidade pólo no consumo de energia, mas considera toda a região na qual se insere a cidade como sendo de baixo consumo, comparativamente a outras áreas pertencentes à mesma malha.

3.10 Posição em relação à regionalização econômica

Guanhães insere-se numa região onde predomina a atividade agropecuária, comum nos municípios de menor porte, que dependem da infra-estrutura de ensino, saúde e financeira, do comércio e dos serviços disponíveis em Guanhães. A atividade agropecuária é encontrada também em cidades localizadas ao norte, em direção a Montes Claros, bem como na região do Serro, e a leste, até Governador Valadares.

Os municípios pequenos, próximos a Guanhães, desenvolvem ainda um comércio de pouco expressividade, voltado para a subsistência.

Os *centros emergentes* de Capelinha, Bocaiúva e Itamarandiba apresentam, assim como Guanhães, predomínio do terciário. Trata-se de uma região carente de atividade industrial. A indústria manifesta-se somente nas proximidades da BR 262, ao sul, e no município de Montes Claros, ao norte.

Nas proximidades da BR-262, localiza-se Itabira (onde predomina a indústria extrativa mineral), Belo Oriente, com a indústria de papel e papelão e Ipatinga e região, com predomínio da metalurgia e siderurgia. A partir daí, no sentido norte, atividade industrial significativa só se verifica novamente em Montes Claros, onde a produção industrial é variada e inclui produtos têxteis, alimentares, farmacêuticos e veterinários.

Nas áreas vizinhas a Guanhães merece destaque também, sobretudo a leste e a sudeste, a extração do eucalipto. Esta atividade é encontrada em municípios como Peçanha e Belo Oriente e fornece matéria-prima para a já citada indústria de papel e papelão .

Mais adiante, ainda na direção sudeste, os municípios do Vale do Aço, com vocação para a metalurgia e siderurgia, dispõem ainda de forte atividade terciária de suporte à indústria. Em função do terciário estruturado, as cidades do Vale do Aço exercem forte influência sobre as cidades menores daquela região.

A sudoeste de Guanhães, em direção a Belo Horizonte, encontra-se Itabira, que se desenvolveu em função da mineração e que, com o passar dos anos, consolidou expressiva atividade terciária de suporte à indústria e à população nela empregada. Este terciário justifica a centralidade de Itabira em relação aos municípios próximos, assim como ocorre em Ipatinga e Coronel Fabriciano.

3.11 Posição em relação à rede urbana estadual e regional

Guanhães situa-se entre as cidades de Itabira, à sudoeste, Governador Valadares, à leste e Montes Claros, a noroeste. A sudeste, as cidades de Ipatinga e Coronel Fabriciano compõem com as outras já citadas o grupo de centros hierarquicamente superiores a Guanhães, na rede urbana macro-regional.

Na porção centro-nordeste encontra-se ainda os seguintes *centros emergentes*: Diamantina, Itamarandiba, Capelinha e, mais ao norte, Bocaiúva. Esta última cidade apresenta interações espaciais com Montes Claros, segundo estudo do IBGE, de 1993, sobre as regiões de influências das cidades. Este mesmo estudo aponta Itamarandiba, ao lado de Água Boa, Coluna e outras, como cidade que apresenta fortes relações com Capelinha. Capelinha, por sua vez, está diretamente relacionada com Belo Horizonte, ainda que por meio de interações consideradas do tipo médias/fracas em relação à capital do estado.

Itabira possui interações com diversas cidades situadas a sul e a leste de Ferros, incluindo a própria cidade de Ferros, e com interações médias/fracas com Belo Horizonte.

Na direção do Vale do Aço, Açucena, Braúnas e Belo Oriente são apontadas como cidades que possuem interações com Ipatinga.

Finalmente, Guanhães figura como cidade vinculada a Governador Valadares. Aimorés, Mantena e Barra de São Francisco também aparecem nessa mesma situação, porém pertencentes a regiões já mais distantes de Guanhães.

3.12 Sítio

A cidade de Guanhães está localizada na porção noroeste do município, a 778 m de altitude, no vale formado pela confluência do Ribeirão Vermelho e do Ribeirão Graipú com o Córrego Bomsucesso. Tem sua posição geográfica determinada pelo paralelo de $18^{\circ} 46' 43''$ de latitude sul em sua interseção com o meridiano de $42^{\circ} 56' 36''$ de longitude oeste.

O sítio urbano original consistia nos terraços dos referidos cursos d'água, hoje intensamente ocupados. O território que envolve o espaço deste sítio urbano possui topografia acidentada, com colinas e espigões. A topografia da margem esquerda do Ribeirão Vermelho torna difícil o acesso e a ocupação humana, sobretudo na altura do centro comercial da cidade, localizado nas proximidades da Rua Odihlon Behrens. Ali foi construído o cruzeiro, de onde é possível observar todo o centro, conforme mostra a parte à esquerda da figura a seguir.



FIGURA 17: Vista panorâmica da cidade de Guanhões
Fonte: Foto da autora, 1998

Nas partes altas, caracterizadas por colinas e espigões, a ocupação humana é menos intensa e mais recente. Nelas verifica-se a formação de loteamentos novos.

À margem direita do Ribeirão Vermelho, desde o centro até a confluência com o Ribeirão Graipú, concentram a ocupação residencial e comercial mais antigas. Ali, onde as encostas baixas de colinas e espigões encontram o terraço dos ribeirões, concentram-se hoje vários equipamentos urbanos, discriminados mais adiante, na Figura 24. Já na margem esquerda do córrego Bonsucesso, foram construídas algumas das residências mais antigas da cidade, algumas delas sugerindo o estilo arquitetônico colonial.

3.13 Morfologia e evolução do espaço urbano

A mancha urbana da cidade de Guanhões apresenta formato radial, originada a partir da ocupação das áreas baixas do Ribeirão Vermelho e do Córrego Bonsucesso. O eixo de ocupação original divide-se em braços que se estendem, sobretudo, pelas áreas mais baixas do sítio urbano, dando origem ao formato radial à medida que a mancha urbana se estendia ao longo dos cursos d'água e das estradas que se difundem em várias direções.

Em que pese a recente ocupação de terrenos mais elevados, mantém-se a tendência de crescimento acompanhando os cursos d'água. A cidade cresce no alinhamento dos eixos fluviais, que por sua vez coincidem com as principais vias de acesso existentes e em construção. Ao longo delas, em direção às áreas periféricas, destacam-se estabelecimentos comerciais como açougues, armazéns e bares, que sugerem a conformação de embriões de microcentros.

Observa-se que o tecido urbano expande-se rapidamente ao longo dos vales formados pelos córregos, que coincidem com as principais vias de acesso, tais como a Av. Governador Milton Campos e a Av. Alberto Caldeira. A parte da carta topográfica da região de Guanhões, disponível na figura 17, permite identificar o formato da mancha urbana na década de 80.

Nos loteamentos recentes observa-se traçado quadriculado, configurando quarteirões de formato homogêneo. Não se trata, porém, de um padrão extensivo a toda a cidade que, pelo contrário, quando vista no conjunto não permite que se identifique um tipo de traçado único.

FIGURA 18: Mancha urbana de Guanhães – 1980
Fonte: IBGE/ Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia / IGA, 1980

3.14 Organização Econômica

A cidade de Guanhães se destaca pela presença de setor terciário forte, tanto em relação ao comércio quanto aos serviços. Existe grande número de supermercados, farmácias, lojas de material de construção, comércio de roupas, artigos de mobiliário e de tecidos. Recentemente foi inaugurado um pequeno Shopping Center.

Dentre os estabelecimentos comerciais da cidade, merecem destacar-se as concessionárias e o comércio de peças. Guanhães possui concessionárias e assistências técnicas Ford, Volkswagen e Fiat, além de diversas lojas de peças para veículos e caminhões. Escritórios de Advocacia e Contabilidade somam-se ao terciário da cidade.

No ramo de comercialização de madeira para construção, os principais estabelecimentos são: Comercial Madeireira Miranda, Madeireira Tieta e Madeireira Guanhanense. Outros estabelecimentos especializados na comercialização de tintas e ferragens complementam a parte de oferta de material de construção.

A cidade possui seis hotéis, que acomodam representantes comerciais, vendedores e viajantes. Possui também uma agência de viagens e a Rodoviária local opera com linhas regulares de ônibus para o Norte de Minas, Belo Horizonte e São Paulo e recebe diversas viagens por dia para as cidades vizinhas, permitindo atender à população que se desloca até lá em busca de atendimento médico e serviços de ensino e bancário. Guanhães conta atualmente com agência do Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal, sendo que os dois primeiros estabelecimentos possuem também posto de atendimento 24 horas.

Do ponto de vista de serviços de saúde a cidade conta com 1 hospital e 3 clínicas particulares, além de diversos consultórios odontológicos e laboratórios.

O Hospital Regional Imaculada Conceição atende diversos municípios vizinhos e desempenha a função de *hospital regional* da Região Centro-Nordeste do estado. Possui atualmente 98 leitos, e atende nas especialidades de Clínica Médica, Ortopedia, Pediatria, Ginecologia e Obstetrícia, Cirurgia e Cardiologia. O hospital é equipado com aparelhagem de Ultra-sonografia, Raio-X e Laboratório e aguarda, para os próximos meses, a instalação de equipamento para a realização de exames de Ressonância Magnética.

Na parte de ensino foram inaugurados recentemente o Colégio Gammon, da Rede Pitágoras, e Colégio Promove. Estes estabelecimentos têm intensificado as relações de influência da cidade de Guanhães em relação aos municípios vizinhos, pois grande parte dos alunos matriculados nas duas instituições reside nas cidades de Virginópolis, Sabinópolis, São

João Evangelista e Peçanha e se desloca diariamente para Guanhães. A recente criação de um cursinho Pré-Vestibular tem fortalecido a função educacional da cidade de Guanhães em relação aos municípios próximos. A Unimontes mantém uma unidade de ensino na cidade, disponibilizando também formação em nível superior. Complementa a área de serviços educacionais uma unidade do CCAA, que oferece curso de Inglês.

Quatro clubes atendem às demandas de lazer da população nos finais de semana e um parque de exposições está em fase de construção.

A cidade possui três estações de rádio FM (Rádio Vida Nova 91,5 FM, Rádio Canaã 95,9 FM e Rádio Cidade 100,7 FM), além de três periódicos: Em Foco, CNN e A Folha de Guanhães.

A horticultura praticada no município é de pequena importância, tornando Guanhães dependente do abastecimento de verduras e frutas provenientes da Ceasa, em Belo Horizonte.

A Lei Orgânica Municipal estabelece a organização do Serviço Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cujas atribuições incluem: desenvolver a agropecuária, priorizar pequenos e médios produtores através de assistência técnica, do incentivo ao uso de tecnologias alternativas e do apoio à comercialização. Além disso, prevê incentivo à horticultura comunitária e domiciliar, bem como a organização de feira livre (Seção III, Art. 186, Parágrafo Primeiro).

Existe pequena produção de grãos, sobretudo do milho e feijão, realizada por meeiros associados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, fundado em 16 de novembro de 1980. Cerca de 1.200 trabalhadores sindicalizados produzem, sobretudo, para subsistência. Proprietários de terras, juntamente com os criadores de bovinos e produtores de carne, leite e queijo, estão representados pelo Sindicato Rural de Guanhães, fundado em 15 de abril de 1970 e que atualmente conta com cerca de 500 produtores.

A produção de carne do município é destinada, sobretudo, aos supermercados da cidade e consumida pela população local. Parte do rebanho bovino é vendido para a região de Ipatinga, onde é abatido, comercializado e consumido. Apenas uma pequena parcela da produção restante é vendida aos frigoríficos de Belo Horizonte.

Outra atividade significativa na economia de Guanhães é a extração de madeira (eucalipto), controlada pelas empresas Emflora Empreendimentos Florestais Ltda. e Cenibra – Celulose Nipo-Brasileira. Os trabalhadores empregados neste setor estão representados pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas de Guanhães e Região, fundado em 30 de junho de 1987. Este Sindicato reúne atualmente, além dos trabalhadores das empresas

citadas, diversos autônomos em carvoaria do município de Guanhães e trabalhadores da Atta Capiguara S/A, cuja sede fica no município de Peçanha. A comercialização do eucalipto é controlada pelas três empresas. Já o carvão é comercializado por produtores independentes e tem como destino empresas localizadas em municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

A pecuária praticada em Guanhães é voltada para a criação de gado de corte e, sobretudo, de gado leiteiro. O produto da pecuária leiteira é transformado no próprio município, desde a implantação da Itambé, cuja unidade local era voltada originalmente para a produção de leite em pó. Pequena parte do leite produzido é utilizada na fabricação de queijo em pequena escala.

3.15 Estrutura funcional do espaço urbano

O comércio do centro da cidade concentra-se na Rua Odilon Behrens (Figura 18). Ali são encontradas lojas de roupas e calçados, joalheria e farmácia. Na Av. Governador Milton Campos, que liga a cidade aos municípios de Senhora do Porto, ao sul, e São João Evangelista, ao norte, concentra-se o comércio de material de construção, peças de veículos e concessionárias, em meio ao intenso tráfego de caminhões, em passagem do Norte de Minas para a RMBH e vice-versa (Figura 19). Alguns hotéis, bancos e supermercados somam-se ao comércio da Av. Governador Milton Campos, na área mais central da cidade (Figuras 20 e 21).



FIGURA 19: Rua Odilon Behrens – Guanhães – MG
Fonte: Foto da autora, 1998



FIGURA 20: Av. Governador Milton Campos – Guanhães – MG
Fonte: Foto da autora, 1998



FIGURA 21: Av. Governador Milton Campos – Guanhães - MG
Fonte: Foto da autora, 1998



FIGURA 22: Av. Governador Milton Campos – Guanhães – MG
Fonte: Foto da autora, 1998

Nas vias de acesso aos bairros mais afastados do centro, observa-se a incipiente formação de microcentros, constituídos por pequeno número de estabelecimentos comerciais, tais como açougue, bar e mercearia (Figura 22).



FIGURA 23: Microcentro em formação na periferia de Guanhões – MG
Fonte: Foto da autora, 1998

A ocupação dos terraços e de algumas áreas elevadas tem ocorrido através de loteamentos novos, onde predomina o uso do solo para fins residenciais. A Figura 23 mostra uma dessas áreas, à direita do Ribeirão Vermelho, onde a abertura de ruas teve início nos últimos anos da década de 90.

De acordo com os dados do Anuário Estatístico de Minas Gerais (1994, p. 609 e 613), a rede de abastecimento de água do município totalizava 27.780 m no ano de 1990, extensão que permitia abastecer uma população de 10.877 habitantes (43 % do total municipal). Já a rede de esgoto, com 18.611 m, servia a 22% da população.

As localizações dos principais equipamentos urbanos, dentre eles a Estação de Tratamento d' água e a Subestação da CEMIG, são apresentadas na Figura 24. Verifica-se que muitos desses equipamentos estão localizados na área de confluência do Ribeirão Vermelho com o Córrego Bomsucesso.



FIGURA 24: Vista de loteamento na área urbana de Guanhões – MG
Fonte: Foto da autora, 1998

3.16 Relações externas e dinâmica morfológica

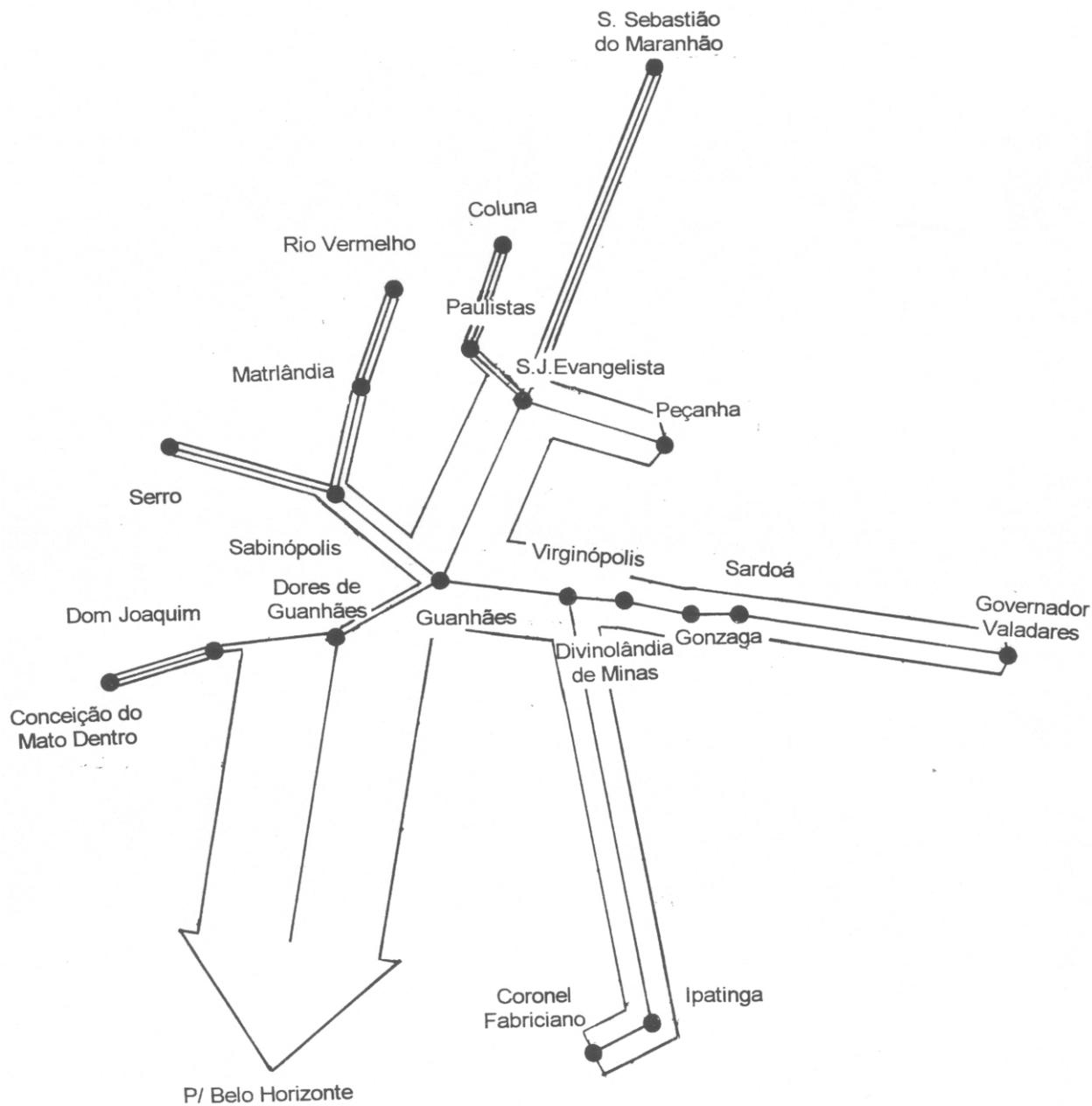
As relações externas da cidade de Guanhões, avaliadas do ponto de vista do volume e destinos das viagens que dela partem, mostram relações intensas com as cidades vizinhas de hierarquia inferior e com a capital do estado. Estas relações são beneficiadas pelo acesso oferecido pela BR120, que corta a cidade no sentido sudeste - nordeste, e pela BR 259, no sentido noroeste - sudoeste. A Figura 22 mostra a densidade de viagens partindo de Guanhões.

O primeiro eixo rodoviário liga Guanhões a São João Evangelista, num sentido, e a Itabira e Belo Horizonte, noutro sentido, enquanto o segundo leva a Sabinópolis, Serro, Virgíópolis e Divinolândia de Minas. Estes eixos principais dão acesso a estradas não pavimentadas que conduzem a cidades como Dom Joaquim, Braúnas, Gonzaga e Paulistas.

Deve-se considerar ainda que a BR 120, que passa pela cidade, corresponde a um dos eixos de acesso de Belo Horizonte a Governador Valadares e ao Vale do Jequitinhonha.

Devido à quantidade de eixos rodoviários que partem de Guanhões, a cidade assume características de cidade de passagem. Tal aspecto pode ser comprovado pela vocação de sua economia, baseada no terciário, e pelos tipos de estabelecimentos comerciais situados às margens da estrada que corta a cidade e que, na área urbana de Guanhões, recebe o nome de Av. Governador Milton Campos. Ao longo desta via localizam-se estabelecimentos comerciais que atendem aos veículos em trânsito para outros municípios e regiões do estado, bem como aos viajantes. Dentre esses estabelecimentos estão as lojas de peças para carros e caminhões, borracharias, oficinas mecânicas, concessionárias de veículos e hotéis, já mencionados nos tópicos anteriores.

A dinâmica morfológica está relacionada com as características econômicas e com as relações externas: a cidade cresce de forma radial, acompanhando os eixos rodoviários principais e as estradas secundárias que dão acesso à área rural. Na periferia, microcentros estão em formação ao longo das principais ruas, que geralmente terminam numa estrada de terra que dá acesso à área rural.



2 mm = 6 viagens

FIGURA 26: Densidade das viagens de ônibus partindo de Guanhães
 Fonte: Elaboração da autora, com dados coletados na rodoviária de Guanhães,

2001

3.17 População

A Contagem da População para o ano de 1996 registrou 26.518 habitantes para o município de Guanhães. No que tange à composição da população por sexo, nota-se ligeira predominância de mulheres, que correspondem a 51,2% do número total de habitantes do município.

Cerca de 71% da população total vive na área urbana, onde o percentual de mulheres novamente suplanta o de homens: a população urbana é composta por 52.1 % de pessoas do sexo feminino.

Já na área rural, ao contrário da urbana, é maior o percentual de homens em relação ao total de pessoas: no campo 49% da população é composta por mulheres.

Estes números mostram que existe predominância de pessoas do sexo feminino na área urbana e de pessoas do sexo masculino na área rural.

Além da composição da população por sexo, vale observar o percentual de pessoas que vivem no campo, em relação ao número total de habitantes.

A Tabela abaixo mostra que a população urbana passou a superar a população rural na década de 70, o que permite concluir que a transição demográfica no município de Guanhães ocorreu por volta da década de 70, coincidindo temporalmente, portanto, com o processo de urbanização brasileiro discutido no Capítulo 1.

Tabela 42: Guanhães – População urbana, rural e total –1970-1980-1990-2000

ANO	URBANA	RURAL	TOTAL
1970	10.329	12.097	22.426
1980	13.742	9.039	22.781
1990	17.130	8.043	25.173
2000	21.145	6.877	28.022

Fonte: FIBGE, 1991, 1996 e 2001

Outra consideração importante referente à população, em se tratando dos *centros emergentes*, objeto deste estudo, é a população urbana total da sede. No caso de Guanhães, a composição da população por distritos e sede, conforme mostram as tabelas a seguir, confirma que 62,9% da população total do município equivalem à população urbana da sede, para o ano de 1996. Os dados para o ano 2000 mostram que esta mesma proporção já chega a 67,5%. A população do município de Guanhães tem se concentrado, portanto, na área urbana da sede.

Tabela 43: Guanhães – População urbana e rural da sede e dos distritos - 1996

	GUANHÃES	CORRENTINHO	FARIAS	SAPUCAIA DE GUANHÃES	TOTAL
URBANA	16.668	1.124	234	744	18.770
RURAL	3.694	1.297	1.801	956	7.748
TOTAL	20.362	2.421	2.035	1.700	26.518

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE

Tabela 44: Guanhães – População urbana e rural da sede dos distritos - 2000

	GUANHÃES	CORRENTINHO	FARIAS	SAPUCAIA DE GUANHÃES	TOTAL
URBANA	18.921	1.208	276	740	21.145
RURAL	3.268	1.078	1.668	863	6.877
TOTAL	22.189	2.286	1.944	1.603	28.022

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Sinopse Preliminar do Censo Demográfico – 2000 – Minas Gerais, do IBGE

Em se tratando da pirâmide etária, nota-se baixa proporção de habitantes na faixa de 0 a 9 anos, comparativamente à proporção de habitantes da faixa superior (população jovem). Esta realidade parece sinalizar para uma redução da queda de natalidade, que é a tendência do padrão brasileiro.

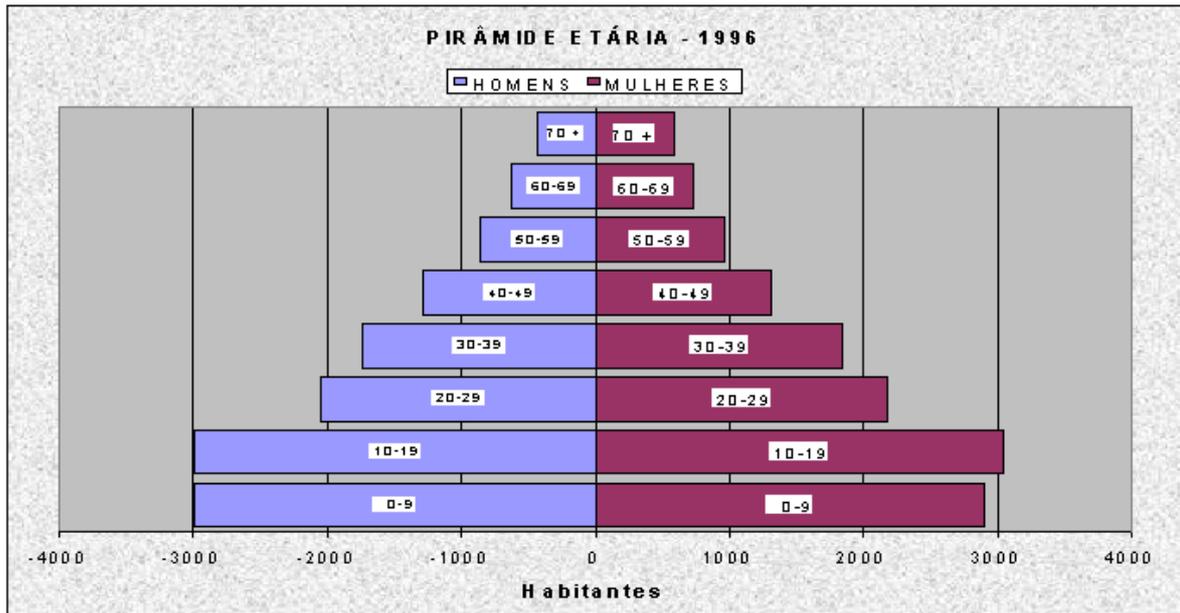


FIGURA 27: Pirâmide Etária de Guanhões – 1996

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE, 1996

3.18 Evolução da População

Estudo realizado pelo CPRM/COMIG (1997) aponta “êxodo rural generalizado” na Bacia do Rio Doce e tendência de diminuição populacional em municípios com até 20.000 habitantes, os quais representam cerca de 93% do total de municípios que integram a Bacia.

A análise intertemporal aqui realizada permite reiterar a observação feita no estudo citado. A fim de avaliar a evolução da população, foram utilizados aqui os dados para população urbana, rural e total nos anos de 1980, 1996 e 2000, para os municípios pertencentes à Microrregião de Guanhões, conforme tabela a seguir:

Tabela 45: População residente, por situação de domicílio na Microrregião de Guanhões – 1980-1996-2000

Município	Total	Urbana	Rural
-----------	-------	--------	-------

	1980	1996	2000	1980	1996	2000	1980	1996	2000
Braúnas	6.842	5.699	5.353	1.074	1.291	1.238	5.768	4.408	4.115
Carmésia	3.031	2.188	2.247	745	1.095	1.155	2.286	1.093	1.092
Coluna	9.089	8.634	9.366	2.172	2.843	3.383	6.917	5.791	5.983
Div. de Minas	4.851	6.456	6.416	3.342	3.259	4.964	1.509	3.197	1.452
D. de Guanhões	5.198	5.401	5.380	560	1.221	1.443	4.638	4.180	3.937
Gonzaga	5.517	5.728	5.698	1.715	2.699	2.690	3.802	3.029	3.008
Guanhões	22.781	26.518	28.022	13.742	18.770	21.145	9.039	7.748	6.877
Materlândia	5.001	4.824	4.832	1.143	1.773	1.843	3.858	3.051	2.989
Paulistas	5.514	5.162	5.111	1.453	1.811	2.024	4.061	3.351	3.087
Sabinópolis	14.900	16.392	16.274	6.418	9.549	9.697	8.482	6.843	6.577
S. Efig. Minas	4.482	4.847	4.920	1.094	2.154	2.481	3.388	2.693	2.439
São João Evangelista	15.225	15.224	15.498	5.808	8.546	9.266	9.417	6.678	6.232
Sardoá	3.721	4.307	4.761	944	1.494	1.558	2.777	2.813	3.203
S. Porto	4.636	3.773	3.514	1.111	1.217	1.317	3.525	2.556	2.197
Virginópolis	9.922	11.39	10.82	3.375	4.769	5.634	6.547	6.622	5.194
s		1	8						

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Censo Demográficos – 1980, Censo Demográfico 1996 e Sinopse Preliminar do Censo – 2000, do IBGE

Casos que escapam ao comportamento geral ocorreram em Divinolândia de Minas e Virginópolis e Sardoá, cidades que registraram crescimento da população rural em somente um ou em ambos os períodos.

À exemplo do que ocorreu em Guanhões, estas cidades registraram, no conjunto, aumento da população urbana e redução da população rural no período de 1980 a 2000.

3.19 Considerações Finais

Formada a partir do lento estabelecimento de viajantes às margens de cursos d'água da

bacia do rio Doce, a cidade de Guanhães mantém forte, ainda hoje, a característica de cidade de passagem.

Com a crescente fixação de habitantes e o conseqüente crescimento populacional, a cidade estruturou e diversificou seu setor terciário, que passou a exercer influência sobre os entornos e a atender às demandas não apenas locais, mas também regionais.

O crescimento populacional, o aprimoramento da infra-estrutura urbana e o fortalecimento do comércio apenas respondem a uma demanda surgida natural e gradualmente, desde o estabelecimento dos primeiros habitantes. Hoje, porém, essa mesma infra-estrutura atende aos centros hierarquicamente inferiores a Guanhães através de significativas relações externas, sobretudo quanto aos serviços bancários, de saúde e educacionais.

O processo de estruturação da cidade ocorreu ao acaso, sem planejamento. Na medida em que a cidade crescia, aumentava a demanda da população local por comércio e serviços. O terciário pôde estruturar-se com relativa facilidade, beneficiado que estava pelo acesso rodoviário que corta a cidade, bem como pelo trânsito freqüente de viajantes em direção à porção nordeste do estado. Ao estruturar seu terciário, porém, a cidade reforçava sua posição em relação aos elementos hierarquicamente inferiores a ela na rede urbana (Sabinópolis, Virginópolis, Senhora do Porto, dentre outras cidades), cujos habitantes se habituaram a convergir para Guanhães em busca de infra-estrutura de saúde, educação, bancária ou, simplesmente, em função do comércio da cidade.

Trata-se de um *centro urbano emergente* que cresceu e se estruturou atendendo às demandas locais e regionais que surgiam em função de sua localização e de suas relações externas. Porém, indicadores referentes às duas últimas décadas mostram que seu dinamismo é pequeno. Seu crescimento tende mesmo a estagnar, caso a cidade e o município prescindam de inversões planejadas dentro dos próximos anos.

Por outro lado, caso ocorram, estas inversões poderão direcionar o crescimento da cidade e o fortalecimento do terciário a fim de atender às novas demandas regionais, que surgem na medida em que a tecnologia evolui. A existência de um terciário dinâmico e que esteja em sintonia com o desenvolvimento tecnológico poderá alavancar o crescimento daquela região, melhorar as condições de vida da população e estimular o desenvolvimento daquela porção, hoje pobre, do vale do rio Doce.

CONCLUSÃO

A busca do crescimento econômico do ponto de vista quantitativo deve ser aliada ao desenvolvimento social e à adequada distribuição de renda para que se possa alcançar o almejado desenvolvimento em bases sustentáveis.

Porém, o desenvolvimento social e a distribuição da renda têm um aspecto espacial que não pode ser ignorado e em benefício do qual contribui o planejamento urbano - regional.

O fortalecimento de redes urbanas equilibradas, com cidades de várias hierarquias relacionando-se de maneira eficiente entre si e com o meio rural, faz parte deste esforço maior de se alcançar uma adequada distribuição espacial da renda e o acesso irrestrito ao desenvolvimento nas diversas regiões do país. Este equilíbrio pode ser alcançado, entre outras medidas, através do fortalecimento das cidades de porte intermediário, que se constitui então em estratégia de planejamento urbano e regional.

Desde a década de 1970, as cidades de hierarquia intermediária têm sido objeto de estudos e de políticas públicas. Em se tratando de planejamento de longo prazo, cabe ainda considerar as cidades que futuramente deverão tornar-se médias e que, em muitos casos, já desempenham funções de cidades médias por absoluta ausência destas na região onde se situam. Diversas investigações, versando sobre os níveis intermediários da hierarquia urbana de Minas Gerais, têm sido dirigidas pelo Prof. Oswaldo Bueno Amorim Filho, desde 1970. É no âmbito dessas investigações que se insere o presente estudo sobre *centros urbanos emergentes*.

Os *centros emergentes* apresentam-se como alternativas potenciais para que se possa alcançar a estruturação da rede urbana, pois já desenvolvem relações externas satisfatórias com seus entornos e dispõem de um certo patamar de infra-estrutura urbana. Estas relações são decorrentes, sobretudo, da presença de um terciário forte, ainda que variado de cidade para cidade.

Em Minas Gerais, os *centros emergentes* da porção Sul / Sudoeste, Zona da Mata e Triângulo apresentam melhores índices de desenvolvimento humano, maior número de equipamentos urbanos e economia mais diversificada, comparativamente aos do Norte, Jequitinhonha e Vale do Mucuri. Generalizações, porém, só são possíveis nestes níveis mais amplos, pois os *centros emergentes*, mesmo aqueles pertencentes a uma mesma mesorregião, apresentam, cada um, características próprias, o que dificulta outras generalizações, conforme

verificado na Análise de Agrupamento do Capítulo 2. Estudos verticalizados são, por isso mesmo, fundamentais para uma investigação mais específica.

A investigação que norteou este trabalho sobre os *centros urbanos emergentes* de Minas Gerais permitiu identificar que:

1. a distribuição espacial desta categoria de cidades ocorre de forma desigual, com grande número de centros na parte sul do estado, comparativamente à porção norte;
2. os *centros emergentes* da porção sul, além de mais numerosos, geralmente apresentam níveis de renda e índices de desenvolvimento humano mais elevados;
3. a centralidade desempenhada *pelos centros emergentes* da porção norte de Minas Gerais é decorrente mais da infra-estrutura para saúde e/ou educação básica que apresentam do que pela presença de uma economia forte e/ou diversificada. Apesar das limitações quanto à infra-estrutura urbana, comuns aos *centros emergentes* da porção norte do estado, verifica-se que eles desempenham importante papel na hierarquia urbana, devido à ausência de cidades médias que compartilhem tais funções com eles.

A pobreza da parte norte do estado encontra aqui mais uma evidência: *centros emergentes* cuja infra-estrutura é deficiente, quando comparada à média geral verificada para esta categoria de cidades, desempenham, ainda assim, a função de cidades médias, enquanto na porção sul do estado, *centros emergentes* melhor estruturados quanto ao número e características dos seus equipamentos urbanos têm suas funções que apenas complementam as das cidades médias.

O estudo direcionado para a porção centro-nordeste do estado de Minas Gerais, conforme exposto no Capítulo 3, permitiu verificar que a rede urbana da Bacia do Rio Doce carece de planejamento para estruturar-se de maneira equilibrada, com o fortalecimento de cidades de porte intermediário que auxiliem na reversão dos índices de pobreza e no combate ao isolamento ali predominante.

Em se tratando da região tratada no estudo de caso, Guanhães aparece como alternativa, já que os *centros emergentes* de Capelinha e Itamarandiba não exercem influência sobre toda aquela região, ao contrário de Guanhães. A cidade de Guanhães se apresenta como importante opção para o fortalecimento da rede urbana no interior de uma vasta área, que se estende da região de influência de Itabira até a área de influência de Montes Claros, no sentido sul-norte, e da Serra do Cipó até a região de Governador Valadares, no sentido oeste-leste. Em Guanhães, a oferta de serviços de saúde e de educação, já bem estruturados e em

expansão, abre caminho para novos investimentos, pois permite a formação de mão-de-obra local.

O crescimento e o desenvolvimento daí resultantes podem se difundir por toda uma vasta região, que poderá ser beneficiada por novos serviços e pela intensificação do comércio da cidade de Guanhães.

Do contrário, caso a economia daquela cidade não alcance o desenvolvimento que se prevê, toda a região poderá estagnar e, como resultado, poderão ser acentuadas as disparidades regionais entre aquela parte e o restante do estado, na medida em que a primeira poderá perder população e sofrer diminuição de sua centralidade para as cidades de hierarquia superior, dentre elas para a própria Belo Horizonte.

Tendo em vista o fato de que a região de Guanhães não dispõe de cidades médias, o adequado fortalecimento deste *centro emergente* deverá permitir que ele fortaleça também seu papel de cidade média. Mas não se pode esperar que este fortalecimento seja decorrente de iniciativas apenas do setor público.

Nestes tempos de gradual redução da esfera de atuação do governo, aumenta a responsabilidade da iniciativa privada na importante tarefa de reduzir disparidades e desequilíbrios regionais. Esta tarefa pode ser desempenhada por empresas envolvidas com os princípios da responsabilidade social. Através da canalização de investimentos para cidades estrategicamente localizadas em áreas carentes de inversões, as empresas podem levar até elas emprego e desenvolvimento. Estas ações poderão estimular a configuração de redes urbanas mais equilibradas, com a fixação do homem no campo ou nas pequenas cidades e a redução dos problemas urbanos nas grandes capitais, o que, por esta razão, deveria se tornar um indicador do comprometimento social da iniciativa privada.

Uma motivação para este tipo de ação pode estar no recente envolvimento do meio empresarial com a questão do bem-estar social, o que mostra que os problemas criados pelo capitalismo, tais como os desequilíbrios urbano–regionais, talvez possam encontrar suas soluções na lógica do próprio sistema.

No que se refere aos *centros urbanos emergentes* de Minas Gerais, novos estudos poderão realizar-se, principalmente nos domínios das regiões mineiras e dos estudos verticalizados. Assim, um conhecimento geográfico mais profundo dessa importante categoria de cidades poderá ser concretizado no futuro próximo e médio.

BIBLIOGRAFIA

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; BUENO, Maria Elizabeth Taitson; ABREU, João Francisco. Cidades de Porte Médio e o Programa de Ações Sócio-educativo-culturais para as populações carentes do meio urbano em Minas Gerais in Boletim de Geografia Teorética. Rio Claro: Associação de Geografia Teorética, Volume 12, número 23-24, 1982

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Cidades Médias e Organização do Espaço no Brasil. In: Revista de Geografia e Ensino, Belo Horizonte, IGC/UFMG, ano 2, n. 5, p.5-34, 1984

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. As Redes Urbanas da Bacia do Mucuri. Geografia e Ensino. Belo Horizonte, v.3, n.10, p.26-36, 1990

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Las Ciudades Medias em La Planificación de Minas Gerais-Brasil. In: GONZÁLEZ, Edelmira. SEMINARIO INTERNACIONAL: Ciudades Intermedias de America. La Serena: Universidade de La Serena, Instituto Panamericano de Geografía, 1996. P. 9-15

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Formiga. La Serena: Facultad de Humanidades / Departamento de Ciencias Sociales, Geoespacios – 14, Serie Urbana Ciudades Intermédias, 59 p., 1997

ANDRADE, Manuel Correia. Espaço, Polarização e Desenvolvimento: Uma introdução à economia regional. São Paulo, Atlas, 1987

ANDRADE, Manuel Correia. Geografia Econômica. São Paulo, Atlas, 1985

ANDRADE, Thompson; LODDER, Celsius. Sistema Urbano e Cidades Médias no Brasil. Rio de Janeiro:IPEA/INPES, 1979

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE MINAS GERAIS 1990-1993. Belo Horizonte: FJP, 1994. v.8

BACHA, Edmar; KLEIN, Herbert (Org.). A Transição Incompleta: Brasil desde 1945. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1986

BANFIELD, Edward. A Crise Urbana: Natureza e Futuro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979

BARROSO, Leônidas C.; ABREU, J. F. Projeto Software Básico para Análise Espacial em Geo-Ciências. Belo Horizonte: UFMG/IGC, 1980. Relatório n.1/ Análise de Componentes Principais

BASE de Informações Municipais. Rio de Janeiro: FIBGE, 1998. CD-ROM. Windows 95 ou 98

BEAUJEAU-GARNIER, J. Geografia de população. Trad. Cury Santana. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980

BENKO, Georges. Economia, Espaço e Globalização: na aurora do século XXI. Ed. Hucitec

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Projeto Rio Doce: Relatório Síntese. 2. ed. Brasília: FEAM/DNAEE/SEAMA, 1994

BRUNA, Gilda Collet (Org). Questões de Organização do Espaço Regional. São Paulo: Livraria Nobel Editora, 1983

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Espaço e Indústria. São Paulo: Contexto, 1990

CASTRO, Antônio Barros; SOUZA, Francisco Eduardo Pires. A Economia Brasileira em Marcha Forçada. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985

CLARK, David. Introdução à Geografia Urbana. Trad.: Lúcia Helena de Oliveira Gerardi e Silvana Maria Pintandi. São Paulo: Difel, 1985

CLEMENTE, Ademir. Economia Regional e Urbana. São Paulo: Atlas, 1994

CONDIÇÕES DE VIDA NOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS 1970, 1980, 1991. Belo Horizonte: FJP/IPEA, 1996

DENOMINAÇÕES URBANAS DE MINAS GERAIS: CIDADES E VILAS MINEIRAS COM ESTUDO TOPONÍMICO E DA CATEGORIA ADMINISTRATIVA. Belo Horizonte: IGA/ Assembléia Legislativa do estado de Minas Gerais, 1997. 2. ed. rev. ampl.

DIAS, Lilia de Vilhena. Classificação do Espaço Microrregional de Minas Gerais, através do uso da Análise de Componentes Principais. Monografia de Graduação. Belo Horizonte: IGC/UFMG, 1983.

DOLLFUS, Olivier. L'Analyse Géographique. Paris: P.U.F., 1971, 125 p.

EVERITT, Brian. Cluster Analysis. London: Heinemann Education Books, 1974

FRANCINI, Graciela, MASSONE, Susana, et al. Ciudades Intermedias: su reactivación

en la región pampeana. Buenos Aires: Fundación Banco de Boston, 1992

GEORGE, Pierre: Précis de Géographie Urbaine. Paris: P.U.F., 1969, 289p.

GEORGE, Pierre. Conferências no Brasil. Trad. Olga B. Lima, Henrique A. Sant'Anna. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1970

GILBERT, Alan; GUGLER, Josef. Cities, Poverty and Development: Urbanization in the Third World. New York: Oxford University Press Inc., 1992

GOTTMANN, Jean. A Geography of Europe. Trad. Luis Fordá. New York: Henry Holt and Company, Ediciones Omega S/A Barcelona, 1955

GUANHÃES: Carta Topográfica. Belo Horizonte: IGA, 2001. mapa preto e branco. Escala 1: 100.000

GUANHÃES. Lei orgânica do município de Guanhões, Rev. dezembro de 1998. Guanhões, 1998

HADDAD, Paulo. Desequilíbrios regionais e descentralização industrial. Rio de Janeiro: IPEA/IPLAN, 1975, Cap. IV

HAUSER, Philip; SCHNÖRE, Leo. Estudos de Urbanização. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975

HARTSHORN, T. A Interpreting the City: An urban geography. New York: J. Willy & Sons, 1980. Cap. 7

HERRERA, Ligia; PETCH, Waldomiro. Crescimento Urbano de America Latina. Santiago: Centro Latinoamericano de Demografia, 1976

HUNT, E. K.; SHERMAN, Howard J. História do Pensamento Econômico. Trad. Jaime Larry Benchimol. Niterói: Vozes, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: 1978. v. 39. p.1-900 / 1974. v. 35. p.1-960 / 1970 v. 31. p. 1-772 / 1982. v. 43.p. 1-904

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico: dados distritais. Rio de Janeiro: IBGE, 1982

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico – 1991: resultados do universo relativos às características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro: FIBGE, 1991. n. 18

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Contagem da População. Rio de Janeiro: FIBGE, 1996

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Divisão Territorial do Brasil 1997-Versão Preliminar. Rio de Janeiro: CDDI/IBGE, 1997

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1954, Vol. XIV-XVII

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Regiões de Influência das Cidades – 1993. Rio de Janeiro: IBGE, 2000

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 2000 – MG. Belo Horizonte: IBGE, 2000

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coleção de Monografias Municipais – Nova Série. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. n. 9

JUNG, Jacques. L’Amenagement de L’Espace Rural: Une Illusion Economique. Paris: Calmann-Lévi, 1971

LABASSE, Jean. L’Espace Financier: Analyse Géographique. Paris: Librairie Armand Colin, 1974

KAYSER, B.; LABORIE, R. Les petites villes. Toulouse: La Documentation Française, 1970

LAJUGIE, Joseph. Les Villes Moyennes. Paris: Éditions Cujas, 1973

MICHEL, Michel. L’Aménagement Régional en France: Du Terroire aux Territoires. Paris: Masson, 1994 p.6-7

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia / Instituto de Geociências Aplicadas - IGA. Relação de Áreas, Coordenadas, Altitudes e Declinações Magnéticas das sedes dos municípios do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: IGA/CETEC, 2000

PROJETO LESTE: Marilac – SE. 23-Z-B-IV. Escala 1:100.000. Belo Horizonte: CPRM/COMIG, 1997. p.12

PUC MINAS/ IPEA. Base de dados. Belo Horizonte, 1999. Base de Dados em Excell.

ROCHA, Ângela. Coroaci: ontem e hoje. Edição comemorativa do cinquentenário de emancipação política de Coroaci 1949-1999. Coroaci: [s.ed],1999.185 p.

ROCHEFORT, M. Geografia da América do Sul. Trad. Alcântara, Pedro Figueira. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968

ROCHEFORT, Michel. L'Organisation Urbaine de L'Alsace. Paris: Université de Strasbourg, 1960

ROGERS, A.; VILES, H.; GOUDIE, A. The Student's Companion to Geography. Oxford: Blackwell, 1992

SASSEN, Saskia. Cities in a World Economy. London: Pine Forge Press, 1994

SASSEN, Saskia. A Cidade Global. In: LAVINAS, L. CARLEIAL, L. NABUCO, M.(org.) Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil. São Paulo: ANPUR/Hucitec, 1993

TOLOSA, Hamilton. Política Nacional de Desenvolvimento Urbano In. Pesquisa Planejamento Econômico. Rio de Janeiro: IPEA, Volume 2, número 1, junho/1972

ANEXOS

Anexo I: Banco de dados sobre os centros Emergentes de Minas Gerais

RELAÇÃO DE VARIÁVEIS DA BASE DE DADOS

Pessoas residentes
 Pessoas residentes – 15 a 19 anos de idade que não freqüentam a escola
 Pessoas residentes – 20 a 24 anos que não freqüentam a escola
 Estabelecimentos de ensino pré escolar (*)
 Estabelecimentos de ensino fundamental (*)
 Estabelecimentos de ensino médio (*)
 Hospitais (*)
 Leitos hospitalares (*)
 Unidades ambulatoriais (*)
 Internações hospitalares (*)
 Pessoas migrantes – 4 anos ou mais de idade
 Sedes de empresas com CGC
 Agências bancárias
 Latitude do distrito sede do município
 Longitude do distrito sede do município
 Eixos rodoviários asfaltados (inclusive estradas municipais asfaltadas) (*)
 Aeroportos (sendo o critério de avaliação: 0 para municípios sem aeroportos; 1 para municípios com pista não homologada pelo DAC, 2 para aeroportos) (*)
 Renda familiar per capita média – 1970 (cr\$1.000,00 de 01/09/91)
 Renda familiar per capita média – 1980 (cr\$1.000,00 de 01/09/91)
 Renda familiar per capita média – 1991 (cr\$1.000,00 de 01/09/91) (*)
 Grau de Desigualdade (THEIL-L) – 1970
 Grau de Desigualdade (THEIL-L) – 1980
 Grau de Desigualdade (THEIL-L) – 1991
 Proporção de pobres (PO) – 1970
 Proporção de pobres (PO) – 1980
 Proporção de pobres (PO) – 1991
 Hiato de renda médio (P1) – 1970
 Hiato de renda médio (P1) – 1980
 Hiato de renda médio (P1) – 1991
 Hiato de renda quadrático médio (P1) – 1970
 Hiato de renda quadrático médio (P1) – 1980
 Hiato de renda quadrático médio (P1) – 1991
 População total – 1970
 População total – 1980
 População total – 1991
 População total exceto resid. domic. coletivos – 1970
 População total exceto resid. domic. coletivos – 1980
 População total exceto resid. domic. coletivos – 1991
 População total exceto resid. domic. coletivos com renda nula – 1970
 População total exceto resid. domic. coletivos com renda nula – 1980
 População total exceto resid. domic. coletivos com renda nula – 1991
 População com 25 anos e mais – 1970
 População com 25 anos e mais – 1980
 População com 25 anos e mais – 1991
 População com 15 anos e mais – 1970

População com 15 anos e mais – 1980
População com 15 anos e mais – 1991
População de 10 a 14 anos – 1970
População de 10 a 14 anos – 1980
População de 10 a 14 anos – 1991
População de 7 a 14 anos – 1970
População de 7 a 14 anos – 1980
População de 7 a 14 anos – 1991
Porcentagem de crianças que não freqüentam a escola – 1970
Porcentagem de crianças que não freqüentam a escola – 1980
Porcentagem de crianças que não freqüentam a escola – 1991 (*)
Defasagem escolar média (em anos) – 1970
Defasagem escolar média (em anos) – 1980
Defasagem escolar média (em anos) – 1991
Porcentagem de crianças com mais de um ano de atraso escolar – 1970
Porcentagem de crianças com mais de um ano de atraso escolar – 1980
Porcentagem de crianças com mais de um ano de atraso escolar – 1991
Porcentagem de crianças de 10 a 14 anos que trabalham – 1970
Porcentagem de crianças de 10 a 14 anos que trabalham – 1980
Porcentagem de crianças de 10 a 14 anos que trabalham – 1991
Esperança de vida ao nascer (em anos) – 1970
Esperança de vida ao nascer (em anos) – 1980
Esperança de vida ao nascer (em anos) – 1991 (*)
Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) – 1970
Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) – 1980
Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) – 1991 (*)
IDH – 1970
IDH – 1980
IDH – 1991 (*)
IDH Longevidade – 1970
IDH Longevidade – 1980
IDH Longevidade – 1991
IDH Educação – 1970
IDH Educação – 1980
IDH Educação – 1991
IDH Renda – 1970
IDH Renda – 1980
IDH Renda – 1991
Consumo de energia (em KWH) residencial – 1991
Consumo de energia (em KWH) industrial – 1991
Consumo de energia (em KWH) comercial – 1991
Consumo de energia (em KWH) rural – 1991
Consumo de energia (em KWH) residencial – 1998 (*)
Consumo de energia (em KWH) industrial – 1998 (*)
Consumo de energia (em KWH) comercial – 1998 (*)
Consumo de energia (em KWH) rural – 1998 (*)
Variação da população – 1970-80
Variação da população – 1980-90
Variação da renda per capita – 1970-80

Varição da renda per capita – 1980-90 (*)
Meios de hospedagem da sede – 1998 (*)
População total (*)
Crescimento demográfico % ano (*)
População alfabetizada em % (*)
Número de domicílios urbanos (*)
Número de domicílios rurais (*)
Número de empresas – Comércio (*)
Número de empresas – Indústria (*)
Número de empresas – Serviços (*)
Número de empresas – Agrícola (*)
Bancos (*)
Hospitais (*)
Consumo per capita urbano (*)
Consumo per capita rural (*)
Despesas com alimentação no domicílio (*)
Despesas com alimentação fora do domicílio (*)
Despesas com manutenção do lar (*)
Gastos com mobiliário e artigos do lar (*)
Gastos com eletrodomésticos e equipamentos (*)
Gastos com calçados (*)
Gastos com transporte urbano (*)
Gastos com veículo próprio (*)
Gastos com higiene e cuidados pessoais (*)
Gastos com medicamentos (*)
Outras despesas de saúde (*)
Gastos com livros e material de escritório (*)
Gastos com matrículas e mensalidades (*)
Outras despesas (*)
Consumo urbano (*)
Consumo rural (*)

** Variáveis selecionadas para a ACP*

Anexo II: Resultados da Análise de Componentes Principais

Anexo 3: Mesorregiões e Microrregiões dos Centros Emergentes de Minas Gerais**MICRO E MESORREGIÕES DOS CENTROS EMERGENTES**

MUNICÍPIO	MICRORREGIÃO	MESORREGIÃO
Abaeté	Três Marias	Central Mineira
Além Paraíba	Cataguazes	Zona da Mata
Almenara	Almenara	Jequitinhonha
Andradas	Poços de Caldas	Sul/Sudoeste de Minas
Aimorés	Aimorés	Vale do Rio Doce
Araçuaí	Araçuaí	Jequitinhonha
Arcos	Formiga	Oeste de Minas
Bambuí	Pium-í	Oeste de Minas
Barão de Cocais	Itabira	Metropolitana B.H.
Barroso	Barbacena	Campo das Vertentes
Boa Esperança	Varginha	Sul/Sudoeste de Minas
Bocaiúva	Bocaiúva	Norte de Minas
Bom Despacho	Bom Despacho	Central Mineira
Brasília de Minas	Montes Claros	Norte de Minas
Buritizeiro	Pirapora	Norte de Minas
Campo Belo	Campo Belo	Oeste de Minas
Capelinha	Capelinha	Jequitinhonha
Carangola	Muriaé	Zona da Mata
Carmo do Paranaíba	Patos de Minas	Triângulo/Alto Paranaíba
Caxambu	São Lourenço	Sul/Sudoeste de Minas
Congonhas	Conselheiro Lafaiete	Metropolitana B.H.
Conselheiro Pena	Aimorés	Ale do Rio Doce
Coração de Jesus	Montes Caros	Norte de Minas
Corinto	Curvelo	Central Mineira
Coromandel	Patrocínio	Triângulo/Alto Paranaíba
Diamantina	Diamantina	Jequitinhonha
Espinosa	Janaúba	Norte de Minas

Frutal	Frutal	Triângulo/Alto Paranaíba
Guanhães	Guanhães	Vale do Rio Doce
Guaxupé	São Sebastião do Paraíso	Sul/Sudoeste de Minas
Ibiá	Araxá	Triângulo/Alto Paranaíba
Itamarandiba	Capelinha	Jequitinhonha
Itaobim	Pedra Azul	Jequitinhonha
Itapeçerica	Formiga	Oeste de Minas
Iturama	Frutal	Triângulo/Alto Paranaíba
Januária	Januária	Norte de Minas
Jequitinhonha	Almenara	Jequitinhonha
João Pinheiro	Paracatu	Noroeste de Minas
Lagoa da Prata	Bom Despacho	Central Mineira
Leopoldina	Cataguazes	Zona da Mata
Machado	Alfenas	Sul/Sudoeste de Minas
Manga	Januária	Norte de Minas
Manhuaçu	Manhuaçu	Zona da Mata
Manhumirim	Manhuaçu	Zona da Mata
Mantena	Mantena	Vale do Rio Doce
Mariana	Ouro Preto	Metropolitana B.H.
Mateus Leme	Belo Horizonte	Metropolitana B.H.
Monte Carmelo	Patrocínio	Triângulo/Alto Paranaíba
Nanuque	Nanuque	Vale do Mucuri
Nepomuceno	Lavras	Campo das Vertentes
Nova Serrana	Divinópolis	Oeste de Minas
Oliveira	Oliveira	Oeste de Minas
Ouro Branco	Conselheiro Lafaiete	Metropolitana B.H.
Ouro Fino	Poços de Caldas	Sul/Sudoeste de Minas
Ouro Preto	Ouro Preto	Metropolitana B.H.
Paraopeba	Sete Lagoas	Metropolitana B.H.
Pedra Azul	Pedra Azul	Jequitinhonha
Pirapora	Pirapora	Norte de Minas

Pitangui	Pará de Minas	Metropolitana B.H.
Pium-í	Pium-í	Oeste de Minas
Pompeu	Três Marias	Central Mineira
Porteirinha	Janaúba	Norte de Minas
Raul Soares	Ponte Nova	Zona da Mata
Salinas	Salinas	Norte de Minas
Santa Bárbara	Itabira	Metropolitana B.H.
Santa Rita do Sapucaí	Santa Rita do Sapucaí	Sul/Sudoeste de Minas
Santo Antônio do Monte	Divinópolis	Oeste de Minas
Santos Dumont	Juiz de Fora	Zona da Mata
São Francisco	Januária	Norte de Minas
São Gonçalo do Sapucaí	Santa Rita do Sapucaí	Sul/Sudoeste de Minas
São Gotardo	Patos de Minas	Triângulo/Alto Paranaíba
São João Nepomuceno	Juiz de Fora	Zona da Mata
São Lourenço	São Lourenço	Sul/Sudoeste de Minas
São Sebastião do Paraíso	São Sebastião do Paraíso	Sul/Sudoeste de Minas
Taiobeiras	Salinas	Norte de Minas
Três Marias	Três Marias	Central Mineira
Três Pontas	Varginha	Sul/Sudoeste de Minas
Tupaciguara	Uberlândia	Triângulo/Alto Paranaíba
Várzea da Palma	Pirapora	Norte de Minas
Visconde do Rio Branco	Ubá	Zona da Mata

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fundação IBGE, 1997

Anexo IV: População total do município e população urbana da sede dos Centros Emergentes de Minas Gerais

POPULAÇÃO URBANA DA SEDE E TOTAL DOS MUNICÍPIOS - 2000		
MUNICÍPIOS	TOTAL DO MUNICÍPIO	SEDE
Abaeté	22.330	18.995
Além Paraíba	33.598	29.621
Almenara	35.356	26.537
Andradas	32.895	23.380
Aimorés	25.099	13.264
Araçuaí	35.439	19.155
Arcos	32.678	29.334
Bambuí	21.682	17.656
Barão de Cocais	23.334	19.606
Barroso	18.358	17.730
Boa Esperança	37.038	30.380
Bocaiúva	42.764	31.452
Bom Despacho	39.926	36.078
Brasília de Minas	30.281	15.377
Buritizeiro	25.876	20.026
Campo Belo	49.151	45.435
Capelinha	31.014	19.903
Carangola	31.920	22.095
Carmo do Paranaíba	29.442	23.525
Caxambu	22.108	21.669
Congonhas	41.252	33.527
Conselheiro Pena	21.710	12.766
Coração de Jesus	25.678	10.891
Corinto	24.506	20.412
Coromandel	27.432	19.744
Diamantina	44.260	29.565
Espinosa	30.979	16.189
Frutal	46.577	37.672

Guanhães	28.022	18.921
Guaxupé	46.997	42.971
Ibiá	21.054	16.817
Itamarandiba	28.732	15.666
Itaobim	21.258	16.069
Itapecerica	21.211	13.015
Iturama	28.813	25.405
Januária	63.458	31.853
Jequitinhonha	22.855	14.771
João Pinheiro	41.351	26.997
Lagoa da Prata	38.737	37.733
Leopoldina	50.042	40.339
Machado	34.866	26.016
Manga	21.926	13.364
Manhuaçu	67.059	40.751
Manhumirim	19.993	15.709
Mantena	26.844	17.999
Mariana	46.719	29.641
Mateus Leme	24.124	15.764
Monte Carmelo	43.894	38.229
Nanuque	41.579	36.150
Nepomuceno	24.761	17.150
Nova Serrana	37.429	34.581
Oliveira	37.213	31.150
Ouro Branco	30.366	26.290
Ouro Fino	29.439	18.919
Ouro Preto	66.256	38.295
Paraopeba	20.378	17.278
Pedra Azul	23.568	19.400
Pirapora	50.269	49.348
Pitangui	22.203	18.566
Pium-í	28.757	25.207

Pompeu	26.026	21.699
Porteirinha	37.828	15.067
Raul Soares	24.272	11.745
Salinas	36.710	24.062
Santa Bárbara	24.173	18.870
Santa Rita do Sapucaí	31.195	25.491
Santo Antônio do Monte	23.467	19.037
Santos Dumont	46.775	38.446
São Francisco	51.359	26.318
São Gonçalo do Sapucaí	22.296	17.644
São Gotardo	27.618	22.351
São João Nepomuceno	23.783	20.457
São Lourenço	36.853	36.853
São Sebastião do Paraíso	58.298	50.266
Taiobeiras	27.318	21.768
Três Marias	23.539	21.845
Três Pontas	50.938	40.501
Tupaciguara	23.123	20.619
Várzea da Palma	31.632	25.676
Visconde do Rio Branco	32.576	25.873

Fonte: Elaboração própria, a partir da Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 2000 – MG

